


Tipo documento: **CAPA PROCESSO**

Evento: **abertura**

PROCESSO






Nº 4019828-94.2026.8.26.0100

Nº do processo 4019828-94.2026.8.26.0100
Classe da ação:  Procedimento Comum Cível
Competência  Cível
Data de autuação: 10/02/2026 11:34:03
Situação  MOVIMENTO
Órgão Julgador: 
Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Foro Central Cível
Juiz(a):  PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN

Assuntos

Código	Descrição	Principal
02240101	Assembleia, Associação, Pessoas Jurídicas, DIREITO CIVIL	Sim

Partes e Representantes

AUTOR	RÉU
CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP (62.231.527/0001-84) - Pessoa Jurídica	 CLAUDANIR REGGIANI (005.009.419-04) - Pessoa Física
RENAN SOARES CORTAZIO SP416988 GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO SP305517 MILENA DONATO OLIVA SP305520	 JULIO HIGASHINO (042.719.558-68) - Pessoa Física
	 MARIO LUIZ RAIA (063.514.798-00) - Pessoa Física
	 MILTON KIOSUKE KAMIA (124.885.148-02) - Pessoa Física
	 SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA (058.835.188-18) - Pessoa Física

Informações Adicionais

Valor da Causa: R\$ 100.000,00	Nível de Sigilo do Processo: Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos: Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual: Não	Antecipação de Tutela: Deferida	Autor manifesta desinteresse na conciliação: Sim
Criança e Adolescente: Não	Doença Grave: Não	Grande devedor: Não
Justiça Gratuita: Não requerida	Opção por Juízo 100% Digital: Não	Penhora no rosto dos autos: Não
Penhora/apreensão de bens: Não	Pessoa com deficiência: Não	Pessoa enquadrada na LEI 14.289: Não
Petição Urgente: Não	Possui bem associado: não	Reconvenção: Não
Vista Ministério Público: Não		

Evento 1

Evento:

DISTRIBUIDO_POR_SORTEIO__CENTRAL25CIV02_

Data:

10/02/2026 11:34:03

Usuário:

SP416988 - RENAN SOARES CORTAZIO - ADVOGADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

1

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO
PAULO**

Distribuição por dependência (Processo nº. 1020674-02.2025.8.26.0100)

**CAIXA BENEFICENTE DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO –
CABESP** (“Cabesp” ou “Autora”), associação civil sem fins lucrativos,
inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 62.231.527/0001-84, com sede na capital do
Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº. 293, Centro, CEP 01014-915, vem
a V. Exa., por meio de seus advogados que esta subscrevem (doc. 1), com
endereço eletrônico gtadv@tepedino.adv.br, ajuizar a presente

AÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM
com pedido de tutela provisória de urgência

em face dos conselheiros integrantes do Conselho
Fiscal da Cabesp (doc. 2), **MARIO LUIZ RAIA**, brasileiro, solteiro, bancário,
residente e domiciliado em São Paulo/SP, Avenida Nova Independência, nº. 786,
apto. 44, CEP 04570-001, inscrito sob o CPF/MF nº. 063.514.798-00, **JULIO
HIGASHINO**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em São
Paulo/SP, Rua Zalina Rolin, nº. 305, CEP 02202-010, inscrito sob o CPF/MF nº.
042.719.558-68, **CLAUDANIR REGGIANI**, brasileiro, casado, aposentado,
residente e domiciliado em Curitiba/PR, Rua Santa Clara, nº. 437, CEP 80200-
380, inscrito sob o CPF/MF nº. 005.009.419-04 (os três, em conjunto,
“Conselheiros Eleitos”), **SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro,
casado, bancário, residente e domiciliado em Praia Grande/SP, Rua Carlos
Martiniano de A. Bittencourt, nº. 93 apto. 82, CEP 11.702-410, inscrito sob o
CPF/MF nº. 058.835.188-18 e **MILTON KIOSUKE KAMIA**, brasileiro,

Rua Primeiro de Março 23 10º andar
Centro Rio de Janeiro RJ 20010-000
Tel.: (55 21) 2505 3650 / Fax: (55 21) 2531 7072

Rua Funchal 411 conj. 71 e 72
Vila Olímpia São Paulo SP 04551-060
Tel.: (55 11) 3214 5895 / (55 11) 3259 9685

SHS Qd. 6 Conj. A Bl. C Salas 509 a 511
C. Brasil 21 Asa Sul Brasília DF 70316-109
Tel.: (55 61) 3224 7457 / (55 61) 3225 1880

gtadv@tepedino.adv.br
www.tepedino.adv.br

divorciado, bancário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, Avenida General Ataliba Leonel, nº. 4134, apto 82, Bairro Tucuruvi, CEP 02242-002, inscrito sob o CPF/MF nº. 124.885.148-02 (os dois últimos, em conjunto, “Conselheiros Indicados”)¹, conforme razões que passa a expor.

Requer, ainda, distribuição por prevenção à 1ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, em decorrência da conexão com a ação pelo procedimento comum nº. 1020674-02.2025.8.26.0100, na forma dos arts. 55, §1º, 59 e 286, I, do CPC,² assim como para evitar decisões contraditórias (art. 55, §3º, CPC).³

.I.

A história se repete: Mais um (antijurídico) Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras da Cabesp.

1. A discussão objeto dos presentes autos já é conhecida desse MM. Juízo.
2. Infelizmente, trata-se de idêntica discussão à travada no Processo nº. 1020674-02.2025.8.26.0100 (“Primeira Ação”). Mais

¹ A Cabesp esclarece que compõem o polo passivo da presente demanda todos os membros integrantes do Conselho Fiscal que figuraram como participantes na lavra do Parecer de 22.1.2026, objeto da ação, considerando tratar-se o parecer de ato único. Não obstante, considerando que a ilegalidade decorreu de ato apenas dos Conselheiros Eleitos, poderão os Conselheiros Indicados, uma vez citados para “integrar a relação processual” (art. 238 do CPC), optar por não apresentar resistência e/ou concordar com o pedido (por analogia ao art. 601 do CPC), eventualmente integrando o polo ativo da demanda.

² CPC, art. 55, §1º: “Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. §1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado”.

CPC, art. 59: “O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo”.

CPC, art. 286, I: “Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;”

³ CPC, art. 55, §3º: “Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir (...) § 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles”.

uma vez, os Conselheiros Eleitos da Associação, **agindo em evidente conflito de interesses e em desvio de finalidade**, reprovaram as Demonstrações Financeiras da Cabesp (exercício 2025) sem qualquer motivo idôneo.

3. É necessário breve resgate: no início de 2025, os Conselheiros Fiscais Eleitos lavraram parecer indicando a reprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2024, sob o argumento de discordância da contratação, pela Cabesp, de escritórios de advocacia para representar a Associação no âmbito de ações judiciais em que ela é parte (?!).

4. A Cabesp ajuizou então a Primeira Ação, demonstrando que a reprovação era ilegal e infundada, já que a afirmada discordância escondia, em realidade, reação política dos Conselheiros Fiscais à nomeação de uma das Conselheiras da Cabesp (a Sra. Narjara Jacqueline Boldorini), matéria discutida em algumas ações judiciais (v. quadro IV *infra*).⁴

5. Na Primeira Ação, a Cabesp demonstrou que os Conselheiros Eleitos atuaram em desvio de finalidade e, em especial, em gritante conflito de interesses, já que os próprios Conselheiros são partes nos referidos processos judiciais. **Jamais poderiam votar – no âmbito do Conselho Fiscal da Cabesp – sobre tema em relação ao qual estão pessoalmente envolvidos.**

6. Assim, na Primeira Ação, a **tutela de urgência foi deferida**, justamente para impedir que o Parecer fosse submetido à Assembleia Geral Ordinária, destacando esse MM. Juízo que o Parecer do Conselho Fiscal deve ser dotado de idoneidade e estar livre de vícios ou distorções que comprometam sua finalidade institucional:

⁴ Destaca-se que a nomeação da Conselheira foi mantida por duas decisões, proferidas em 26.9.2024 e 4.11.2024, no âmbito do processo nº. 1153742-82.2024.8.26.0100, reconhecendo-se que **“a autora não comprovou qualquer prejuízo aos associados advindos da nomeação de Narjara para o cargo de suplente do Conselho Fiscal”** (doc. 3).

Por tais razões, DEFIRO a tutela pleiteada para determinar que, em razão do conflito de interesses, o Parecer do Conselho Fiscal de 23.01.2025 não seja levado como documento integrante idôneo na Assembleia Geral Ordinária, que deverá ser realizada dia 27.2.2025, abstendo-se os associados de deliberar sobre o item da Prestação de Contas (item I da Pauta da AGO), em razão da matéria estar "sub judice", sob pena de multa de R\$10.000,00.

(Doc. 4)

7. Em razão da liminar, abstiveram-se os associados de deliberar sobre o item da Prestação de Contas (item I da Pauta da AGO).⁵⁻⁶

8. Ocorre que, não satisfeitos, os Conselheiros Fiscais Eleitos **reiteraram a mesmíssima conduta no exercício** de 2025, agora na lavra do Parecer do Conselho Fiscal do início deste ano de 2026.

9. Valendo-se do mesmo fato de natureza estritamente política – a discordância com o pagamento de custas e honorários relativos às ações judiciais que discutem o tema relativo à indicação da Conselheira Narjara –, os Conselheiros reproduziram, como fundamento para a “reprovação”, a mesma justificativa do Parecer objeto da Primeira Ação (doc. 5).

10. Em síntese: no parecer lavrado em 2025, relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os Conselheiros Fiscais Eleitos recomendaram a reprovação das contas com base exclusiva em discordância quanto à contratação, pela Cabesp, de escritórios de advocacia para sua representação em ações judiciais.

11. No exercício subsequente, a mesma conduta foi integralmente reiterada: no parecer lavrado em 2026, referente às demonstrações

⁵ A matéria ainda está *sub judice*, pendente a confirmação final da tutela provisória concedida.

⁶ Apesar do item da Prestação de Contas não ter sido levado à Assembleia, os demais pontos de pauta (Relatório Anual e Dotação Orçamentária) foram reprovados pelos associados, sob forte influência da tática de tumulto associativo dos Conselheiros Eleitos.

financeiras do exercício de 2025, reproduziu-se a discordância quanto ao pagamento de honorários advocatícios relacionados às mesmas ações judiciais, desconsiderando-se a liminar deferida por esse MM. Juízo reconhecendo o vício no Parecer anterior.

12. A identidade entre o tema discutido na Primeira e na Segunda Ação fica clara a partir da **comparação entre o Parecer do Conselho Fiscal de 2025 e o Parecer do Conselho Fiscal de 2026**:

Parecer do Conselho Fiscal de 23 de janeiro de 2025 (doc. 5)

Com base nas análises e verificações levadas a efeito, bem como nos esclarecimentos prestados, concluíram por maioria, com votos favoráveis dos Conselheiros Eleitos, e votos contrários dos Conselheiros Indicados, que nas citadas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024 da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, **ocorreram pagamentos de despesas judiciais, com as quais os Conselheiros Eleitos não concordam que sejam assumidas pela Entidade, uma vez que tais despesas decorrem de atos da Diretoria que aceitou indicação do Banco Santander de Conselheira Suplente, em total desacordo com Estatuto Social da Cabesp, não estando em condições de serem aprovadas.**

São Paulo, 23 de janeiro de 2025

Parecer do Conselho Fiscal de 22 de janeiro de 2026 (doc. 6)

Com base nas análises e verificações levadas a efeito, bem como nos esclarecimentos prestados, concluíram por maioria, com votos favoráveis dos Conselheiros Eleitos, e votos contrários dos Conselheiros Indicados, que nas citadas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025 da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, **ocorreram pagamentos de despesas judiciais (como Honorários, custas, e outros), devido ao fato de a Diretoria ter aprovado, com voto de minerva, a indicação do Banco Santander de Conselheira Suplente, em total desacordo com o Estatuto Social da Cabesp particularmente em seu artigo 54, e portanto, tais Demonstrações não estão em condições de serem aprovadas.**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026

13. A identidade se comprova, ainda, porque o motivo da reprovação dos Demonstrativos de 2025 seria o pagamento de **parcelas** de honorários (que ocorreram em 2025) relativas ao **mesmo contrato** (firmado em 2024 e questionado no Parecer objeto da Primeira Ação), assim como os demais advindos de pagamento de honorários das demais “Ações Conflitadas” (aquelas com **mesmo objeto**, v. item IV abaixo),⁷ conforme reconhecido pelos próprios Conselheiros Eleitos em Ata:

295
296 **7. Demonstrações Contábeis de fevereiro de 2025 - (Deliberação)**
297
298 Os Conselheiros Fiscais Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Raia desaprovam
299 as Demonstrações Contábeis de fevereiro de 2025, porquanto neste mês houve
300 pagamento de outra parcela despesas judiciais e honorários advocatícios da mesma
301 natureza daquelas pagas em dezembro de 2024 e que motivou a desaprovação dos
302 Demonstrativos de 2024, e entendem que estes custos não devem ser suportados pela
303 Cabesp.
304
305 Os Conselheiros Fiscais Sebastião Pereira e Milton Kamia, aprovam integralmente o
306 demonstrativo contábil de fevereiro/2025. Aprovam sem qualquer ressalva, por não ter
307 qualquer irregularidade ou mesmo inconformidade nos registros contábeis do referido
308 demonstrativo.
309

(Doc. 7)

14. Assim, infelizmente, **se o motivo da reprovação é o mesmo**, é irrefutável sua antijuridicidade, como já exposto na Primeira Ação.

15. Também inquestionável a necessidade desta Segunda Ação, para evitar que o (novo) documento inidôneo seja levado à deliberação pelos associados.

⁷ Trata-se de um **conjunto de ações judiciais que versam sobre a mesma controvérsia**, consistente no questionamento da indicação, pelo Banco Santander, da Sra. Narjara Jacqueline Boldorini para ocupar o cargo de Conselheira Suplente do Conselho Fiscal. Inserem-se nesse contexto os seguintes processos: **(i)** nº 1153742-82.2024.8.26.0100; **(ii)** nº 1164337-43.2024.8.26.0100; **(iii)** nº 1167588-69.2024.8.26.0100; **(iv)** nº 1020674-02.2025.8.26.0100; e **(v)** nº 1007202-31.2025.8.26.0100, os quais estão pormenorizados no item IV abaixo.

.II.

Síntese, outra vez necessária, da antijuricidade do Parecer do Conselho Fiscal de 2026.

16. Para se entender o atual cenário da Cabesp e os atos reiterados dos Conselheiros Eleitos, os quais têm buscado impedir o regular funcionamento dos atos regulares de gestão, necessário dar alguns passos atrás para a devida identificação das partes envolvidas e suas funções no âmbito da Associação.

17. A Cabesp, Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo, é uma Associação civil, sem fins lucrativos, que atua em todo território nacional, assegurando aos beneficiários assistência médica, hospitalar, odontológica e paramédica (Estatuto, art. 2º; doc. 8).

18. Do Estatuto (doc. 8; art. 26), extrai-se a composição da Associação, a qual apresenta 3 (três) Órgãos Sociais basilares: **(i)** a Assembleia Geral; **(ii)** a Diretoria; e **(iii)** o Conselho Fiscal.

19. Como é natural nesse tipo de instituição, cujo objetivo é oferecer assistência aos funcionários e ex-funcionários do Banespa, incorporado pelo Banco Santander – que contribui financeiramente com metade dos valores devidos à Cabesp, conforme estabelecido no Estatuto – há previsões estatutárias de que membros da administração devem ser em parte eleitos pela Assembleia Geral (Conselheiros Eleitos; doc. 8, art. 54, parágrafo 2º) e em parte indicados pelo Banco Santander (Conselheiros Indicados; doc. 8, art. 54, parágrafo 1º).

20. Em que pese ter suas funções delimitadas e cristalinas no regramento do Estatuto (doc. 8; art. 55), e apesar de deverem primar pelo regular funcionamento da entidade, os Conselheiros Fiscais Eleitos promovem uma verdadeira represália quanto aos atos de governança da

Diretoria, desvirtuando por completo o equilíbrio da Associação e das demais partes envolvidas, tudo para obter benefícios e vantagens pessoais.

21. Em termos claros: quando as deliberações não lhes são favoráveis, passam a fomentar conflitos de forma artificial, valendo-se das prerrogativas conferidas ao Conselho Fiscal – Órgão Social de função basilar – **em desvio dos deveres fiduciários que lhes incumbem**.

22. Foi o que novamente ocorreu.

23. Em 22.1.2026, a Diretoria da Cabesp se deparou, novamente, com a lavra do habitual **Parecer do Conselho Fiscal**, o qual, ano a ano, é também levado como documento idôneo à Assembleia Geral Ordinária.

24. O Parecer de 2026, com o **mesmíssimo motivo** do documento de 23.1.2025, – e fundamentação inexistente – , foi no sentido de reprovar as demonstrações financeiras de 2025 sob o argumento antijurídico de que **“ocorreram pagamentos de despesas judiciais (como Honorários, custas, e outros), devido ao fato de a Diretoria ter aprovado, com voto de minerva, a indicação do Banco Santander de Conselheira Suplente”** (doc. 6, grifo nosso).

25. Mais uma vez, a reprovação foi fundada em oposição dos Conselheiros Eleitos por discordarem da contratação, pela Cabesp, de escritório de advocacia, em razão do pagamento de **honorários advocatícios** para defesa da Associação em ações judiciais.

26. O Conselho Fiscal **não questiona o valor dos honorários ou qualquer regularidade contábil ou técnica quanto aos pagamentos**, mas entende (por discordância política) que a Cabesp não deveria contratar advogados para as ações judiciais:

Os Conselheiros Claudanir Reggiani, Julio Higashino, Mario Raia, reprovam os Demonstrativos Contábeis de 2025, porquanto em alguns meses do exercício (2025) ocorreram pagamentos de honorários advocatícios e despesas judiciais, que não deveriam ser assumidas pela Cabesp, uma vez que tais despesas decorrem de atos da Diretoria, que aceitou indicação feita pelo Banco Santander em total desacordo com o Estatuto Social (art.54), por voto de desempate da Diretora Presidente (art.45).

Doc. 9

27. Ou seja, os Conselheiros Fiscais Eleitos reprovaram, novamente, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 (doc. 6), documento elementar da Associação, que representa uma movimentação financeira na ordem de grandeza de **milhões de reais (doc. 10)**, vertida para o atendimento de saúde de mais de **46.724 mil beneficiários (data-base de janeiro/2026)**, em razão da contratação (e sucessivo pagamento), pela Cabesp, de honorários advocatícios de poucos mil reais, indispensáveis para que a Associação possa ser representada em ações em que é parte.

28. Naturalmente, o Parecer não foi unânime. Os Conselheiros Indicados aprovaram sem restrições as Demonstrações Financeiras da Cabesp. Ainda, **surpresos com o mesmo cenário de 2025**, não deixaram de registrar suas ressalvas e discordâncias:

Os conselheiros indicados Sr. Sebastião Pereira da Silva e Milton Kamia, aprovam integralmente e sem qualquer ressalva os Demonstrativos Contábeis de 2025.

Acrescentam que os atos dos conselheiros eleitos impedem o regular funcionamento de gestão da CABESP, com fundamentações inexistentes, que não justificam a manifestação contrária à aprovação da prestação de contas de 2025.

Ressaltam que o parecer emitido pela PWC não apontou nenhuma irregularidade e não fez nenhuma ressalva ou observação à prestação de contas de 2025 e nem mesmo com relação a algum ato de gestão.

(Doc. 9)

29. A necessidade e a razoabilidade de se resguardar a atuação da Associação, inclusive mediante a contratação de escritório de

advocacia para sua defesa, foram expressamente consignadas em ata pelos Conselheiros que divergiram do argumento ilegal repisado:

O argumento antijurídico e ilegal, mencionado mensalmente ao longo do exercício/2025, de que “ocorreram pagamentos de despesas judiciais”, com as quais os Conselheiros Eleitos não concordam que sejam assumidas pela Entidade, fundada em discordância dos Conselheiros eleitos, **em razão do pagamento de honorários advocatícios para defesa da CABESP em processos judiciais da qual é ré**, não pode ser usado como motivador para justificar a apresentação de manifestação para reprovação das Demonstrações Financeiras. **A contratação dos serviços jurídicos realizados pela CABESP segue todas as normas da entidade e as práticas de governança, sendo que uma vez que a Cabesp figure como parte em processos judiciais, deve buscar a contratação de escritório jurídico, sob pena de prejuízos à própria Cabesp.**

(Doc. 9)

.III.

Novamente: a plena idoneidade das Demonstrações Financeiras, validadas pela PwC.

Contratação de advogados essencial para a representação da Cabesp. Procedimento que seguiu os atos de Governança.

30. A reprovação das Demonstrações Financeiras de 2025 pelo Conselho Fiscal está longe de ter qualquer embasamento que envolva alguma conduta indevida da Cabesp, algum lançamento incorreto, algum erro contábil ou falha operacional.

31. Pelo contrário: a completa regularidade das Demonstrações Financeiras da Cabesp foi atestada pela **PricewaterhouseCoopers**.⁸

⁸ A PriceWaterhouseCoopers, PwC, é uma das maiores multinacionais de consultoria e auditoria do mundo, **sendo a marca mais valiosa no setor de serviços profissionais, segundo o Brand Finance Global 2018**. Presente em 151 territórios, com milhares de profissionais dedicados à prestação de serviços de qualidade em auditoria e assecuração, a Empresa é destaque em oferecer resultados idôneos e de singular confiança. Confira-se: <https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/pwc-marca-mais-poderosa-do-mundo-em-servicos->

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP ("Cabesp"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cabesp em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

(Doc. 10)

32. De fato, não há qualquer irregularidade contábil. A Cabesp nada mais fez do que a celebração de contrato de prestação de serviços advocatícios para que seu objetivo, a defesa judicial, fosse concretizado, sob pena de revelia da Associação, presunção de veracidade dos fatos contra si alegados e prejuízos aos próprios associados, como condenação em sucumbência (art. 344 do CPC).

33. A contratação de serviços pela Cabesp é totalmente regular, seguindo todas as normas da entidade e as práticas de governança. De fato, havendo a necessidade de representação judicial, a Associação buscou a contratação de escritório e o tema foi deliberado em Reunião de Diretoria, o órgão competente para tal contratação (art. 47, III c/c art. 48, I e II, do Estatuto Social).⁹

[profissionais.html#:~:text=A%20PwC%20%C3%A9%20a%20marca,lugar%20nesta%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20ranking.](#)

⁹ Nesse sentido, confira-se os poderes da Diretoria, conforme Estatuto: “Art. 47. São atribuições e deveres da Diretoria: (...) III - **celebrar quaisquer contratos ou convênios, tendentes à plena realização dos objetivos da CABESP;**

Art. 48. Compete ao Diretor Presidente: I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria; **II - representar a CABESP, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como nas suas relações com terceiros, podendo para tal finalidade, juntamente com outro diretor, constituir mandatários com poderes específicos;**”

34. É ilegal a reprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho Fiscal, em dois anos consecutivos, porque o Conselho **não aponta qualquer irregularidade fiscal, contábil, de pagamento, mas sim uma discordância com a contratação em si**, ato que sequer está compreendido nos poderes e funções do Órgão (art. 55 do Estatuto).

35. **O abuso e o desvio de finalidade são latentes.**

.IV.

Gritante conflito de interesses e desvio de finalidade.

Impedimento dos Conselheiros Eleitos, partes interessadas em ações judiciais.

36. A completa lisura das Demonstrações Financeiras de 2025 – certificada pela PwC – torna evidente **o desvio de finalidade no exercício do voto de reprovação das Demonstrações Financeiras.**

37. Os Conselheiros Eleitos, ao se manifestarem pela infundada reprovação, excederam os limites impostos pela finalidade da função do Conselho Fiscal e pela boa-fé (art. 187 do CC).¹⁰

38. Esse desvio de finalidade fica evidente quando se percebe **o gritante conflito de interesses por parte dos Conselheiros Eleitos, Srs. Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Luiz Raia.**

39. Para chegar a essa conclusão, basta observar o complexo arranjo em que tais partes encontram-se envolvidas.

¹⁰ CC, art. 187: “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”. Veja, por analogia, o art. 154 da LSA: “O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa”.

40. Como visto, as ações judiciais envolvendo o tema da Conselheira Fiscal – e que serviram como fundamento para reprovação das Demonstrações Financeiras de 2024 e, agora, 2025 – têm como objetivo questionar a indicação da Conselheira Narjara Jacqueline Boldorini, pelo Banco Santander, para ocupar a posição de membro suplente do Conselho Fiscal. O primeiro dos processos é o de nº. 1153742-82.2024.8.26.0100, em trâmite perante a 45ª Vara Cível do TJSP.¹¹

41. Prevento e distribuído ao mesmo Juízo, **considerando o mesmo objeto de questionamento da indicação da Conselheira Suplente,** tem-se o processo nº. 1164337-43.2024.8.26.0100, movido pelo Diretor Administrativo da Cabesp, Wagner Cabal Mendes, **e pelo Sr. Mario Luiz Raia, Conselheiro Efetivo,** também em face da Cabesp.¹²

42. Por fim, **há uma terceira ação com o mesmo objeto das 2 (duas) acima narradas – ou seja, a indicação da Suplente –**, o processo nº. 1167588-69.2024.8.26.0100 movido pela Conselheira Narjara e pelo Banco Santander contra os **Conselheiros Eleitos Claudanir Reggiani (efetivo), Júlio Higashino (efetivo) e Mário Luiz Raia (efetivo),** assim como contra o Conselheiro Djalma Emidio Botelho (suplente), também distribuído por prevenção à 45ª Vara Cível.

¹¹ Colhe-se do pedido: “a) A concessão da tutela inibitória com urgência para impedir, desde já, inaudita altera pars, a posse da já nomeada Narjara Jacqueline Boldroni como Conselheira Fiscal suplente da CABESP, dada a irregularidade de sua nomeação (...) d) A procedência integral da ação para declarar a nulidade da nomeação da conselheira suplente Narjara Jacqueline Boldroni, por violar diretamente o Estatuto Social da CABESP” (doc. 13).

¹² Colhe-se do pedido: “a – Conceder tutela provisória antecipada inaudita altera pars para determinar a não inclusão do nome da indicada pelo Banco – Sra. Narjara Jacqueline Boldroni como Conselheira Fiscal suplente da CABESP, atos que se formalizará com o registro em cartório da posse, até decisão final; (...) d – Por fim, seja a ação no mérito, julgada totalmente procedente para declarar a nulidade da nomeação de Conselheira Fiscal Sra. Narjara Jacqueline Boldroni, por não possuir os requisitos mínimos essenciais para assumir o cargo conforme as regras estatutárias, confirmando assim a tutela de urgência” (doc. 14).

43. Veja-se quadro das ações judiciais:

Processo	Juízo	Partes	Objeto
Processo nº. 1153742-82.2024.8.26.0100	45ª Vara Cível/SP	Abesprev vs. Cabesp	Declarar a nulidade da nomeação da Conselheira Suplente Narjara Jacqueline Boldroni (doc. 13)
Processo nº. 1164337-43.2024.8.26.0100	45ª Vara Cível/SP	Wagner Cabanal Mendes e Mario Luiz Raia vs. Cabesp	Declarar a nulidade da nomeação da Conselheira Suplente Narjara Jacqueline Boldroni (doc. 14)
Processo nº. 1167588-69.2024.8.26.0100	45ª Vara Cível/SP	Narjara Jacqueline Boldroni e Banco Santander vs. Claudanir Reggiani, Júlio Higashino, Mario Luiz Raia e Djalma Emidio Botelho.	Direito da Conselheira Suplente Narjara Jacqueline Boldroni de participar das reuniões do Conselho Fiscal (doc. 15)

44. A conclusão é apenas uma: **os Srs. Conselheiros Eleitos, Claudanir Reggiani, Júlio Higashino e Mário Luiz Raia estão completamente conflitados e impedidos de votarem acerca de qualquer assunto que envolva o objeto dos 3 (três) processos judiciais.**

45. Tanto é assim que o próprio Conselheiro Eleito, Claudanir Reggiani, confessou a ligação dos processos, os quais definiu como *“decorrentes da posse da Conselheira Fiscal não associada da CABESP”*:¹³

¹³ Para além dos processos acima mencionados, há também outros dois processos citados e relacionados ao tema da Conselheira: **(i)** a ação nº. 1020674-02.2025.8.26.0100, ajuizada pela Cabesp em face dos Conselheiros Eleitos, em razão do parecer antijurídico lavrado em 2025, na qual foi deferida tutela liminar (“Primeira Ação”); **(ii)** a ação nº 1007202-31.2025.8.26.0100, proposta pelo Santander em face da Cabesp, que discute a indicação da Conselheira Fiscal Narjara Jacqueline Boldorini.

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

À
CABESP – Diretoria

Prezados senhores(as)

Em nome dos Conselheiros Fiscais eleitos, solicito informar se no mês de julho de 2025 e até esta data, houve pagamentos de despesas judiciais e honorários advocatícios relativos aos processos abaixo relacionados, decorrentes da posse de Conselheira Fiscal não associada da CABESP:

1020674-02.2025.8.26.0100
1007202-31.2025.8.26.0100
1153742-82.2024.8.26.0100
1164337-43.2024.8.26.0100

Em caso positivo favor detalhar datas, valores e beneficiários.

Cordialmente

Claudanir Reggiani
Conselheiro Fiscal – Coordenador do Conselho Fiscal

(Doc. 16)

46. Ou seja, os Conselheiros Eleitos **jamais** poderiam ter deliberado sobre se devia ou não ter a Cabesp contratado escritório de advocacia ou arcado com custas e despesas judiciais relativos a tais processos, porque **eles são os principais interessados na derrota da Associação na esfera judicial**, já que contendem em outras demandas sobre o mesmíssimo objeto!

47. Como os Conselheiros não conseguiram, até o momento, obter êxito na via judicial, já que tiveram decisão desfavorável no âmbito da ação nº. 1153742-82.2024.8.26.0100,¹⁴ **buscaram manifestar seu inconformismo mediante o exercício do poder de voto abusivo no âmbito do Conselho Fiscal, como um deturpado meio para obter vantagem, tudo às custas da Associação.**

48. **Isso não apenas eu um ano, mas em dois anos consecutivos, dentro do mesmo mandato de exercício!**

¹⁴ No âmbito da qual houve **pronunciamento do Judiciário no sentido de indeferir pedido de tutela formulado para impedir a posse da nomeada Conselheira Narjara Jacqueline Boldroni** (doc. 3).

49. Houve, ainda, comportamento inconsistente e diversionista dos Conselheiros. A simples leitura do compilado das Atas das Reuniões do Conselho Fiscal revela que, ao longo de todo o exercício de 2025, os demonstrativos foram objeto de um curioso vaivém entre aprovações e reprovações sucessivas, em verdadeiro “movimento ioiô”.

50. Por exemplo, quanto ao mês de abril de 2025, os Srs. Mario Raio e Claudanir Regianni aprovaram os demonstrativos sem qualquer ressalva. O Conselheiro Júlio, por sua vez, reprovou as contas, referindo à “*irregularidade ocorrida desde dezembro de 2024*” (que, por sua vez, embasou o Parecer de 2025 – a revelar a identidade dos temas discutidos):

249 **4. Demonstrativos Contábeis de abril de 2025**
 250
 251 Os Membros do Conselho tomaram conhecimento. O conselheiro efetivo eleito Júlio,
 252 desaprova o demonstrativo contábil de abril, por conter irregularidade ocorrida desde
 253 dezembro de 2024, janeiro e fevereiro/2025, e no mês de março, o qual tomou
 254 conhecimento em 27 de maio de 2025, despesas e honorários advocatícios que não
 255 seriam pertinentes a CABESP assumir.
 256 Os conselheiros efetivos Reggiani, Mario Raia, Milton e Sebastião, aprovam o
 257 demonstrativo contábil de abril.
 258

(Doc. 11)

51. Logo após, em junho de 2025, os Conselheiros Eleitos (*incluindo os Srs. Mario e Claudanir*) votaram pela não aprovação, sob argumento dos honorários e despesas judiciais, que remontariam à 2024:

259 **4. Demonstrações Contábeis de junho de 2025: (Deliberação)**
 260 Os Membros do Conselho tomaram conhecimento as Demonstrações Contábeis de
 261 Junho de 2025.
 262
 263 Os Conselheiros Fiscais Efetivos Claudanir Reggiani, Júlio Higashino e Mario Raia não
 264 aprovam as Demonstrações Contábeis de junho de 2025 porquanto, naquele mês, houve
 265 o pagamento de honorários e despesas judiciais com processos decorrentes de atos
 266 irregulares da Diretoria ao aceitar a indicação do Banco Santander e empossar
 267 Conselheira Suplente em total desacordo com o Estatuto Social da CABESP. As
 268 mencionadas despesas já foram rejeitadas pela maioria do Conselho Fiscal quando
 269 deliberou sobre as Demonstrações Financeiras de dezembro de 2024, e do Balanço
 270 Anual de 2024, conforme Parecer do Conselho de 23.01.2025.
 271 A maioria dos Conselheiros Fiscais efetivos entendem que as citadas despesas não
 272 devem ser suportadas pela CABESP, mas por quem, por infringência da norma
 273 estatutária as provocou.

(Doc. 12)

52. É manifesto o conflito de interesse, inclusive à luz do próprio Código de Ética da Associação:

11. Conflito de Interesse

O conflito de interesses ocorre quando os interesses pessoais são conflitantes com os organizacionais.

Para assegurar que a ação dos abrangidos por esse código seja coerente com os princípios da CABESP, as seguintes regras devem ser respeitadas:

- Não praticar qualquer ato, participar de processos ou exercer influência sobre decisões que possam resultar em benefício próprio ou para pessoas com quem haja algum tipo de relacionamento, inclusive parentesco, em detrimento dos interesses da CABESP;

(Doc. 17)

53. É tão evidente o conflito que o então Diretor Administrativo à época, Wagner Cabanal Mendes, igualmente parte do processo nº. 1164337-43.2024.8.26.0100, **movido juntamente com o Conselheiro Mario Raia contra a Cabesp**, reconheceu expressamente que teria que se retirar da reunião da Diretoria, após deliberação de contratação de defesa na ação movida pela Abesprev, vez que seria discutido, posteriormente, sobre os honorários de ação movida por ele próprio e o Sr. Mario:

37 O Diretor Wagner retirou-se da reunião por conflito de interesse com a pauta a seguir:

38 Foi dada ciência sobre proposta de honorários de contratação do escritório Bevilaqua

39 para defesa da ação de autoria dos Senhores Wagner Cabanal (Diretor Administrativo)

40 e o Sr. Mario Raia (Conselheiro Fiscal efetivo), movida contra a CABESP, com o objeto

41 contrário à indicação/posse da conselheira fiscal que não atende aos requisitos

42 estatutários. A proposta considera Pró-labore inicial no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e

43 quatro mil reais), e honorários finais de êxito no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e

44 quatro mil reais), que deverão ser atualizados pelo INPC/IBGE. Custas e despesas

45 processuais deverão ser reembolsadas ou pagas diretamente pela CABESP. O Diretor

46 Financeiro ratificou o posicionamento de que esta contratação também deveria ser

47 suportada pelo Santander. A Diretoria aprovou, por maioria de votos, a contratação do

48 escritório Bevilaqua.

(Doc. 18)

54. Ora, aos membros de órgãos de associações, os **deveres de fidúcia são ainda mais intensos que em sociedades empresárias**. Afinal, se os administradores de sociedades empresárias devem velar pelo bem coletivo em vista do *shareholder's value*, quanto mais em uma associação civil, em que há um bem comum não econômico entre os associados a ser observado.

55. Mas, ainda que se tratasse de sociedade anônima, a conduta seria reputada ilícita. *In casu*, invoca-se a aplicação analógica da Lei das Sociedades Anônimas:

“Um outro dever, corolário do próprio dever de lealdade, **é o dever de não ingressar o administrador em situação de conflito com os interesses da companhia**. Deve ele, assim, na dicção do *caput* do art. 156, abster-se de intervir em operações ou deliberações nas quais tiver interesse conflitante com o da companhia (...) **O conflito de interesse revela-se pela ausência de independência do administrador em relação à operação social ou ao objeto da deliberação do órgão de administração que integra e que é capaz de acarretar um resultado desfavorável ao interesse social, o qual estaria, destarte, sacrificado para a**

satisfação do interesse particular do administrador”.¹⁵

56. Dessa forma, há nítido descumprimento, pelos Conselheiros Eleitos, de seu dever de fidúcia de melhor atender aos interesses da Associação.¹⁶ Diante do quanto fundamentado, há, sem dúvidas, abuso na reprovação das Demonstrações Financeiras.

* * *

57. Considerando todo o exposto, e o dever da Cabesp de zelar pelo interesse da Associação, pelo correto funcionamento de seus órgãos sociais, a Autora pretende, com a presente demanda, a prolação de decisão judicial **reconhecendo e declarando: (i) a regularidade das Demonstrações Financeiras de 2025; e/ou (ii) a regularidade da contratação de serviços advocatícios pela Cabesp nas Ações Conflitadas**, haja vista, simultaneamente, o vício formal da deliberação, que não poderia ter contado com os votos dos Conselheiros Eleitos, pois impedidos, e o vício material da deliberação, haja vista ser fundada em discordância que excede os poderes do Conselho Fiscal, e motivada em razão antijurídica, ou seja, a discordância com contratação de serviços advocatícios, indispensáveis em razão da situação de parte ré da Cabesp.

¹⁵ Sergio Campinho, **Curso de Direito Comercial - Sociedade Anônima**, 8ª ed. [versão digital], Rio de Janeiro: *Saraiva Jur*, 2024, grifou-se.

¹⁶ Veja-se a doutrina aplicável, por analogia, às associações: “O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, razão pela qual se veda ao administrador (artigo 155): (1) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo; (2) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia; e (3) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir. **Ademais, não pode intervir em qualquer operação social na qual tenha interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse** (artigo 156)” (Gladston Mamede, **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**, 14ª ed. [versão digital], Rio de Janeiro: Atlas, 2022, grifou-se).

58. Apenas subsidiariamente, requer-se seja determinada a realização de nova deliberação pelo Conselho Fiscal a respeito do tema, com a abstenção dos Conselheiros impedidos,¹⁷ determinando-se, ainda, que se abstenham de invocar razões alheias às Demonstrações Financeiras propriamente ditas e que excedem o objeto de análise do Conselho Fiscal.

.V.

**Pedido de concessão de tutela provisória de urgência,
tal como deferido por esse MM. Juízo na Primeira Ação.**

Iminente realização da AGO (20 e 23 de fevereiro de 2026).

59. Dúvidas não há, como demonstrado acima, a respeito da probabilidade do direito da Cabesp, considerando a inequívoca regularidade de suas Demonstrações Financeiras de 2025, tratando-se de **segunda reprovação política e de cunho de represália interna**.

60. Tampouco há dúvida do evidente conflito de interesses e do impedimento dos Conselheiros Eleitos, Srs. Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Luiz Raia, de deliberarem o quanto decidido no Parecer do Conselho Fiscal de 22.1.2026. Além disso, a manifestação do Conselho foi eivada de desvio de finalidade e em contradição a seu dever de fidúcia.

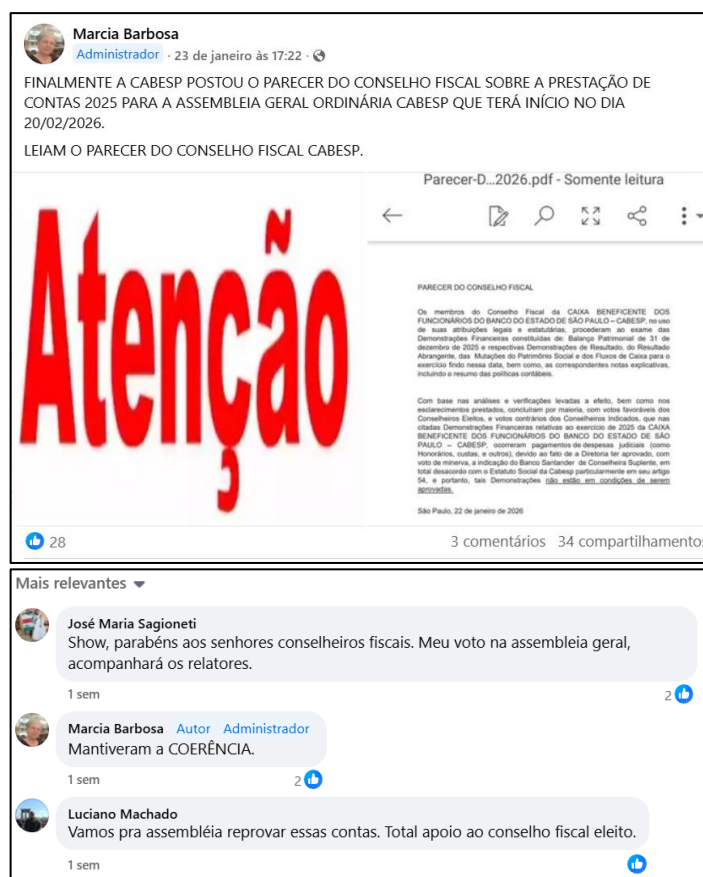
61. Por outro lado, a Cabesp encontra-se em situação de risco de dano irreversível. Isso porque o Parecer do Conselho Fiscal deve ser levado à Assembleia Geral Ordinária que se será realizada entre os dias 20 e 23 de fevereiro de 2026 (doc. 19).

62. Caso seja levado à deliberação o Parecer do Conselho Fiscal como proferido, há elevadíssimo risco de que as contas da

¹⁷ Conselheiros Eleitos Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Luiz Raia e o Conselheiro Suplente Djalma Emídio Botelho.

Associação, referente ao exercício de 2025, sejam reprovadas (já que induzidos os associados a erro), esvaziando a deliberação das contas na AGO 2026 e o resultado útil da decisão final a ser tomada no presente processo, a qual tem como objeto a regularidade das contas.

63. Já há, inclusive, manifestações no âmbito do corpo associativo nas quais o Parecer vem sendo utilizado como referência para orientar a reprovação das contas. Veja-se abaixo (“*vamos pra assembleia reprovar essas contas*”):



(Doc. 20)

64. **Desse modo, a Cabesp requer – exatamente como já deferido na Primeira Ação – a concessão de tutela provisória de urgência**, para determinar que, em razão do conflito de interesses e da

irregularidade na reprovação das Demonstrações Financeiras da Cabesp pelo Conselho Fiscal, **o Parecer do Conselho Fiscal de 22.1.2026 não seja apresentado como documento idôneo na Assembleia Geral Ordinária**, abstendo-se os associados de deliberar sobre o item da Prestação de Contas (item I da Pauta da AGO; doc. 19), devendo constar, quanto ao ponto, que a matéria está *sub judice*.

65. Apenas **subsidiariamente**, requer-se seja determinada, em regime de urgência e antes da AGO 20 e 23 de fevereiro de 2026, a realização de nova deliberação pelo Conselho Fiscal da Cabesp a respeito do tema, com a abstenção dos Conselheiros impedidos, determinando-se, ainda, que se abstenham de invocar razões alheias às Demonstrações Financeiras propriamente ditas e que excedem o objeto de análise do Conselho Fiscal.

.VI.

Conclusão e pedidos.

66. Por todo o exposto, a Cabesp requer:

- a) **seja deferida a concessão de tutela provisória de urgência, liminarmente**, para determinar que, em razão do conflito de interesses e irregularidade na reprovação das Demonstrações Financeiras da Cabesp pelo Conselho Fiscal, **o Parecer do Conselho Fiscal de 22.1.2026 não seja levado como documento idôneo na Assembleia Geral Ordinária, abstendo-se os associados de deliberar sobre o item da Prestação de Contas (item I da Pauta da AGO), devendo constar, quanto ao ponto, que a matéria está *sub judice***;
- b) **quanto ao item (a), apenas subsidiariamente**, requer-se seja determinada, em regime de urgência e antes da AGO de 20 e 23 de fevereiro de 2026, a realização de nova deliberação pelo Conselho Fiscal da Cabesp a respeito do tema, com a abstenção dos Conselheiros impedidos, determinando-se, ainda, que se abstenham de invocar razões

alheias às Demonstrações Financeiras propriamente ditas e que excedem o objeto de análise do Conselho Fiscal;

- c) **no mérito**, seja confirmada em definitivo a tutela provisória concedida e declarada para reconhecer **(i) a regularidade das Demonstrações Financeiras de 2025; e/ou (ii) a regularidade da contratação de serviços advocatícios pela Cabesp nas Ações Conflitadas**, haja vista, simultaneamente, o vício formal da deliberação, que não poderia ter contado com os votos dos Conselheiros Eleitos, pois impedidos, e o vício material da deliberação, haja vista ser fundada em discordância que excede os poderes do Conselho Fiscal, e motivada em razão antijurídica, ou seja, a discordância com contratação de serviços advocatícios, indispensáveis em razão da situação de parte ré da Cabesp;
- d) **quanto ao item (c)**, apenas subsidiariamente, requer-se seja determinada a realização de nova deliberação pelo Conselho Fiscal da Cabesp a respeito do tema, com a abstenção dos Conselheiros impedidos, determinando-se, ainda, que se abstenham de invocar razões alheias às Demonstrações Financeiras propriamente ditas e que excedem o objeto de análise do Conselho Fiscal;
- e) ainda, diante da postura reiterada dos Conselheiros Eleitos, requer-se a advertência judicial quanto às consequências do eventual descumprimento das decisões judiciais vigentes, inclusive para fins de caracterização do crime de desobediência (art. 330 do CP);
- f) seja determinada a citação dos réus no endereço indicado no preâmbulo, pela via postal, para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena dos efeitos da revelia; e
- g) a condenação dos réus ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §1º, do CPC.

67. A Autora protesta pela produção de prova por todos os meios admitidos em direito, especialmente oral e documental

suplementar. A Cabesp requer, ainda, seja dispensada a audiência de conciliação e mediação prevista no art. 334 do CPC.

68. Requer-se, ainda, sejam incluídos nos registros cartorários os nomes de **Renan Soares Cortazio, Gustavo Tepedino e Milena Donato Oliva**, inscritos na OAB/RJ, respectivamente, sob os números 220.226, 41.245 e 137.546, e na OAB/SP, respectivamente, sob os números, 305.517, 305.520 e 416.988, todos com escritório na Rua Primeiro de Março, nº. 23, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, a quem deverão se dirigir, **cumulativamente e com exclusividade**, todas as intimações referentes ao presente, inclusive a prevista no art. 269, § 1º, do CPC, **sob pena de nulidade, independentemente de quem assinar as petições ou de outros endereços informados**, tal como preceituam os arts. 272, § 5º, e 280 do CPC.


69. Dá-se à causa o valor de alçada de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nestes termos
Pede deferimento.


São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

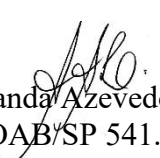

Gustavo Tepedino
OAB/SP 305.517

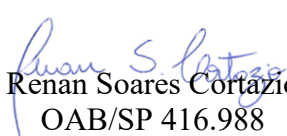

Milena Donato Oliva
OAB/SP 305.520


Vivianne da Silveira Abílio
OAB/SP 312.722


Sofia Orberg Temer
OAB/SP 382.504


Manoela Virmond Munhoz
OAB/SP 500.976


Amanda Azevedo Lima
OAB/SP 541.766


Renan Soares Cortazio
OAB/SP 416.988

LISTA DOCUMENTOS¹⁸

Doc. 1 – Procuração e atos constitutivos da Autora;

Doc. 2 – Termo de posse dos Conselheiros;

Doc. 3 – Decisões no âmbito da ação nº. 1153742-82.2024.8.26.0100, as quais indeferiram a liminar formulada para impedir a posse da Conselheira Suplente;

Doc. 4 – Decisão que concedeu liminar à Cabesp para que o Parecer do Conselho Fiscal de 2025 não fosse levado à AGO de 2025 (“Primeira Ação”);

Doc. 5 – Parecer do Conselho Fiscal de 23.1.2025;

Doc. 6 – Parecer do Conselho Fiscal de 22.1.2026;

Doc. 7 – Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº. 29;

Doc. 8 – Estatuto Social da Cabesp;

Doc. 9 – Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº. 38 ocorrida em 22.1.2026, em que os Conselheiros Eleitos recomendaram a reprovação das contas de 2025;

Doc. 10 – Parecer de Auditoria da PriceWaterhouseCoopers, em que fica demonstrada a regularidade das contas e Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 da Cabesp;

Doc. 11 – Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº. 30;

Doc. 12 – Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº. 32;

Doc. 13 – Petição Inicial do processo nº. 1153742-82.2024.8.26.0100;

Doc. 14 – Petição Inicial do processo nº. 1164337-43.2024.8.26.0100;

Doc. 15 – Petição Inicial do processo nº. 1167588-69.2024.8.26.0100;

Doc. 16 – *E-mail* em que o Conselheiro Eleito, Claudanir Reggiani, reconhece a relação entre as ações conflitadas;

Doc. 17 - Código de Ética da Cabesp;

¹⁸ Em razão das informações financeiras e demais pautas relativas à gestão interna da Associação, como descrições acerca dos prestadores de serviços, as Atas mencionadas neste processo serão juntadas em sigilo. São elas: doc. 9, doc. 11, doc. 12 e doc. 18.

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

Doc. 18 – Ata de Reunião Ordinária de Diretoria nº. 2573, ocorrida em 6.11.2024, em que o Diretor Wagner reconhece o conflito de interesses para deliberar sobre o tema;

Doc. 19 – Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária de 20 e 23 de fevereiro de 2026; e

Doc. 20 – Manifestações no sentido da reprovação da prestação de contas do exercício de 2025.

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 1

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP**, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 62.231.527/0001-84, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº. 293, Centro, CEP 01014-915, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Sra. **Maria Lúcia Ettore do Valle**, brasileira, casada, bancária, portadora do RG nº. 16.302.720-1 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº. 090.243.268-00, e por sua Diretora de Operações, Sra. **Eliane Cristina Pereira do Carmo Celestino**, brasileira, casada, bancária, portadora do RG nº. 07.227.540-7 SSP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº. 875.181.557-53, nomeia e constitui como seus procuradores os advogados **GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 41.245 e no CPF/MF sob o nº. 595.181.467-72; **MILENA DONATO OLIVA**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 137.546 e no CPF/MF sob o nº. 098.657.777-46; **PAULA GRECO BANDEIRA**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 145.377 e no CPF/MF sob o nº. 101.974.547-98; **VIVIANNE DA SILVEIRA ABÍLIO**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 165.488 e no CPF/MF sob o nº. 098.632.357-84; **ANDRE VASCONCELOS ROQUE**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 130.538 e no CPF/MF sob o nº. 092.986.847-11; **MARINA BRANCO CAMPOS**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 167.502 e no CPF/MF sob o nº. 119.029.237-82; **SOFIA ORBERG TEMER**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 204.625 e no CPF/MF sob o nº. 068.844.129-76; **HENRIQUE DE MORAES FLEURY DA ROCHA**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 204.677 e no CPF/MF sob o nº. 148.149.997-12; **BERNARDO BARRETO BAPTISTA**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 184.733 e no CPF/MF sob o nº. 138.450.997-63; **CAMILA HELENA MELCHIOR BAPTISTA DE OLIVEIRA**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 211.089 e no CPF/MF sob o nº. 148.014.387-17; **LAÍS CAVALCANTI GOMES SAMPAIO**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 211.584 e no CPF/MF sob o nº. 027.857.851-93; **RENAN SOARES CORTAZIO**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 220.226 e no CPF/MF sob o nº. 153.669.557-26; **JULIA QUARESMA FRANZERI**,

inscrita na OAB/SP sob o nº. 406.500 e no CPF/MF sob o nº. 055.938.771-73; **CAROLINA VIEIRA MIRANDA CRESPO**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 228.686 e no CPF/MF sob o nº. 153.236.747-33; **ANDRÉ BRANDÃO NERY COSTA**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 169.161, e no CPF/MF sob o nº. 016.178.623-55; **AMANDA LAUER SEVERINO**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 459.358 e no CPF/MF sob o nº. 437.339.238-20; **CLARICE MACHADO MOTA**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 231.007 e no CPF/MF sob o nº. 161.292.237-65; **WESLEY FERREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito na OAB/SP sob o nº. 482.540 e no CPF/MF sob o nº. 411.301.698-47; **LUIZA ANDRADE FAGUNDES DE CARVALHO**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 245.627 e no CPF/MF sob o nº. 185.439.987-00; **CHRISTINE TEIXEIRA VILAÇA LOBO**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 249.223 e no CPF/MF sob o nº. 131.621.227-08; **LUIZA MEDEIROS DE FARIA**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 249.529 e no CPF/MF sob o nº. 174.185.287-01; **ANA CAROLINA NIGRO BARBOSA**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 435.649 e no CPF/MF sob o nº. 407.089.328-86; **BEATRIZ NETTO DE DÉA MORAES**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 491.304 e no CPF/MF sob o nº. 342.419.208-29; **MANOELA VIRMOND MUNHOZ**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 500.976 e no CPF/MF sob o nº. 080.964.769-98; **LETÍCIA FERNANDES PROCACI**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 254.460 e no CPF/MF sob o nº. 186.334.617-14; **MACKSON MATHEUS DA SILVA MARINHO**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº. 77.225 e no CPF/MF sob o nº. 700.188.604-19; **GIOVANA GOMES SAMPAIO**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 489.512 e no CPF/MF sob o nº. 469.803.648-80; **TAINARA TEIXEIRA DA SILVA**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 228.292 e no CPF/MF sob o nº. 158.839.697-55; **LUCAS CESAR PESSÔA DE MELLO LAVOGADE**, brasileiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 237.221 e no CPF/MF sob o nº. 163.145.437-46; **VICTÓRIA DE OLIVEIRA PURCINO**, brasileira, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 264.011 e no CPF/ME sob o nº. 132.591.387-14; **VICTÓRIA SAPATELLI DAMAS**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 470.090 e no CPF/MF sob o nº. 466.920.148-40; **FELIPE FRANÇA PEREIRA**, brasileiro, inscrito na OAB/SP sob o nº. 528.935 e no CPF/MF sob o nº. 498.787.928-03; **MARCELY FERREIRA RODRIGUES**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº.

335.712 e no CPF/ME sob o nº. 384.993.568-00; **ANA CLARA FABRIS CODOGNO**, brasileira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 530.580 e no CPF/MF sob o nº. 498.740.348-07 e **AMANDA RIBEIRO DE AZEVEDO LIMA**, brasileira, inscrita na OAB/DF sob o nº. 85.868 e no CPF/MF sob o nº. 703.464.271-00, todos integrantes do escritório GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS, sociedade de advogados inscrita no OAB/RJ sob o nº. 015.740/2006, com sede na Rua Primeiro de Março, nº. 23, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, 20010-000, para defender os interesses do outorgante em relação à Ação pelo Procedimento Comum com pedido de tutela provisória de urgência, a ser ajuizado pela Cabesp em face dos conselheiros integrantes do Conselho Fiscal, bem como em todos os recursos, incidentes e processos dela decorrentes, de acordo com a cláusula *ad judicium et extra*, o que inclui, mas não se limita a, poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, notificar, protestar títulos, peticionar ao Ministério Público, bem como substabelecer, ressalvados os substabelecimentos anteriormente outorgados, os quais permanecem válidos.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2026.

MARIA LUCIA ETTORE DO VALLE

Diretora Presidente – CABESP

ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO

Diretora de Operações - CABESP

mievalle@cabesp.com.br

Assinado
D4Sign



eliane.celestino@cabesp.com.br

Assinado
D4Sign



Procuração Cabesp Tepedino 090226 pdf

Código do documento 9f4203c0-41e0-4867-85c7-9136c9b2c6bf



Assinaturas

Eliane Cristina P. do Carmo Celestino
eliane.celestino@cabesp.com.br
AssinouMaria Lúcia Ettore do Valle
mlevalle@cabesp.com.br
Assinou

Eventos do documento

09 Feb 2026, 09:25:23

Documento 9f4203c0-41e0-4867-85c7-9136c9b2c6bf **criado** por ANA CRISTINA DE SOUSA MACHADO DE ARAUJO (b504cc11-5172-4eaf-ac1f-05e4feba608f). Email: ana.araujo@cabesp.com.br. - DATE_ATOM: 2026-02-09T09:25:23-03:00

09 Feb 2026, 09:27:49

Assinaturas **iniciadas** por ANA CRISTINA DE SOUSA MACHADO DE ARAUJO (b504cc11-5172-4eaf-ac1f-05e4feba608f). Email: ana.araujo@cabesp.com.br. - DATE_ATOM: 2026-02-09T09:27:49-03:00

09 Feb 2026, 09:45:28

ELIANE CRISTINA P. DO CARMO CELESTINO **Assinou** - Email: eliane.celestino@cabesp.com.br - IP: 187.32.90.137 (187.32.90.137 porta: 25596) - Geolocalização: -23.54497398725786 -46.6334443185171 - Documento de identificação informado: 875.181.557-53 - DATE_ATOM: 2026-02-09T09:45:28-03:00

09 Feb 2026, 10:54:38

MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE **Assinou** - Email: mlevalle@cabesp.com.br - IP: 187.51.17.41 (187-51-17-41.customer.tdatabrasil.net.br porta: 6372) - Documento de identificação informado: 090.243.268-00 - DATE_ATOM: 2026-02-09T10:54:38-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5cf21eea15034e510e20918e8989aa5358c7bae059ab4dc0782963fa1900ce3f

(SHA512):69e7cc066c81c1e7390795fe948d8bfeb22309c6c0b0b251b534d6f49e7d76075c0f16386311e8967f5b462c5d1a1677097e5a23e98a300d620b1ac79d683774

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



5 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 09 de February de 2026, 10:59:13



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



2º TABELIÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - SP
ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA
TABELIÃO



1º Traslado do Livro nº 4221 - Fls 253/254

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP.

S A I B A M, quantos a presente procuração pública virem que, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (02/12/2025), nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, compareceram perante mim, Sonia de Fatima Pires de Oliveira, Escrevente do 2º Tabelião de Notas de São Paulo, em VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos do Provimento CNJ nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça, compareceu como **OUTORGANTE: CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP**, associação privada, com sede nesta Capital, no Estado de São Paulo, Bairro do Centro, na Rua Boa Vista, nº 293, CEP 01014-915, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.231.527/0001-84, com sua situação cadastral ativa emitida (via internet) em 25 de novembro de 2025, cujo comprovante situação cadastral, juntamente com seus atos constitutivos, ficam arquivados nestas notas em pasta; com seu Estatuto Social reformulado que passou a vigorar em 01 de setembro de 2018, devidamente registrado e microfilmado sob o nº 454394, no 1º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Capital, em 17 de janeiro de 2019, neste ato representada, na conformidade com a seção III dos artigos 48, inciso II e 49 do seu mencionado Estatuto Social por sua **Diretora Presidente, Sra. MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE**, brasileira, casada, bancária, portadora da cédula de identidade RG nº 16.302.720-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 090.243.268-00, com seu Termo de Posse datado de 06 de maio de 2025, devidamente registrado sob o nº 502.117, no 1º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Capital, em 30 de maio de 2025; e por sua **Diretora de Operações, Sra. ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO**, brasileira, casada, administradora, portadora do RG nº 07.227-540-7-IFPRJ/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº. 875.181.557-53, com seu Termo de Posse datado de 05 de dezembro de 2022, devidamente registrado sob o nº 482.706, no 1º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Capital, em 28 de dezembro de 2022; ambas com endereço profissional na sede da empresa que ora representam; - as presentes, maiores e capazes, que se identificaram através dos documentos supramencionados, ora exibidos do que dou fé. - E, pela referida outorgante, na forma como vem representada, foi-me dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem sua bastante procuradora: **DRA. MIRELLE CONEJERO MORALES**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob nº. 719.224.313-20, e na OAB/SP sob nº 235.077, com escritório na Rua Boa Vista, nº 293 – 3º andar, Centro, nesta Capital; - a quem confere poderes para representá-la administrativamente perante entidades estatais e paraestatais; autarquias, inclusive a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Fundações, inclusive a Fundação de proteção e Defesa do Consumidor – PROCON; Ministério Público; Secretarias; Delegacias; DETRAN; Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Secretaria da Receita Federal; Ministérios; Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Departamentos; Prefeituras Municipais; Instituições; Sociedades de Economia Mista; Empresas Públicas e Privadas; pessoas físicas e jurídicas, inclusive perante notários e registradores públicos e quaisquer outros órgãos e entidades; bancos, caixas econômicas, instituições financeiras e outros estabelecimentos de crédito; habilitando-se à prática de todos os atos administrativos em que for interessada e, ainda, para transigir, desistir, renunciar, receber, dar quitação e firmar compromisso; conferindo ainda, poderes da cláusula ad judicia, para representá-la judicialmente no foro em geral, e os especiais para receber, passar recibos, indicar prepostos,

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código GKUEB-

72B5W-VMEJF-JJZAA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR





2º TABELIÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - SP
ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA
TABELIÃO



dar quitações, firmar compromissos, confessar, transigir, desistir, renunciar, receber citações (mesmo iniciais) e intimações, podendo, ainda, substabelecer os poderes ora outorgados em outrem, com reserva de poderes iguais, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os meios e recursos legais e acompanhando-os, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e praticar quaisquer outros atos, por mais especiais que sejam, ainda que não expressos neste instrumento, uma vez que os poderes aqui expressos, são meramente exemplificativos, não excluindo quaisquer outros, necessários, oportunos ou convenientes. **O PRESENTE INSTRUMENTO É VÁLIDO ATÉ DOIS (02) ANOS.** Todos os documentos de arquivamento obrigatório mencionados neste ato notarial ficam arquivados digitalmente, pelo prazo legal, neste 2º Tabelionato de Notas, sob o número de ordem do protocolo informatizado, nos termos do Provimento CNJ nº. 149/2023. E de como assim disseram, do que dou fé, me pediram e lhes lavrei esta procuração, a qual feita e lhes sendo lida, em voz alta e clara, foi achada em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. Eu, Sonia de Fátima Pires de Oliveira, escrevente, a escrevi. Eu Natalia Freitas da Silva, Substituto do Tabelião, a subscrevi. (a.a) // MARIA LUCIA ETTORE DO VALLE, ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO . Traslada na data supra. O presente traslado foi confeccionado e assinado digitalmente por Giselle Olegário da Costa Pinto Anacleto, Substituta do Tabelião, sob a forma de DOCUMENTO ELETRÔNICO, mediante processo de certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da medida provisória nº 2200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo, para sua validade, ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade.

CUSTAS E EMOLUMENTOS: Ao Cartório R\$ 188,30; Ao Estado: R\$ 53,52; A Secretaria da Fazenda: R\$ 36,62; Santa Casa: R\$ 1,88; Ao Registro Civil: R\$ 9,91; Ao Tribunal da Justiça: R\$ 12,92; Ao Município: R\$ 4,02; Ministério Público: R\$ 9,04;
TOTAL: R\$ 316,21

PROTOCOLO Nº 334.847



Assinado digitalmente por:
 GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO
 CPF: 125.915.908-69
 Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
 Data: 03/12/2025 16:11:28 -03:00



SELO DIGITAL: 1127221PR000000257946325C - R\$ 316,21

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código GKUEB-72B5W-VMEJF-JJZAA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: GKUEB-72B5W-VMEJF-JJZAA

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

Matrícula Notarial Eletrônica: 112722.2025.12.02.00517803-49

✓ GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO (CPF 125.915.908-69) em
03/12/2025 16:11

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/GKUEB-72B5W-VMEJF-JJZAA>



Substabelecimento

Mirelle Conejero Morales, advogada, inscrita na OAB/SP nº 235.077, com endereço profissional na Rua Boa Vista nº 293 - Centro - São Paulo/SP – CEP 01014-915, **substabelece com reserva de poderes**, os poderes conferidos por **CABESP – Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo** as advogadas; **Amanda Gaspar Pohlmann**, inscrita na OAB/SP nº 359.314, **Jéssica Sanfelici Potomati**, inscrita na OAB/SP nº 334.062 e **Priscila Silva Santos**, inscrita na OAB/SP nº 373.883.

São Paulo, 07 de novembro de 2024.



Mirelle Conejero Morales
OAB/SP 235.077



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr.Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: pj@lrd.com.br - Site: www.lrd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 478.614 de 06/06/2022

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **9 (nove) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 20/05/2022, o qual foi protocolado sob nº 566.471, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **478.614** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

CAIXA BENEFICIENTE DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO CABESP

CNPJ nº 62.231.527/0001-84

Natureza:

ATA ELETRÔNICA DE ELEIÇÃO E POSSE

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado a seguinte assinatura digital:

MIRELLE CONEJERO MORALES:71922431320(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 06 de junho de 2022

Assinado eletronicamente

Adriana Araujo Paulo Rego

Escrevente Autorizado

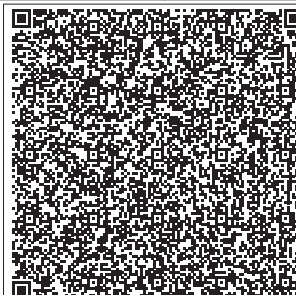
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 81,52	R\$ 23,21	R\$ 15,90	R\$ 4,31	R\$ 5,58
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 3,93	R\$ 1,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,15



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00200925222285481



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1115914PJEF000031152DD22B

Página
000008/000009

Registro Nº
478.614
06/06/2022

Protocolo nº 566.471 de 20/05/2022 às 14:33:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **478.614** em **06/06/2022** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 81,52	R\$ 23,21	R\$ 15,90	R\$ 4,31	R\$ 5,58	R\$ 3,93	R\$ 1,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,15



TERMO DE POSSE GESTÃO 06/05/2022 A 05/05/2025

Aos seis dias de maio de dois mil e vinte e dois, às nove horas, toma posse como Diretora Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, a senhora Maria Lúcia Ettore do Valle, por indicação da Diretoria do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme documento transcrito em ata nº 2444, que registra a cerimônia de posse.

TABELÃO DE NOTAS

MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE

Diretora Presidente

2º Tabelião de Notas de São Paulo - Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Tel.: (11) 3357-8844 - www.zcartorio.com.br

Reconheço por semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR ECONÔMICO de
MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE
São Paulo, 20/05/2022. Em test. da Verdade.

Fabiano Conceição Cerqueira - Escrevente Autorizado
Valor: R\$ 7,50. Selos(s): 1081AR23/752

412722
S11051AB0257732



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr.Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: pj@1rtd.com.br - Site: www.1rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 482.706 de 28/12/2022

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **14 (quatorze) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 12/12/2022, protocolado sob nº 572.380, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **482.706** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO CABESP
CNPJ nº 62.231.527/0001-84

Natureza:

ATA ELETRÔNICA DE INDICAÇÃO E POSSE

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado a seguinte assinatura digital:

MIRELLE CONEJERO MORALES:71922431320(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 28 de dezembro de 2022

Assinado eletronicamente

Charles da Silva Pedro
Oficial Substituto

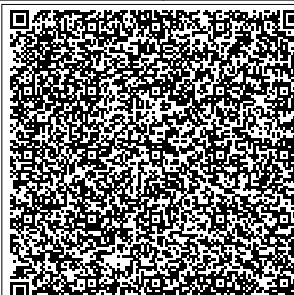
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 112,37	R\$ 32,01	R\$ 21,95	R\$ 5,96	R\$ 7,68
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 5,43	R\$ 2,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 187,75



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00201072500840191



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1115914PJFF000070891AD22P

Página 000006/000014
Registro Nº 482.706
28/12/2022

Protocolo nº 572.380 de 12/12/2022 às 11:27:58h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **482.706** em **28/12/2022** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Charles da Silva Pedro - Oficial Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 112,37	R\$ 32,01	R\$ 21,95	R\$ 5,96	R\$ 7,68	R\$ 5,43	R\$ 2,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 187,75



TERMO DE POSSE GESTÃO 05/12/2022 A 04/12/2025

Aos cinco dias de dezembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, toma posse como Diretora de Operações da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, a senhora Eliane Cristina Pereira do Carmo Celestino, por indicação da Diretoria do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme documento transcrito em ata nº 2465, que registra a cerimônia de posse.



ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO

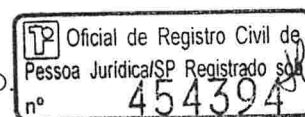
Diretora de Operações



ESTATUTO CABESP
CABESP – CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FORO E DURAÇÃO



Art. 1. A CABESP – Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo é uma Associação, constituída na forma da legislação em vigor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por sede e foro Rua Boa Vista, 293, Centro, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, instituída pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., empresa incorporada pelo Banco Santander (Brasil) S.A, patrocinador principal. O prazo de duração da CABESP é indeterminado.

Parágrafo único - A CABESP deverá estender a sua atuação em todo território nacional, podendo celebrar contrato, convênios de reciprocidade com empresas de assistência a saúde conforme regulamento próprio.

Art. 2. A CABESP tem por objetivo assegurar a seus beneficiários assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e paramédica.

Parágrafo 1º A assistência médica e hospitalar será prestada por sistema de livre escolha e por meio de atendimento direto ou cobertura de despesas com consultas, exames subsidiários, tratamentos, internações clínicas e cirúrgicas e profilaxia em geral, na forma do presente Estatuto, e com a exclusão de tratamento ou cirurgia plástica estética e procedimentos não consagrados pelos órgãos oficiais dos profissionais de saúde.

Parágrafo 2º Tratamento psicoterápico, fonoaudiológico, ortóptico, odontológico, fisioterápico e terapia ocupacional ficarão subordinados à regulamentação própria.

Parágrafo 3º Para a consecução de seus objetivos, a CABESP manterá sempre que possível e onde necessário:

Parágrafo 3º Para a consecução de seus objetivos, a CABSJ, Manterá sempre que possível e em sua necessidade:

II - convênios com hospitais e estabelecimentos congêneres para uso de suas acomodações na forma convencional entre as partes, observando-se:

a) internação, nos casos de cirurgia ou parto, em quarto privativo, semi-privativo ou coletivo, com direito a acompanhante, excluídas as refeições deste;

b) internação, na fase aguda das afecções clínicas graves em acomodação designada em convênio.

III - Ambulatórios próprios para consultas, tratamentos, pequenas cirurgias, perturbações da saúde, enfermagem rápida e tratamento odontológico;

IV - Hospitais, Clínicas e Serviços Especializados.

Parágrafo 4º Mediante convênio remunerado com o Banco Santander (Brasil) S.A e demais empresas do Conglomerado Santander, a CABESP poderá incumbir-se da manutenção do serviço médico de Empresa e Medicina Preventiva para os funcionários das respectivas empresas.

Parágrafo 5º Desde que as participações, atos e atividades ocorram no Brasil e se destinem à captação de recursos necessários à consecução de seus objetivos institucionais referidos neste artigo, a CABESP poderá:

I - participar do capital de forma majoritária ou não, ou ainda estabelecer convênios ou qualquer tipo de associação com outras pessoas jurídicas que se dediquem às mesmas atividades de seu objeto social;

II - participar no capital de outras pessoas jurídicas com objetivos diversos que possuam ações negociadas em Bolsas de Valores;

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 3. São beneficiários da CABESP os associados e seus dependentes, como definidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º O associado demitido sem justa causa poderá continuar como beneficiário da CABELSP, incluindo todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do contrato de trabalho, pelo período de 1/3 do tempo de contribuição para os planos de assistência da CABELSP, com o mínimo de 6 meses e máximo de 24 meses, desde que assuma o pagamento de sua contribuição mensal e a do empregador.

Parágrafo 2º Poderão também ser beneficiários os ex-associados e seus parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau, bem como parentes de associados até o 3º grau consanguíneos ou afins, na forma prevista na Lei 9656/98 e suas modificações posteriores, mediante a adesão a planos destinados a essa finalidade:

I - Esses planos terão custeio e contabilidade próprios, não podendo jurídica ou financeiramente um impactar o outro ou o plano destinado aos associados;

II - Os participantes desses planos não terão a condição de associados da CABESP;

III - Os planos de saúde a que se refere o caput serão regidos por disposições próprias;

III. 1 - Cada plano será custeado integralmente pelos participantes, com pagamento per capita, considerando as faixas etárias;

III. 1 - Cada plano será custeado inteiramente pelo contribuinte.

MCabeso-0710 - CNPJ 162231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

ANS - n° 35233-1

- 1 -

S. Paulo
SP

24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira

Rosemeire F. Guedes

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICACAO
R. XV DE NOVEMBRO, 193-1

R. XV DE NOVEMBRO, 1934

...samente
...o seu de
...cidade

Colégio Notarial

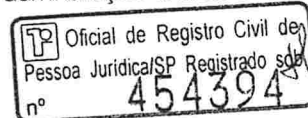
do Brasil

114512

102307

324AEBE0645417

- III. 2 - Os valores iniciais de cada plano e os seus reajustes serão fixados a partir de cálculos atuariais, que serão anuais para fins dos reajustes, sendo certo que os valores iniciais e os aumentos observarão as faixas etárias dos participantes;
- III. 3 - Os valores das contribuições de cada plano contemplarão taxa de administração a favor da CABESP para cobertura de despesas administrativas e formação de reserva de contingência.



CAPÍTULO III
Dos Associados

Art. 4. O quadro social da CABESP é composto por:

- Funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas empresas do Conglomerado, originários do Banco do Estado de São Paulo, S.A. e demais empresas do conglomerado Banespa, admitidos até 20/11/2000;
- Funcionários da CABESP admitidos até 15/09/2017.

Parágrafo 1º Os beneficiários da assistência prestada pela CABESP terão seus direitos assegurados a partir da data do pagamento da primeira contribuição.

Parágrafo 2º É facultado ao funcionário do Banco Santander (Brasil) S.A. e demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, na ativa, que não exercer o direito previsto no "caput" deste artigo, inscrever-se a qualquer tempo, sujeitando-se ao período de carência de 1 (hum) ano, a contar da data de pagamento da primeira contribuição.

Parágrafo 3º O funcionário associado que se desligar do Banco Santander (Brasil) S.A., do Conglomerado Santander ou da CABESP por motivo de aposentadoria, não perde a sua condição de associado, mantidas, porém, suas obrigações, inclusive quanto ao pagamento das contribuições devidas à CABESP.

Parágrafo 4º Poderão, também, associar-se os funcionários da ativa advindos de empresas incorporadas ou integradas ao Conglomerado Santander, desde que, igualmente, requeiram sua inscrição no quadro social da CABESP, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva absorção das empresas.

Parágrafo 5º Temporariamente, a CABESP estenderá seus benefícios ao Presidente, demais diretores e membros integrantes do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., e dirigentes das demais empresas do Conglomerado Santander, mediante contribuição mensal e enquanto estiverem no exercício de suas funções.

Parágrafo 6º Os beneficiários alinhados no parágrafo anterior não terão participação nos órgãos previstos no Capítulo VIII deste Estatuto.

Art. 5. Os associados não respondem, em nenhuma hipótese, pelas obrigações assumidas pela CABESP.

Art. 6. São direitos dos sócios:

- I - requisitar, para si ou para seus dependentes, quaisquer das modalidades de assistência oferecida pela CABESP;
 - II - participar de Assembleia Geral, debatendo a ordem do dia e podendo votar e ser votado, tudo na forma prevista neste Estatuto;
 - III - convocar a Assembleia Geral, nas condições do artigo 34, inciso III, deste Estatuto;
 - IV - representar à Diretoria para formular reclamação de qualquer natureza ou para tratar de assunto de interesse da CABESP;
 - V - interpor recurso para apreciação na primeira Assembleia Geral ordinária ou extraordinária, contra decisão de Diretoria que o haja excluído do quadro social. Referido recurso deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência dessa decisão.
- Parágrafo único** - Aos beneficiários alinhados no § 5º do artigo 4º são assegurados os direitos previstos nos itens I e IV.

Art. 7. São deveres dos associados:

- I - acatar, fielmente, e do mesmo modo fazer acatar por seus dependentes, todas as disposições do presente Estatuto e resoluções da própria CABESP;
- II - manter rigorosamente em dia o pagamento de suas contribuições mensais junto à CABESP;
- III - exibir, sempre que solicitadas, a carteira de identidade social e a prova de estar quite com o pagamento de suas contribuições mensais;
- IV - tratar com urbanidade os diretores, os membros do Conselho Fiscal e quaisquer prepostos ou empregados da CABESP, bem como os conveniados;
- V - obedecer rigorosamente às prescrições médicas, abstendo-se de quaisquer práticas que possam prejudicar lhes o tratamento;
- VI - permitir o ingresso em sua residência, ou no local onde se encontrar, sempre que estiver recebendo assistência da CABESP, dos visitantes por ela designados;
- VII - concorrer para o prestígio e engrandecimento do nome da CABESP, mantendo irrepreensível conduta moral em todas as suas dependências ou quaisquer outros locais de prestação de assistência;
- VIII - comunicar à Diretoria da CABESP quaisquer ocorrências contrárias às determinações deste Estatuto e das resoluções da CABESP;
- IX - devolver a Carteira de Identificação do dependente excluído, sob pena de arcar com os ônus decorrentes da sua utilização indevida, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Estatuto;
- X - comunicar a CABESP qualquer alteração de seu estado civil e de seus dependentes, fornecendo cópia da decisão judicial quando for o caso, ou certidão de sua averbação no registro civil.

89 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabela
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
apresentado em 16/12/2018, 31.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

ANS - nº 35233-1

S. Paulo
SP 24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira
Rosemeire F. Guedes
R. XV DE NOVEMBRO, 193-FONE



cabesp

Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica/SP, Registrado sob nº 454394
--

Art. 8. São casos de perda temporária do direito à assistência propiciada pela CABESP:

- I - a falta de liquidação, por parte do associado, no prazo que lhe for concedido, de qualquer débito por gastos efetuados pela CABESP, que excederem ou não se enquadrarem nas limitações previamente fixadas;
- II - o atraso no pagamento de qualquer das contribuições mensais devidas;
- III - o afastamento do associado dos serviços do Banco, de quaisquer empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP, exceto por licença saúde, com prejuízo de sua remuneração, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 21 e 22 deste Estatuto;
- IV - a instauração de inquérito judicial, por parte do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP, para demissão de funcionário associado;
- V - a inobservância de quaisquer dos deveres contidos no Art. 7º incisos IV a X, deste Estatuto, cabendo à Diretoria da CABESP graduar, até o máximo de 30 (trinta) dias, o prazo de duração de penalidade.

Parágrafo único - Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o direito à percepção da assistência será restabelecido no dia seguinte aquele em que o associado liquidar seu débito ressalvada a hipótese do artigo 9º, inciso II deste Estatuto.

Art. 9. São casos de exclusão do associado do Quadro Social da CABESP, sem direito à devolução das contribuições pagas, compensação ou indenização de qualquer natureza:

- I - a demissão do emprego do Banco Santander (Brasil) S.A., de quaisquer empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, ainda que a pedido do próprio funcionário;
- II - o atraso superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de suas contribuições ou qualquer outra contraprestação financeira, contado a partir da data do vencimento em aberto;
- III - a omissão ou prestação de informações inexatas por qualquer meio, para inscrição de dependentes ou obtenção de assistência;
- IV - a reincidência do associado na prática de quaisquer dos atos passíveis de penalidade, previstos no artigo 8º, inciso V, deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

Dos Dependentes

Art. 10. Consideram-se dependentes dos associados, para os efeitos deste Estatuto:

- I - Cônjuge ou companheiro (a), como definido na forma da lei e os filhos de ambos os sexos, solteiros (naturais ou adotivos), menores de 24 anos e que não coabitem maritalmente, ou quando total e permanentemente inválidos ou ainda quando excepcionais:
 - a) O (a) companheiro (a) somente poderá ser inscrito quando o associado for solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado, obedecidas as condições do artigo 11.
- II - Irmão (a), de qualquer idade inválido (a) ou excepcional, do associado;
- III - Pai ou mãe, desde que o associado (a) não possua dependentes preferenciais enumerados nos incisos I e II, não podendo haver mais de um dependente desta classe:
 - a) o dependente inscrito com base no inciso III deste artigo somente poderá ser substituído quando da ocorrência de óbito;
 - b) haverá exclusão do beneficiário inscrito com base no inciso III deste artigo, quando houver superveniência de qualquer dependente preferencial mencionado nos incisos I e II;
 - c) os dependentes previstos nos incisos II e III, em caso de falecimento do associado poderão continuar a usufruir da assistência da CABESP nas condições do artigo 12.

Parágrafo 1º Nos casos em que ambos os cônjuges estiverem inscritos como associados, e desejando qualquer deles tomar-se dependente do outro, deverá permanecer inscrito como associado, aquele cuja contribuição mensal de custeio seja de maior valor.

Parágrafo 2º A inclusão de companheiro (a) dar-se-á na forma de regulamento próprio.

Parágrafo 3º O associado separado judicialmente e que, por força de acordo ou decisão judicial, pague alimentos ao (a) ex-cônjuge não poderá inscrever companheiro (a) antes de decorridos 01 (um) ano da efetiva homologação da separação judicial.

Parágrafo 4º A CABESP dará cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do dependente de associado, durante os primeiros trinta dias após o parto.

Art. 11. Serão excluídos do quadro de dependentes, perdendo direito à assistência:

- a) o (a) ex-cônjuge, divorciado do associado (a), independentemente de perceber ou não alimentos, a partir da data em que a sentença transitar em julgado;
- b) o (a) cônjuge separado (a) judicialmente e que não perceba alimentos, a partir da data em que a sentença transitar em julgado;
- c) o (a) cônjuge separado (a) judicialmente e que perceba alimentos, após 01 (um) ano da data em que a sentença transitar em julgado;
- d) companheiro (a) mediante expressa solicitação do associado (a).

80 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelião
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 cópia reprográfica, conforme o original a mim
 apresentado do que dou fé.
 M Cabesp 0710 - CNPJ 62.231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

S. Paulo
 SP 24 JAN. 2019

Sônia F. P. Oliveira
 Rosemeire F. Guedes Fabiano C. da Silva
 VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 3,60
 R. XV DE NOVEMBRO, 193-FONE 3340-1000



ANS - nº 35233-1

Art. 12. Aos dependentes do associado falecido será assegurado o direito de continuar usufruindo da assistência propiciada pela CABESP, desde que, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao de sua ciência da carta convite que esta lhes expedir, formalizem junto à mesma, competente declaração, observando-se quanto às suas contribuições, o disposto no artigo 18 deste Estatuto.

Parágrafo 1º É vedado à pensionista contribuinte inscrever-se como dependente de qualquer associado.

Parágrafo 2º Os dependentes que exercerem o direito previsto no caput deste artigo, não assumem a qualidade de associado, não podendo, por conseguinte, alterar a designação dos dependentes do associado falecido.

Art. 13. Sem prejuízo do disposto no artigo 10 deste estatuto, o associado poderá requisitar a assistência médica da CABESP aos beneficiários abaixo descritos, mediante regulamento próprio e pagamento de taxa de custeio a ser fixada anualmente em estudo atuarial e carência de 12 (doze) meses a contar da inscrição do beneficiário, observando-se o parentesco e dependência abaixo:

I - pai e mãe, e na falta destes, padrasto e madrasta;

II - filho (a) solteiro (a), maior de 24 anos;

III - equiparados:

a) enteado, quando o pai ou a mãe do menor, advindo do primeiro casamento for falecido;

b) o menor, que por determinação judicial, se ache sob sua guarda;

c) o menor que se ache sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo Único - Os dependentes previstos no inciso III serão inscritos nas mesmas condições do inciso II, respeitando-se as exigências para a sua inclusão e somente até a maioridade legal.

CAPÍTULO V

Dos Benefícios e Serviços

Art. 14. A assistência à saúde prestada pela CABESP consistirá em:

I - consultas com médicos e entidades conveniadas com a CABESP;

II - reembolso até o valor da taxa fixa de consulta estabelecida pela CABESP, do despendido em consulta com médico não conveniado, desde que a sua especialidade esteja entre aquelas qualificadas junto à CABESP;

III - exames ou tratamentos especializados requeridos prescritos pelo médico-atendente, quando se tratar de laboratório, estabelecimento ou médico nas condições do convênio mantido;

IV - reembolso, até o valor das taxas fixas estabelecidas pela CABESP, quando, na hipótese do inciso anterior, se tratar de laboratórios, estabelecimentos ou médicos não conveniados com a CABESP;

V - honorários relativos às intervenções cirúrgicas realizadas por médico e anestesista com quem for mantido convênio ou credenciamento;

VI - reembolso, até o valor da taxa fixa, estabelecida pela CABESP por tipo de intervenção cirúrgica, do despendido com a realizada por qualquer outro médico;

VII - internação, nos casos de cirurgia ou parto, nas condições do convênio mantido com o hospital ou estabelecimento congênere;

VIII - reembolso, até o valor da taxa estabelecida pela CABESP, das despesas de internação, para o mesmo fim, previsto no inciso anterior, em qualquer outro hospital ou estabelecimento congênere;

IX - internação para fins de tratamento clínico, nas condições do convênio mantido com o hospital ou estabelecimento congênere, observando-se, nos casos de doença crônica, o que a respeito dispuser o regulamento interno;

X - reembolso, até o valor da taxa fixa estabelecida pela CABESP, das despesas de internação, para fim previsto no inciso anterior, em qualquer outro hospital ou estabelecimento congênere;

XI - ambulatórios próprios para prestação dos serviços previstos no artigo 2º, § 3º, inciso III, ressalvado o disposto no § 1º do artigo citado;

XII - outras prestações julgadas oportunas pela Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º A Diretoria poderá, mediante regulamento próprio e sempre que as condições da CABESP permitirem, estender sua assistência ao fornecimento de quaisquer medicamentos, aparelhos e materiais.

Parágrafo 2º Os reembolsos previstos neste artigo ficarão condicionados à aprovação, pela CABESP, das contas apresentadas pelo associado até 30 (trinta) dias decorridos da data da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo pelos serviços prestados.

Parágrafo 3º O associado ou dependente que se utilizar dos serviços de assistência à saúde da CABESP de maneira imoderada, supérflua e/ou indevida, terá seu caso examinado pela Diretoria que poderá cobrar os gastos considerados excessivos ou irregulares.

Art. 15. A assistência odontológica prestada pela CABESP a seus associados e dependentes consistirá de:

I - atendimento em consultórios odontológicos próprios;

II - atendimento através da rede de convênios firmados com profissionais especializados;

III - reembolso de despesas até o valor da taxa fixa estabelecida pela CABESP, com tratamento realizado por profissionais não conveniados.

Parágrafo Único - A prestação da assistência prevista neste artigo se subordinará ao que for estabelecido no regulamento específico a ser baixado pela Diretoria.

8º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelião
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 cópia reprográfica, conforme o original a mim
 apresentado do que dou fé.

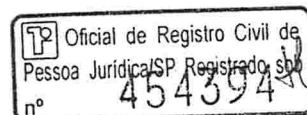
MCabesp 0710 - CNPJ 62.231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

S. Paulo
 SP 24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira
 Rosemeire F. Guedes
 Fabiano R. Silva
 VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO
 R. XV DE NOVEMBRO, 193-FONE 3711-8322



ANS - nº 35233-1

CAPÍTULO VI**Do Patrimônio e das Contribuições**

Art. 16. Constituição patrimônio da CABESP:

I - contribuições de custeio, a cargo:

- a) dos associados ou dependentes contribuintes, quando for o caso;
- b) do Banco Santander (Brasil) S.A.;
- c) das empresas do Conglomerado Santander.

II - coparticipação nos custos dos atendimentos previstos no artigo 14, Inciso I ao IV. (consultas e exames);

III - bens ou valores havidos a qualquer título e suas eventuais rendas;

IV - receitas originárias das participações previstas no artigo 2º, § 5º.

Art. 17. Da contribuição de custeio devida pelos associados:

I - Fica estabelecida contribuição mínima de 2,5% (dois e meio por cento) e o máximo de 6% (seis por cento), sobre o total da remuneração mensal do associado.

II - Alterações dentro desse intervalo ocorrerão da seguinte forma:

- a) Reajuste de 2,5% (dois e meio por cento) para 4% (quatro por cento), após a aprovação deste Estatuto, a partir do mês de setembro de 2018;
- b) Reajuste de 4% (quatro por cento) para 5% (cinco por cento), imediatamente após completados 12 (doze) meses subsequentes do primeiro reajuste;
- c) Reajuste de 5% (cinco por cento) para 6% (seis por cento), imediatamente após completados 24 (vinte e quatro) meses subsequentes do primeiro reajuste.

III - Após os períodos estabelecidos no inciso II, poderão ocorrer variações dentro do intervalo definido no inciso I, mediante deliberação da Diretoria Executiva da CABESP, baseada em estudos técnicos, atuariais, financeiros, desde que em período mínimo de 12 (doze) meses após o último reajuste aplicado.

IV - A remuneração mensal do associado compreende os seguintes proventos:

- a) no caso de associado não aposentado, o ordenado de seu cargo efetivo, mais anuênios ou quinquênios, repouso semanal remunerado, 13º salário, gratificações e adicionais ou pró-labores percebidos a qualquer título, na forma do Regulamento do Pessoal do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP;
- b) no caso de associado aposentado os proventos recebidos diretamente da Previdência Social, acrescidos dos abonos concedidos pelo Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, a qualquer título, na forma do item anterior ou complementação de aposentadoria paga pelo BANESPREV;
- c) no caso de associado aposentado ou dos dependentes do associado falecido, sem que percebam abono do Banco, das demais empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP ou complementação de aposentadoria do BANESPREV, a quantia recebida diretamente da Previdência Social.

Art. 18. As contribuições dos dependentes do associado (a) falecido (a), que optarem pelo direito assegurado no artigo 12 deste Estatuto, serão calculadas conforme percentuais definidos no Art. 17, sobre a soma das parcelas representativas da pensão percebida da Previdência Social e do abono mensal concedido pelo Banco Santander (Brasil) S.A., na forma de seu Regulamento de Pessoal ou complementação paga pelo BANESPREV.

Parágrafo 1º No caso de falecimento de associada, o cônjuge sobrevivente ou companheiro que não tiver sido excluído do quadro de dependentes nas hipóteses mencionadas no artigo 11 e que optar pelo direito assegurado no artigo 12 deste Estatuto, terá sua contribuição calculada com base na remuneração total percebida pela associada na data do óbito, observados os reajustes e correções salariais posteriores, concedidos aos funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, ao longo do tempo.

Parágrafo 2º O dependente que deixar de perceber a pensão previdenciária por ter atingido o limite de idade e que desejar usufruir da assistência da CABESP, observados os limites do artigo 10, inciso I, terá sua contribuição mensal calculada com base no último valor total da pensão percebida da Previdência Social, mais a complementação paga pelo Banco Santander (Brasil) S.A., Conglomerado Santander, CABESP ou BANESPREV, reajustadas conforme o parágrafo anterior.

Art. 19. A contribuição de custeio a cargo do Banco Santander (Brasil) S.A. e das demais empresas do Conglomerado Santander e CABESP consistirá em importância mensal equivalente à soma das contribuições arrecadadas dos associados, acrescida da remuneração por ele auferida em razão de convênios que firmar com a Previdência Social.

Parágrafo 1º A contribuição devida pelas patrocinadoras deverá sofrer os mesmos reajustes aplicados aos associados, conforme mencionado no Art. 17, ou seja, a responsabilidade pelo custeio do plano é compartilhada igualmente pelas partes (associados e empresas patrocinadoras do plano), arcando cada qual com 50% (cinquenta por cento) dos valores referentes à contribuição.

Parágrafo 2º A contribuição por parte das empresas patrocinadoras está limitada somente aos associados, sendo entendidos como os funcionários ativos nas condições previstas no Art. 4º deste Estatuto, ou associado que se desligar do Banco Santander (Brasil) S.A. do Conglomerado Santander ou da CABESP, por motivo de aposentadoria, que optaram pela manutenção do plano de saúde de

CABESP
80 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabela
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
apresentado, do que dou fé.

S. Paulo
SP

24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira

Rosemeire F. Guedes

R. XV DE NOVEMBRO, 193



ANS - nº 35233-1

Parágrafo 3º Os beneficiários que contribuem integralmente com o custeio do seu plano terão contribuição mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 12% (doze por cento), ou seja, manterão contribuição integral do custeio.

Parágrafo 4º Se, por qualquer motivo, não se efetivar o convênio aludido no caput deste artigo, a contribuição de custeio referente à remuneração deixada de auferir do INSS, sem qualquer redução, será de exclusiva responsabilidade do Banco Santander (Brasil) S.A. e demais empresas do Conglomerado Santander.

Art. 20. As contribuições de associados e quaisquer outras quantias por eles devidas à CABESP serão arrecadadas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP:

I - mediante desconto em folha de pagamento a crédito da CABESP, juntamente com sua própria contribuição;

II - mediante débito em conta corrente do associado ou na de seus dependentes contribuintes, a crédito da CABESP.

Parágrafo único - O ingresso no quadro social da CABESP implica em autorização irrevogável para os descontos em folha ou débitos na conta corrente prevista neste artigo.

Art. 21. O associado afastado dos serviços do Banco, das demais empresas do Conglomerado e da própria CABESP para tratamento de saúde por mais de 15 (quinze) dias, poderá usufruir da assistência da CABESP, desde que passe a pagar, sem solução de continuidade, as contribuições mensais devidas.

Parágrafo único - Será considerado como base de cálculo da contribuição devida pelo associado, o montante do auxílio doença recebido do INSS acrescido de qualquer complementação pecuniária paga pelo Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Art. 22. É facultado ao associado suspenso temporariamente da CABESP, nas hipóteses previstas no artigo 8º - incisos III e IV, continuar usufruindo da assistência da CABESP, desde que pague em dobro, sem solução de continuidade, as contribuições mensais calculadas sobre o valor da remuneração da última função ou cargo ocupado, observados os reajustes e correções salariais posteriores, concedidos aos funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, ao longo do tempo.

Art. 23. A coparticipação prevista no artigo 16, Inciso II, será de 25% (vinte e cinco por cento) e limitada a 500 (quinhentos) CH's ou valor equivalente.

Art. 24. Os atendimentos previstos nos incisos V, VII e IX do artigo 14 (honorários médicos e internações) serão pagos integralmente pela CABESP.

Art. 25. A CABESP aplicará seus recursos exclusivamente dentro do país e na manutenção de seus objetivos institucionais. Todos os seus depósitos em dinheiro, aplicações financeiras em títulos ou outros valores serão feitos somente no Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou nas suas empresas ligadas.

Parágrafo único - A aplicação de recursos far-se-á sem prejuízo da disponibilidade suficiente à prestação da assistência e de forma a assegurar rentabilidade efetiva e facilmente realizável em caso de necessidade.

CAPÍTULO VII

Dos Órgãos Sociais

Seção I

Disposição Preliminar

Art. 26. São órgãos de funcionamento da CABESP:

I - a Assembleia Geral;

II - a Diretoria;

III - o Conselho Fiscal;

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 27. A Assembleia Geral, órgão supremo da CABESP, é a reunião dos associados convocada e instalada na forma deste Estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse social.

Parágrafo único - A Assembleia Geral é ordinária ou extraordinária.

Art. 28. Compete, privativamente, à Assembleia Geral:

I - eleger e destituir os membros da Diretoria e do conselho fiscal cuja nomeação não for da livre escolha do Banco Santander (Brasil) S.A., ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 65;

II - tomar anualmente, as contas da Diretoria e deliberar sobre o balanço e a conta de resultados por ela apresentados;

III - alterar o Estatuto e decidir sobre os casos nele omissos, observando o disposto no artigo 37 e respectivos parágrafos;

IV - deliberar sobre a dissolução da CABESP;

V - referendar resoluções da Diretoria da CABESP, atinentes aos regulamentos previstos neste Estatuto.

80 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelão
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia por cópia, conforme o original a mim
apresentado do que dou fe.

MOCAESP/10 - CNPJ: 06.231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

ANS - nº 35233-1

- 6 -

S. Paulo
SP

24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira

Rosemeire F. Guedes

Fabiano A. C. Silva

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 3,00
R. XV DE NOVEMBRO, 193-FONE: 3241-0322



Art. 29. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente, entre os meses de janeiro e abril, para exame e deliberação sobre o relatório anual, dotação orçamentária, prestação de contas da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, inclusive sobre qualquer estudo atuarial.

Parágrafo único - A aprovação, sem ressalva, do balanço e das contas exonera de responsabilidade os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, salvo erro, dolo, fraude ou simulação.

Art. 30. A convocação da Assembleia Geral ordinária será feita pelo Presidente da CABESP, com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante carta circular expedida aos associados, na qual se mencionarão, ainda que sumariamente, a ordem do dia, local, dia e hora da reunião.

Art. 31. A Assembleia Geral Extraordinária será convocada:

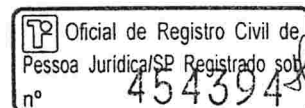
I - pelo Presidente:

- a) no mês de novembro dos anos ímpares, para as eleições;
- b) por iniciativa própria.

II - a requerimento do conjunto dos demais diretores ou do Conselho Fiscal;

III - a requerimento de 2% (dois por cento) dos associados quites.

Parágrafo único - A Assembleia deverá ser realizada no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data do protocolo dos requerimentos citados nos incisos II e III supra.



Art. 32. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente da CABESP, que convidará um ou mais associados para secretariá-la.

Parágrafo único - A Assembleia Geral elegerá um dos associados entre os presentes para compor a mesa.

Art. 33. As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar sua qualidade de associado.

Parágrafo 1º Excetuados os casos de eleição de membros da Diretoria, para o qual o voto será direto e secreto, é admitida, nas assembleias, representação por procurador especial que prove, também, a qualidade de associado.

Parágrafo 2º Cada mandatário não poderá representar mais que 10 (dez) associados, não se admitindo substabelecimento.

Parágrafo 3º As assinaturas dos associados nas procurações deverão ser abonadas por 02 (dois) administradores do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP, e entregues à sede da CABESP com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização de Assembleia.

Parágrafo 4º O controle de recebimento, bem como o cadastramento das procurações serão realizados por uma Comissão de assessoramento composta por representantes dos seguintes órgãos: CABESP, AFABESP, AFUBESP e ABESPREV.

Parágrafo 5º Cada procuração será válida para uma única assembleia.

Art. 34. As deliberações da Assembleia Geral ordinária serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo único - A Assembleia Geral reunir-se-á e deliberará em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços de associados quites, ou em segunda convocação, decorridos 30 minutos da primeira, com qualquer número de associados, não se computando, igualmente, os votos em branco.

Art. 35. Quando a Assembleia tiver por objeto a eleição de diretores, os trabalhos serão realizados por Comissão Eleitoral, convocada, pelo Diretor Presidente, 90 (noventa) dias antes do término do mandato da Diretoria em exercício.

Parágrafo 1º A Comissão Eleitoral será composta por representantes dos seguintes órgãos: CABESP, AFABESP, AFUBESP e ABESPREV.

Parágrafo 2º A Comissão terá 10 (dez) dias úteis para abrir o prazo de inscrição aos candidatos.

Parágrafo 3º O processo eleitoral estará sujeito a regulamento próprio a ser elaborado pela Comissão prevista no parágrafo 1º.

Parágrafo 4º As eleições terão início às 9 (nove) horas do dia designado e serão realizadas em todas as dependências do Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Parágrafo 5º Para realização dos trabalhos eleitorais serão designados mesários locais, aos quais os associados se apresentarão à votação.

Parágrafo 6º Incumbe ao presidente proclamar o nome dos eleitos e convocá-los por escrito, para em dia, hora e local determinados, serem devidamente empossados, conforme o disposto no Parágrafo 3º do artigo 42.

Parágrafo 7º Até a posse dos novos Diretores, os sucedidos continuarão no pleno exercício de sua investidura.

Art. 36. A ata dos trabalhos e das resoluções da Assembleia Geral será lavrada em livro próprio e assinada pelos membros da mesa.

Art. 37. Para aprovação de reforma estatutária ou de proposta de extinção da CABESP, são necessários os votos favoráveis da maioria dos associados quites com a CABESP.

Parágrafo 1º Não sendo obtido o quorum de que trata o caput deste artigo na Assembleia Geral, as deliberações que ensejarem alterações estatutárias deverão ser votadas através de plebiscito.

Parágrafo 2º Nenhuma alteração estatutária entrará em vigor, se não for referendada pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

89 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelão
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
presente no livro nº 62.231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

S. Paulo
SP 24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira
Rosemeire F. Guedes
VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO
R. XV DE NOVEMBRO, 193 - FONE: 3241-1022



ANS - nº 35233-1

Art. 38. Desde a data em que for convocada a Assembleia Geral Ordinária e durante todo o período de sua realização ficarão franqueados ao exame de qualquer associado à contabilidade da CABESP, o relatório da Diretoria, o parecer do Conselho Fiscal, o balanço e os respectivos documentos.

Parágrafo único - Tratando-se de Assembleia Geral Extraordinária, ficarão franqueados os papéis ou documentos concernentes à ordem do dia.

SEÇÃO III

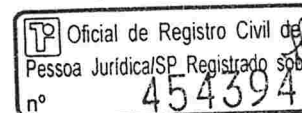
Da Diretoria

Art. 39. A CABESP será administrada por uma Diretoria composta de 04 (quatro) membros, com os cargos de:

- I - Diretor Presidente; indicado pela patrocinadora principal;
- II - Diretor de Operações; indicado pela patrocinadora principal;
- III - Diretor Financeiro; eleito pelos associados;
- IV - Diretor Administrativo, eleito pelos associados.

Parágrafo único - Não podem ser diretores:

- I - associados com menos de 10 (dez) anos de filiação à CABESP;
- II - durante a mesma gestão, associados que forem marido e mulher, ascendentes ou descendentes e parentes colaterais até 3º grau, consanguíneo ou por afinidade.



Art. 40. A função de diretor não será remunerada sob pretexto algum e será exercida mediante liberação dos serviços do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Art. 41. O presidente da CABESP deverá ser funcionário classificado no mínimo como gerente da Administração Geral do Banco ou de padrão salarial equivalente, dos diferentes quadros do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Parágrafo único - Os diretores de Operações, Financeiro e Administrativo deverão ser funcionários comissionados, no mínimo há 2 (dois) anos e exercer ao menos as funções de Supervisor Administrativo, ou ocupar posição hierárquica equivalente nos diferentes quadros do Banco, das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Art. 42. Os diretores presidente e operações serão de livre nomeação do Banco Santander (Brasil) S.A., com mandato por 3 (três) anos, mas demissíveis "ad nutum".

Parágrafo 1º Os diretores Administrativo e Financeiro serão eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

Parágrafo 2º A posse dos diretores dar-se-á através de termo lavrado no livro de atas das reuniões de Diretoria.

Parágrafo 3º A data de posse dos Diretores nomeados será de imediato e dos eleitos no 1º dia útil do ano subsequente ao da eleição.

Parágrafo 4º Será declarado vago o cargo de diretor que deixar de comparecer ao ato de sua posse.

Art. 43. Vagando-se o cargo de diretor eleito, assumirá o 2º candidato mais votado do cargo vago, procedendo-se assim sucessivamente.

Parágrafo 1º Se a vaga ocorrer em cargo de diretor nomeado caberá ao Banco Santander (Brasil) S.A. o seu preenchimento na forma do artigo anterior.

Parágrafo 2º Os diretores empossados nas condições previstas neste artigo terão seu mandato pelo prazo restante ao do substituído.

Art. 44. A Diretoria fará reuniões ordinárias a cada 15 (quinze) dias e extraordinárias sempre que convocadas pelo presidente, ou por 2 (dois) dos demais diretores.

Parágrafo 1º Não haverá reunião sem a presença mínima de 3 (três) diretores.

Parágrafo 2º O diretor que, sem apresentar justificativa, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou alternadas perderá o mandato.

Art. 45. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos presentes, cabendo ao presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

Art. 46. De cada reunião será lavrada ata, que os diretores presentes assinarão no mesmo dia.

Art. 47. São atribuições e deveres da Diretoria:

- I - baixar regimento interno, instruções e normas regulamentares sobre a prestação de assistência e serviços administrativos da CABESP;
- II - estender as atividades da CABESP às localidades em que o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais empresas do Conglomerado Santander instalem novas dependências;
- III - celebrar quaisquer contratos ou convênios, tendentes à plena realização dos objetivos da CABESP;
- IV - elaborar e aprovar, no mês de dezembro de cada ano, ouvindo o Conselho Fiscal, orçamento da receita e da despesa para o ano seguinte.

8 - TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
M Cabesp 07/10/2016 CNPJ 15.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

ANS - nº 35233-1

9. Paulo
SP 24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira
Rosemeire F. Guedes
R. XV DE NOVEMBRO, 193 - FONE: 3241-0322




V - deliberar quanto à inclusão e exclusão de associados;

VI - deliberar sobre admissão e demissão de funcionários, necessários para o bom desempenho dos serviços assistenciais e administrativos da CABESP;

VII - adquirir ou alienar bens imóveis relacionados com as atividades da CABESP, onerá-los, contrair obrigações, transigir e renunciar direitos;

VIII - adquirir ou alienar ações de companhias, cartas-patentes títulos de dívida pública, observado o Parágrafo Único do artigo 25;

IX - deliberar sobre quaisquer pedidos de assistência, inclusive reembolsos ou pagamentos, mediante comprovantes hábeis;

X - levantar o balancete contábil mensal para exame na primeira reunião de Diretoria que se seguir;

XI - deliberar, segundo as finalidades assistenciais da CABESP e sua estrutura jurídico-administrativa, as questões surgidas com terceiros, bem como os casos omissos no presente Estatuto, ouvido previamente o Conselho Fiscal;

XII - apresentar, na Assembleia Geral Ordinária, o relatório das atividades do exercício e o balanço anual demonstrativo da conta de resultados;

XIII - convocar a Assembleia Geral, nos casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo 1º A posse nos respectivos cargos investe os diretores de todos os poderes para o integral desempenho das atribuições e deveres impostos por este Estatuto.

Parágrafo 2º O balancete previsto no inciso X deste artigo deverá ser afixado em todas as dependências do Banco Santander (Brasil) S.A., nas demais empresas do Conglomerado Santander e na própria CABESP, para conhecimento dos associados.

Art. 48. Compete ao Diretor Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria;

II - representar a CABESP, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como nas suas relações com terceiros, podendo para tal finalidade, juntamente com outro diretor, constituir mandatários com poderes específicos;

III - autenticar com sua rubrica os livros de atas das reuniões de Diretoria e das assembleias gerais que julgar conveniente ou lhe forem solicitadas na forma deste Estatuto, assinando as competentes cartas-circulares ou quaisquer outros atos convocatórios;

IV - assinar com outro diretor os contratos ou convênios celebrados entre a CABESP e qualquer entidade de direito público ou privado;

V - substituir qualquer outro diretor em suas ausências ou impedimentos, acumulando as próprias funções, na hipótese de impossibilidade do diretor indicado estatutariamente fazê-lo;

VI - planejar e submeter à aprovação dos demais diretores todos os serviços assistenciais da CABESP, supervisionando, orientando e coordenando, ulteriormente, seu funcionamento ou execução;

VII - analisar e opinar, informando nas reuniões de Diretoria, sobre contratos, convênios ou termos de acordo que devam ser celebrados com o Banco Santander (Brasil) S.A., a previdência social, estabelecimentos hospitalares e congêneres;

VIII - autorizar os atendimentos clínicos, tratamentos, intervenções cirúrgicas, e internações, compreendidas na assistência prestada pela CABESP, bem como a aquisição de medicamentos e material, para uso nos ambulatórios e consultórios da CABESP, de tudo dando imediato conhecimento ao diretor financeiro;

IX - Convocar a Comissão Eleitoral na forma do parágrafo primeiro do Art. 35.

Parágrafo Único - Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído por qualquer dos demais diretores, mediante indicação da Diretoria do Banco Santander (Brasil) S.A.

Art. 49. Compete ao Diretor de Operações.

I - Coordenar a operacionalização das divisões de Saúde e Odontológica;

II - Planejar os serviços próprios prestados pela CABESP, opinando sobre sua adequação a novas necessidades e sua ampliação para atender aos beneficiários da CABESP;

III - Autorizar juntamente com o Diretor Presidente os planos assistenciais da CABESP, previstos no artigo anterior e seus incisos VI a VIII;

IV - Celebrar convênios e contratos de modo a implementar os objetivos previstos no artigo 2º, parágrafos 3º e 4º;

V - Opinar sobre a contratação de pessoal técnico necessário ao atendimento dos serviços assistenciais próprios;

VI - Analisar e opinar, informando em reunião de Diretoria sobre os regulamentos previstos no artigo 2º, parágrafo 2º;

VII - Substituir o Diretor Financeiro em suas ausências ou impedimentos.

Art. 50. Compete ao Diretor Financeiro:

I - Analisar e opinar, informando em reunião de Diretoria, sobre quaisquer assuntos relacionados com associados e dependentes;

II - Assinar com outro diretor a correspondência ordinária da CABESP;

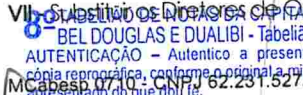
III - Autorizar, em conjunto com outro diretor, os pagamentos ou reembolsos devidos pela CABESP, em razão dos serviços de assistência;

IV - Supervisionar, orientar e coordenar o fluxo de CABESP de todos os valores pertencentes à CABESP, depositando-os sempre no Banco Santander (Brasil) S.A.;

V - Controlar a arrecadação e a despesa, e ter sob sua guarda ou responsabilidade o patrimônio financeiro da CABESP;

VI - Assinar em conjunto com outro diretor os títulos representativos de obrigações assumidas pela CABESP e os cheques de sua emissão e endosso e nesta última hipótese sempre para depósito no Banco Santander (Brasil) S.A.;

VII - Substituir o Diretor de Operações e Administrativo em suas ausências ou impedimentos.


 BEL DOUGLAS E DUALBI - Tabelião
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 cópia reprográfica, conforme o original a mim
 apresentado do que dou fé.

S. Paulo
SP 24 JAN. 2019

Sônia F. P. Oliveira
Rosemeire F. Guedes

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO

R. XV DE NOVEMBRO, 1300 - 05064-54 - SP



ANS - nº 35233-1

- 9 -

Art. 51. Compete ao Diretor Administrativo:

- I - Supervisionar, orientar e coordenar todos os serviços pertinentes à administração interna da CABESP, inclusive as áreas de controladoria, sistemas e desenvolvimento;
- II - Analisar e opinar, informando em reunião de Diretoria sobre todo e qualquer contrato, convênio, termo de acordo, negócio ou operação a serem celebradas pela CABESP, bem como sobre resoluções, nomas, instruções e regulamentos a serem baixados e expedidos;
- III - Controlar o Quadro de Pessoal da CABESP, opinando sobre admissão e demissão de funcionários;
- IV - Autorizar a aquisição de móveis e material de escritório e a confecção de impressos necessários aos serviços administrativos da CABESP;
- V - Assinar com outro diretor a correspondência ordinária da CABESP;
- VI - Substituir os Diretores de Operações e Financeiro em suas ausências ou impedimentos.

Art. 52. É vedado aos diretores usarem o nome da CABESP em atos ou obrigações estranhas a seus objetivos, bem como na prestação de avais, fianças ou quaisquer atos de favor.

Art. 53. Os membros da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações contraídas em virtude de ato regular de gestão, mas responderão, civil e/ou criminalmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

- I - com culpa ou dolo, embora dentro de suas atribuições ou poderes;
- II - com violação da lei ou deste Estatuto.

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 54. A CABESP terá um Conselho Fiscal composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, sendo que todos deverão ser associados no mínimo há dois anos.

Parágrafo 1º Dois conselheiros e respectivos suplentes serão designados pelo Banco Santander (Brasil) S.A., com mandato de 03 (três) anos, mas demissíveis "ad nutum", sendo que um deles deverá ser associado aposentado.

Parágrafo 2º Os três outros conselheiros e seus respectivos suplentes serão escolhidos através de eleição.

I - Um deles e seu respectivo suplente serão aposentados do Banco e escolhidos dentre os associados da AFABESP, ficando o processo eletivo a cargo dessa associação;

II - Serão efetivos os dois mais votados, e os dois subseqüentes, respectivamente, 1º e 2º suplentes;

III - O processo eleitoral será conduzido na forma do artigo 35.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho Fiscal poderão ser reconduzidos ou reeleitos uma única vez. O mandato será de 3 (três) anos e a posse no 1º dia útil do mês de maio.

Parágrafo 4º Não pode integrar o Conselho Fiscal, o associado que tiver cônjuge, ascendentes ou descendentes e parentes colaterais até o 3º grau, consanguíneos ou por afinidade, no Quadro de Funcionários da CABESP ou na composição da Diretoria.

Parágrafo 5º A eleição prevista neste artigo será realizada concomitantemente com a da Diretoria.

Art. 55. Incumbe ao Conselho Fiscal:

- I - examinar, a qualquer tempo, quaisquer atos da Diretoria ou de seus diretores, inclusive os de inclusão de dependentes, tendo a faculdade de vistoriar livros e papéis da CABESP;
- II - Conferir os valores da CABESP mensalmente e divulgar o seu parecer trimestralmente;
- III - Dar parecer sobre os negócios e atividades relativas ao exercício em que tiver servido, tomando por base o balanço e as contas da Diretoria;
- IV - Manifestar-se sobre quaisquer regulamentos, estudos atuariais ou outros assuntos que forem submetidos à sua apreciação pela Diretoria;
- V - Referendar as participações e atividades presentes no artigo 2º - parágrafo 5º;
- VI - Reunir-se mensalmente, com quorum mínimo de 03 (três) membros.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 56. O exercício financeiro ou ano social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, nessa data procedendo-se ao inventário de todos os bens e haveres, assim como ao levantamento do balanço anual e apuração dos resultados do exercício.

Parágrafo único - A CABESP não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado.

80 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabela
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 em Cabesp, o 02/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)
 apresentado do que dou fé.

S. Paulo
 SP

24 JAN 2019

Notarial
 do Brasil
 14512
 AUTENTICAÇÃO
 VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,00
 R. XV DE NOVEMBRO, 1955 FONE: 3241-0322

ANS - nº 35233-1

- 10 -

cabesp

Oficial de Registro Civil de
Pessoa Jurídica/SP Registrado sob
nº 454394

Art. 57. A CABESP manterá sua contabilidade e registros de modo que evidencie claramente a situação de seu patrimônio, bem como a posição individual dos associados no tocante a contribuição e benefícios, possibilitando, a qualquer tempo, o levantamento de suas atividades e situação patrimonial.

Parágrafo 1º A posição individual dos associados de que trata este artigo será a dos últimos 05 (cinco) anos.

Parágrafo 2º A escrituração das receitas e despesas da CABESP será feita em livros revestidos das formalidades legais capazes de assegurar a sua exatidão.

Art. 58. A aquisição e a alienação de bens imóveis dependerá, sempre, de prévia anuência do Banco Santander (Brasil) S.A., e autorização da Assembleia Geral.

Art. 59. Os associados poderão inscrever os dependentes previstos no artigo 13, sem a carência prevista, nas seguintes condições:

I - até o prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência deste Estatuto;

II - para funcionários recém-admitidos no Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP e que se associarem à CABESP no ato de admissão, observando-se o prazo previsto no inciso I.

Art. 60. A partir da aprovação da disposição contida no parágrafo 2º do art. 3º, não mais será permitido o ingresso de dependentes para os fins e na forma prevista no art. 13º deste Estatuto.

Art. 61. Os dependentes equiparados conforme alíneas a, b e c do artigo 10, Parágrafo 1º, manterão os atuais direitos até o prazo de validade do direito concedido pela CABESP. Quando da renovação serão transferidos para o plano autossustentável, previsto no artigo 13, inciso III.

Art. 62. É vedada a extensão da Assistência da CABESP, a qualquer título, a pessoas não enquadradas como beneficiários previstos neste Estatuto.

Parágrafo único - Exceção feita aos dependentes inscritos até 23.04.88 na Assistência Médica Reembolsável com mais de setenta anos, que poderão continuar usufruindo da citada assistência até a ocorrência do falecimento, sob a responsabilidade de custeio dos associados titulares, conforme regulamento próprio, exceto aqueles previstos no artigo 13, inciso I (pais, e na falta destes, padrastrós e madrastras).

Art. 63. O mandato dos Diretores eleitos em 2017 terminará no último dia útil do mês de dezembro de 2019 e o mandato dos Conselheiros Fiscais eleitos em 2017, ficará prorrogado até o último dia útil do mês de abril de 2020.

Parágrafo 1º As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal serão realizadas até o mês de novembro;

Parágrafo 2º A partir das eleições de 2019, os mandatos para Diretoria e Conselho Fiscal passam a ser de 3 anos.

Art. 64. Em caso de extinção da CABESP, o patrimônio remanescente, depois de liquidado seu último compromisso, transferir-se-á ao Banco Santander (Brasil) S.A., que o aplicará em obras sociais a benefício de seus funcionários.

Art. 65. Fica assegurado ao Banco Santander (Brasil) S.A., a faculdade de fiscalizar amplamente, sempre que entender necessário, a aplicação dos fundos da CABESP e a observância deste Estatuto, podendo utilizar-se de sua própria auditoria interna ou, sob suas expensas, de auditoria externa.

Parágrafo 1º Se dessa fiscalização ficar apurada a ocorrência de qualquer irregularidade, poderá o Banco intervir em sua administração afastando, de imediato, os diretores nomeados e, temporariamente, os eleitos.

Parágrafo 2º No caso dos diretores eleitos, o afastamento somente será definitivo se ratificado em assembleia extraordinária convocada pelo próprio Banco, para esse fim no prazo de 30 (trinta) dias. A não ratificação acarreta a recondução ao cargo, de imediato.

Art. 66. Para fins deste Estatuto definem-se:

I - CABESP a Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo;

II - Banco Santander (Brasil) S.A. - patrocinador principal;

III - CONGLOMERADO SANTANDER, as empresas coligadas ou controladas acionariamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e ele próprio;

IV - AFUBESP, a Associação dos Funcionários do Grupo Santander, Banespa, Banesprev e CABESP;

V - AFABESP, a Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo;

VI - ABESPREV, Associação de Defesa dos direitos Previdenciários dos Banespianos;

VII - BANESPREV, o Fundo Banespa de Seguridade Social;

VIII - Patrocinadoras: as empresas coligadas ou controladas acionariamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e ele próprio;

80 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelão
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
presente em 02.231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

MCabesp 010 de CNPJ 02.231.527/0001-84 - Versão 6 - (07/2016)

S. Paulo
SP 24 JAN. 2019

Sonia F. P. Oliveira
Rosemeire F. Guedes

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO
R. XV DE NOVEMBRO, 1911-ONE



ANS - nº 35233-1

cabesp

Oficial de Registro Civil de
Pessoa Jurídica/SP Registrado sob
nº 454394

Parágrafo único - As entidades ou órgãos alinhados nos incisos deste artigo, que sejam transformados, incorporados ou extintos serão substituídos pelas entidades ou órgãos da mesma natureza, que os sucedam em suas atividades ou funções.

Art. 67. O presente Estatuto é uma revisão atualizada da edição anterior, de 08/01/2009, aprovada e referendada conforme disposições vigentes. Entrará em vigor a partir de 01/09/2018, revogando as disposições em contrário, não subsistindo qualquer direito anteriormente previsto sem que haja, neste Estatuto, expressa disposição. Com as alterações ocorridas no Estatuto houve renumeração dos artigos.

8º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALIBI - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
apresentado do que dou fé.

S. Paulo
SP 24 JAN. 2019

Valido somente
com o selo de
Autenticidade

Sonia F. P. Oliveira
Rosemeire F. Guedes
VALOR RECEBIDO
R. XV DE NOVENO
FABIANO C. C. SILVA
Colegio Notarial
FABIANO C. C. SILVA
32414032
AUTENTICAÇÃO
A U 1026 BE 0645432

Maria Lucia Ettore da Valle
Diretora Presidente

EM BRANCO

				REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 62.231.527/0001-84 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			DATA DE ABERTURA 22/07/1968		
NOME EMPRESARIAL CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP							
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****					PORTE DEMAIS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.50-2-00 - Planos de saúde							
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada							
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada							
LOGRADOURO R BOA VISTA			NÚMERO 293		COMPLEMENTO *****		
CEP 01.014-915	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	
ENDEREÇO ELETRÔNICO			TELEFONE				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****							
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/12/2004			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL							
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/02/2025** às **14:37:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 2



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr.Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: pj@1rtd.com.br - Site: www.1rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 486.740 de 14/06/2023

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **31 (trinta e uma) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 24/05/2023, protocolado sob nº 577.840, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **486.740** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO CABESP
CNPJ nº 62.231.527/0001-84

Natureza:

TERMO DE POSSE ELETRÔNICO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado a seguinte assinatura digital:

MIRELLE CONEJERO MORALES/71922431320(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 14 de junho de 2023

Assinado eletronicamente

Adriana Araujo Paulo Rego

Escrevente Autorizado

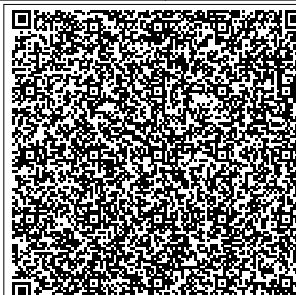
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00211110373227371



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1115914PJBD000033818FD23R

Página
000001/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DA CAPITAL

A pessoa jurídica denominada Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 62.231.527/0001-84, com sede e foro nesta capital na Rua Boa Vista, 293, Centro, São Paulo – SP, e filial na Avenida Liberdade, 823 – 10º ao 14º andar – Liberdade – São Paulo – SP, CEP: 01503-001, onde é feito o atendimento aos beneficiários, vem, através de sua procuradora, abaixo assinada, Dra. Mirelle Conejero Morales, advogada, inscrita na Ordem de Advogados do Brasil sob n.º 235.077, requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro dos instrumentos anexos – **Atas nº 2490 e 2493 – Reunião de Diretoria, Conselho Fiscal – Indicação Afabesp, Quadro Administrativo, Termos de posse e Termos de Responsabilidade.**

Nestes termos

Pede deferimento

São Paulo, 24 de maio de 2023.

24/05/2023

X

Mirelle Conejero Morales
OAB/SP Nº 235.077

Assinado por: MIRELLE CONEJERO MORALES:71922431320

Página
000002/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



ATA Nº 2490 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA

1 São Paulo, aos dois dias de maio de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, realizou-se
2 Reunião da Diretoria da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO
3 BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, inscrita no CNPJ nº
4 62.231.527/0001-84.

5

6 Presentes:

7 Maria Lúcia Ettore do Valle – Diretora Presidente

8 Eliane Cristina Pereira do Carmo Celestino – Diretora de Operações

9 Jorge Angelo Lawand – Diretor Financeiro

10 Wagner Cabanal Mendes – Diretor Administrativo

11 Ana Cristina de Sousa Machado de Araujo – Secretária

12

13 Pauta:

14 Para deliberação:

15 1 – Posse dos Conselheiros Fiscais da CABESP

16

17 Registra-se o início da reunião às dezesseis horas, com a presença de todos os
18 participantes. Assumiu a secretaria dos trabalhos a Sra. Ana.

19

20 **1 – POSSE DOS CONSELHEIROS FISCAIS DA CABESP**

21 Registra-se nesta data a posse dos seguintes membros do Conselho Fiscal:

22 - Eleitos pelos associados: Julio Higashino e Mario Luiz Raia – efetivos e Dorival
23 Jesuíno Faustino e Mariangela Lomanto – suplentes.

24 - Indicados pela Afabesp: Claudanir Reggiani – efetivo.

25 O Sr. Djalma Emídio Botelho, conselheiro suplente indicado pela Afabesp, tomará posse
26 oportunamente, uma vez que não pode comparecer por motivos de saúde.

Página
000003/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



ATA Nº 2490 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA

Quanto os indicados do Patrocinador, importante se faz esclarecer que, em 27/04/2023, o patrocinador, Banco Santander, comunicou a Cabesp da impossibilidade de novas indicações neste momento, solicitando assim dilação de prazo de 60 dias, para novas indicações. Desta forma, conforme previsto no artigo 54, parágrafo 2º, inciso III, o qual remete ao artigo 35 do Estatuto Social e, conseqüentemente, ao parágrafo 7º, os membros atuais (sucédidos) poderão permanecer no cargo até a indicação dos novos conselheiros.

Sendo assim, permanecerão como indicados pelo Banco Santander (Brasil) S.A.: Milton Kiosuke Kamia e Tania Regina Christofolletti Daldon Boff – efetivos e Rozimeri Barbosa de Sousa e Silvana Cristina Arcanjo de Godoy - suplentes.

Nada mais havendo a tratar sobre a pauta da reunião, determinou a Sra. Diretora Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos aprovada.

Registra-se o término da reunião às dezesseis horas e trinta minutos.

TABELÃO
DE NOTAS

MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE
Diretora Presidente

ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO
Diretora de Operações

JORGE ANGELO LAWAND
Diretor Financeiro

WAGNER CABANAL MENDES
Diretor Administrativo

Página
000004/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Página
000005/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



ATA Nº 2493 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA

1 São Paulo, aos dezenove dias de maio de dois mil e vinte e três, às onze horas, realizou-se Reunião da Diretoria da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO
2 BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, inscrita no CNPJ nº
3 62.231.527/0001-84.
4

5

6 Presentes:

7 Maria Lúcia Ettore do Valle – Diretora Presidente

8 Eliane Cristina Pereira do Carmo Celestino – Diretora de Operações

9 Jorge Angelo Lawand – Diretor Financeiro

10 Wagner Cabanal Mendes – Diretor Administrativo

11 Ana Cristina de Sousa Machado de Araujo – Secretária

12

13 Pauta:

14 Para deliberação:

15 1 – Posse de Conselheiro Fiscal da CABESP

16

17 Registra-se o início da reunião às onze horas, com a presença de todos os participantes.

18 Assumiu a secretaria dos trabalhos a Sra. Ana.

19

20 **1 – POSSE DE CONSELHEIRO FISCAL DA CABESP**

21 Registra-se nesta data a posse do Conselheiro Fiscal Sr. Djalma Emídio Botelho –
22 suplente, indicado pela Afabesp, o qual não tomou posse em 02/05/2023, juntamente
23 com os demais, pois justificou a sua ausência por motivos de saúde.

24

Página
000006/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



ATA Nº 2493 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA

25 Nada mais havendo a tratar sobre a pauta da reunião, determinou a Sra. Diretora
26 Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos
27 aprovada.

28 Registra-se o término da reunião às doze horas.

29 **TABELÃO DE NOTAS** 
30 
31 **MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE**
32 Diretora Presidente

34 
35 **ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO**
36 Diretora de Operações

38 
39 **JORGE ANGELO LAWAND**
40 Diretor Financeiro

42 
43 **WAGNER CABANAL MENDES**
44 Diretor Administrativo



Página
000007/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



São Paulo, 18 de abril de 2023.

Ilustríssima Senhora

Maria Lúcia Ettore do Valle

MD. Presidente da CABESP

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo

São Paulo – Capital

ASSUNTO: INDICAÇÃO DOS CONSELHEIROS FISCAIS

Atendendo à solicitação, indicamos como representante da Afabesp para titular do conselho fiscal Sr. **CLAUDANIR REGGIANI** e para suplente o Sr. **DJALMA EMÍDIO BOTELHO** para o exercício do mandato de 02 de maio de 2023 a 30 de abril de 2026.

Atenciosamente

AFABESP


ORLANDO FORT
Diretor Presidente

Página

000008/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18

QUADRO DE ADMINISTRADORES - Eleitos e indicados

Nome	Nacionalidade	Estado Civil	Profissão	Endereço	RG	CPF	Início	Término
Claudianir Reggiani	brasileiro	casado	aposentado	R. Santa Clara, 437 - Curitiba/PR	499.464-7	005.009.419-04	02/05/2023	30/04/2026
Djalma Emídio Botelho	brasileiro	casado	aposentado	R. Desemb.Vieira Cavalcanti,36-Curitiba/PR	3.485.332	052.166.568-04	19/05/2023	30/04/2026
Dorival Jesuíno Faustino	brasileiro	viúvo	aposentado	R. Gaspar Fernandes,738-ap.72 - SP/SP	4.848.979-7	025.272.788-68	02/05/2023	30/04/2026
Julio Higashino	brasileiro	casado	economista	R. Zalina Rolin, 305 - São Paulo/SP	2.533.439-6	042.719.558-68	02/05/2023	30/04/2026
Mariangela Lomanto	brasileira	divorciada	adm.empresas	R. David Matarasso, 77-apto 81 - SP/SP	12.613.593-9	041.139.418-58	01/05/2023	30/04/2026
Mario Luiz Raia	brasileiro	solteiro	bancário	Av. Nova Independência, 786-ap.44-SP/SP	10.617.864-7	063.514.798-00	02/05/2023	30/04/2026

Página
000009/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE POSSE

Aos dois dias de maio de dois mil e vinte e três, toma posse o membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 02/05/2023 a 30/04/2026, declarando que atendem os requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.


CLAUDANIR REGGIANI

Conselheiro efetivo indicado pela Afabesp

Página
000010/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Claudanir Reggiani, brasileiro, casado, natural de Londrina/PR, nascido em 20 de janeiro de 1943, do sexo masculino, residente na Rua Santa Clara, nº437 – Bairro AHU, Curitiba/PR, CEP 80200-380, telefone (41) 3253-2382 e (41) 99166-6161, e-mail: reggiani.claudanir@gmail.com, portador da cédula de identidade RG nº 499.464-7, SSP/BR, expedido em 19/04/2013, inscrito no CPF nº 005.009.419-04, filho de Itila Santa Bordini e Theophilo Reggiani, indicado para exercer o cargo de **CONSELHEIRO FISCAL**, de 02/05/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheiro Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui eleito de 02/05/23 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 02 de maio de 2023.


CLAUDANIR REGGIANI
RG nº 499.464-7

Página

000011/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

CLAUDANIR REGGIANI

Ng de Inscrição

005009419-04

Data do Nascimento

20/01/43



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura



CLAUDANIR REGGIANI

S
E
R
V
I
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 10/05/97

Página

000012/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Página
000013/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE POSSE

Aos dezenove dias de maio de dois mil e vinte e três, toma posse o membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 19/05/2023 a 30/04/2026, declarando que atendem os requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.


DJALMA EMÍDIO BOTELHO
Conselheiro suplente indicado pela Afabesp

Página
000014/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE RESPONSABILIDADE


Eu, Djalma Emídio Botelho, brasileiro, casado, natural de Caconde/SP, nascido em 19 de abril de 1944, do sexo masculino, residente na Rua Desembargador Vieira Cavalcanti, nº 36 – Bairro São Francisco, Curitiba/PR, CEP 80510-090, telefone (41) 3319-3780 e (41) 99950-9298, e-mail: emidiodb@gmail.com, portador da cédula de identidade RG nº 3485332, SSP/BR, expedido em 03/03/1983, inscrito no CPF nº 052.166.568-04, filho de Clotilde Poli Botelho e Edgard Botelho, indicado para exercer o cargo de **CONSELHEIRO FISCAL**, de 19/05/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheiro Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui eleito de 19/05/23 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 19 de maio de 2023.


DJALMA EMÍDIO BOTELHO
RG nº 3.485.332

Página
000016/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE POSSE

Aos dois dias de maio de dois mil e vinte e três, toma posse o membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 02/05/2023 a 30/04/2026, declarando que atendem os requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.


DORIVAL JESUINO FAUSTINO
Conselheiro suplente eleito pelos Associados

Página
000017/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Dorival Jesuino Faustino, brasileiro, viúvo, natural de Saltinho-SP, nascido em 05 de junho de 1941, do sexo masculino, residente na Rua Gaspar Fernandes, 738 – apto 72 – Bairro Vila Monumento, São Paulo/SP, CEP 01549-000, telefone (11) 2063-8817 e (11) 99483-3662, e-mail: dorivalfaustino@hotmail.com, portador da cédula de identidade RG nº 4.848.979-7, SSP/SP, expedido em 13/02/2017, inscrito no CPF nº 025.272.788-68, filho de Ana Zaia e Sebastião Faustino, eleito para exercer o cargo de **CONSELHEIRO FISCAL**, de 02/05/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheiro Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui eleito de 02/05/23 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 02 de maio de 2023

DORIVAL JESUINO FAUSTINO
RG nº 4.848.979-7

Página

000018/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Página

000019/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Página
000020/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE POSSE

Aos dois dias de maio de dois mil e vinte e três, toma posse o membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 02/05/2023 a 30/04/2026, declarando que atendem os requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.


JULIO HIGASHINO
Conselheiro efetivo eleito pelos Associados

Página
000021/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Julio Higashino, brasileiro, casado, natural de Bastos, nascido em 17 de outubro de 1939, do sexo masculino, residente na Rua Zalina Rolin, nº 305 – Bairro Vila Ede, São Paulo/SP, CEP 02202-010, telefone (11) 2212-1328 e (11) 99974-2817, e-mail: juhigashino@gmail.com, portador da cédula de identidade RG nº 2.533.439-6, SSP/BR, expedido em 23/01/2016, inscrito no CPF nº 042.719.558-68, filho de Ei Higashino e Fukuju Higashino, eleito, para exercer o cargo de **CONSELHEIRO FISCAL**, de 02/05/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 - 1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheiro Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui eleito de 02/05/23 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 02 de maio de 2023.


JULIO HIGASHINO
RG nº 2.533.439-6

Página

000022/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18

042719558/68

CPF

PRESIDENTE PRUDENTE-SP PRESIDENTE PRUDENTE CC.LV.0037/

FLSº190/Nº11967

DATA DE NASCIMENTO

17/10/1939

BASTOS - SP

EU HIGASHINO

FUKUJI HIGASHINO

PROJACAO

NOBRE

JULIO HIGASHINO

REGISTRO

2.533.439-6

2 via

EMISSÃO

23/01/2016

DATA DE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CARTeira DE IDENTIDADE

64B624F

MAIOR DE 65 ANOS

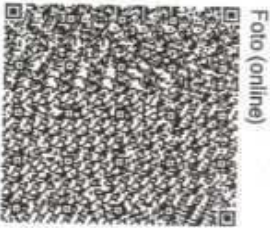
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

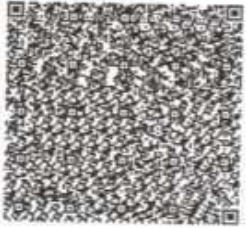
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUNLETON GALATI

8000-2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Serie: B-824
088.301-3



Serie: B-824
088.301-3



Página
000023/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE POSSE

Aos dois dias de maio de dois mil e vinte e três, toma posse o membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 02/05/2023 a 30/04/2026, declarando que atendem os requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheira fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.

MARIANGELA LOMANTO

Conselheira suplente eleita pelos Associados

Página
000024/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Mariangela Lomanto, brasileira, divorciada, natural de São Paulo-SP, nascida em 11 de junho de 1962, do sexo feminino, residente na Rua David Matarasso, 77 – apto 81 – Bairro: Jardim Monte Kemel, São Paulo/SP, CEP 05633-090, telefone (11) 99189-2246, e-mail: mlomanto3@gmail.com, portador da cédula de identidade RG nº 12.613.593-9, SSP/SP, expedido em 29/01/2011, inscrito no CPF nº 041.139.418-58, filha de Elvira Bianco Lomanto e Michele Lomanto, eleita para exercer o cargo de **CONSELHEIRA FISCAL**, de 02/05/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheira Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui eleito de 02/05/23 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 02 de maio de 2023

MARIANGELA LOMANTO
RG nº 12.613.593-9

Página

000025/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Página

000026/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REQUERIMENTO GERAL 12.613.593-9 DATA DE EMISSÃO 29/JAN/2011

NOME MARIANGELA LOMANTO

FILIAÇÃO MICHELE LOMANTO

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 11/JUN/1962

DOC ORIGEM SÃO PAULO SP BUTANTA

CC: LV.B163/FLS.166 /N.023803

CPF 041139418/58

ASSINATURA DO DIRETOR 177 Delegado, Divisorário de Polícia JUCID-SP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Serie: B-579
028.908-5

PROIBIDO PLASTIFICAR

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GOMILETON DAUNT

ASSINATURA DO TITULAR

81279-020008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RECEITA DE IDENTIDADE

Serie: B-579
028.908-5

Página
000027/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE POSSE

Aos dois dias de maio de dois mil e vinte e três, toma posse o membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 02/05/2023 a 30/04/2026, declarando que atendem os requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.

MÁRIO LUIZ RAIA

Conselheiro efetivo eleito pelos Associados

Página
000028/000031

Registro Nº
486.740
14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Mario Luiz Raia, brasileiro, solteiro, natural de Jales/SP, nascido em 28 de junho de 1964, do sexo masculino, residente na Av. Nova Independência, 786 – apto 44 – Bairro Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 04570-001, telefone (11) 5506-8610 e (11) 97217-2361, e-mail: mario.raia@gmail.com, portador da cédula de identidade RG nº 10.617.864-7, SSP/SP, expedido em 29/10/2019, inscrito no CPF nº 063.514.798-00, filho de Odete Antoniassi Raia e Lucidio Rippor Raia, eleito para exercer o cargo de **CONSELHEIRO FISCAL**, de 02/05/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheiro Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui eleito de 02/05/23 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 02 de maio de 2023

MARIO LUIZ RAIA
RG nº 10.617.864-7

Página

000029/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Página

000030/000031

Registro Nº

486.740

14/06/2023

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 233,03	RS 66,47	RS 45,38	RS 12,30	RS 15,88	RS 11,24	RS 4,88	RS 0,00	RS 0,00	RS 389,18



Página 000031/000031 Registro Nº 486.740 14/06/2023
--

Protocolo nº 577.840 de 24/05/2023 às 09:24:41h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **486.740** em **14/06/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 233,03	R\$ 66,47	R\$ 45,38	R\$ 12,30	R\$ 15,88	R\$ 11,24	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 389,18



Ao

1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo

Rua Dr. Miguel Couto, nº 44 – Centro

São Paulo – SP

Mirelle Conejero Morales, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº OAB/SP 235.077, com endereço profissional na Avenida da Liberdade, 823 – 10º ao 14º andar – Liberdade – São Paulo/ SP, CEP: 01503-001, declaro para o devido fins que os documentos anexos foram digitalizados nos termos dos artigos 5º e 8º do Decreto 10.278/2020, que regulamentou o art. 5º da Lei 13.874/19 e o art. 2º A, da Lei 12.682/12, com certificação digital nos padrões exigidos em lei e atos normativos.

Nestes termos

Pede deferimento

São Paulo, 24 de maio de 2023.

24/05/2023

X

Mirelle Conejero Morales
OAB/SP Nº 235.077

Assinado por: MIRELLE CONEJERO MORALES:71922431320

Versão 6 - (07/2019) ANS - nº 35233-1



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr.Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: pj@1rtd.com.br - Site: www.1rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 488.482 de 23/08/2023

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **17 (dezesete) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 02/08/2023, protocolado sob nº 580.117, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **488.482** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO CABESP
CNPJ nº 62.231.527/0001-84

Natureza:

INDICAÇÃO E POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado a seguinte assinatura digital:

MIRELLE CONEJERO MORALES/71922431320(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 23 de agosto de 2023

Assinado eletronicamente

Adriana Araujo Paulo Rego

Escrevente Autorizado

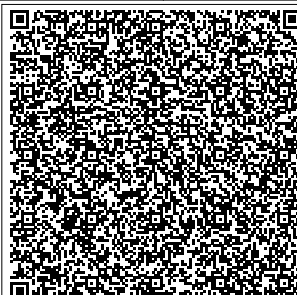
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00210927191505591



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1115914PJDD000048887DB23H

Página
000001/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DA CAPITAL

A pessoa jurídica denominada Caixa Benficiente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 62.231.527/0001-84, com sede e foro nesta capital na Rua Boa Vista, 293, Centro, São Paulo – SP, e filial na Avenida Liberdade, 823 – 10º ao 14º andar – Liberdade – São Paulo – SP, CEP: 01503-001, onde é feito o atendimento aos beneficiários, vem, através de sua procuradora, abaixo assinada, Dra. Mirelle Conejero Morales, advogada, inscrita na Ordem de Advogados do Brasil sob n.º 235.077, requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro dos instrumentos anexos – **Atas nº 2503 – Reunião de Diretoria, Conselho Fiscal – Indicação Banco Santander, Quadro Administrativo, Termos de posse e Termos de Responsabilidade.**

Nestes termos

Pede deferimento

São Paulo, 01 de agosto de 2023.

01/08/2023

X

Mirelle Conejero Morales

OAB/SP Nº 235.077

Assinado por: MIRELLE CONEJERO MORALES:71922431320

Página
000002/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



ATA Nº 2503 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA

1 São Paulo, aos vinte e quatro dias de julho de dois mil e vinte e três, às nove horas,
2 realizou-se Reunião da Diretoria da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS
3 DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, inscrita no CNPJ nº
4 62.231.527/0001-84.

5

6 **Presentes:**

7 Maria Lúcia Ettore do Valle – Diretora Presidente

8 Eliane Cristina Pereira do Carmo Celestino – Diretora de Operações

9 Jorge Angelo Lawand – Diretor Financeiro

10 Wagner Cabanal Mendes – Diretor Administrativo

11 Ana Cristina de Sousa Machado de Araujo – Secretária

12

13 **Pauta:**

14 1 – Posse dos Conselheiros Fiscais da CABESP indicados pelo Banco Santander

15

16 Registra-se o início da reunião às nove horas, com a presença de todos os participantes.

17 Assumiu a secretaria dos trabalhos a Sra. Ana.

18

19 **1 – POSSE DOS CONSELHEIROS FISCAIS DA CABESP**

20 A CABESP recepcionou carta do Patrocinador nomeando e indicando os conselheiros
21 que o representarão de 03/07/2023 a 30/04/2026. O Patrocinador mencionou que ainda
22 resta uma vaga de conselheiro a ser preenchida, referente à indicação para a 2ª posição
23 de suplente, o qual o será informado nos próximos dias, completando assim o quadro de
24 indicados.

25 Sendo assim registra-se a posse dos seguintes membros do Conselho Fiscal, indicados
26 pelo Santander em 03/07/2023:

27 - Sebastião Pereira da Silva – efetivo;

Página
000003/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



ATA Nº 2503 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA

28 - Milton Kiosuke Kamia – efetivo; e

29 - Cláudia de Moura – suplente.

30

31 Nada mais havendo a tratar sobre a pauta da reunião, determinou a Sra. Diretora
32 Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos
33 aprovada.

34 Registra-se o término da reunião às nove horas e trinta minutos.

36

37 MARIA LÚCIA ETTORE DO VALLE

38 Diretora Presidente

39

40
41 ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO

42 Diretora de Operações

43

44
45 JORGE ANGELO LAWAND

46 Diretor Financeiro

47

48
49 WAGNER CABANAL MENDES

50 Diretor Administrativo



<p><u>Página</u> 000004/000017</p> <p><u>Registro Nº</u> 488.482 23/08/2023</p>

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



TERMO DE NOMEAÇÃO

Os Srs. Alessandro Tomao, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Jurídicos e Corporativos, e Daniel Mendonça Pareto, Head de Jurídico Corporativo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o previsto no § 1º do artigo 54 do Estatuto Social da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, servem-se da presente para designar os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para mandato de 03 de julho de 2023 a 30 de abril de 2026.

Conselheiros Efetivos:

- Milton Kiosuke Kamia
- Sebastião Pereira da Silva

Conselheira Suplente:

- Claudia de Moura Souza Dias

Nos próximos dias seguirá a indicação para a 2ª posição de Suplente.

Firmam o presente, autorizando a sua transcrição em ata para os devidos fins e efeitos de direito.

São Paulo, 30 de junho de 2023.

Alessandro Tomao

Vice-Presidente Executivo de Assuntos Jurídicos e Corporativos

Daniel Mendonça Pareto

Head de Jurídico Corporativo

Página
000005/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Diretoria da CABESP - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo

Ilma. Sra. Maria Lúcia Ettore do Valle

Assunto: Indicações dos membros do Conselho Fiscal.

Prezados,

Em resposta à carta enviada por V.Sa. datada de 19/04/2023 e na condição de principal patrocinador da CABESP, esclarecemos que a indicação de dois conselheiros para composição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, conforme previsto no parágrafo primeiro do art. 54 do estatuto da CABESP, torna-se prejudicada no momento.

Uma vez que o plano CABESP encontra-se fechado desde 20/11/2000, e o referido estatuto prevê que o Conselho Fiscal deve ser composto por Associados, no mínimo há dois anos, e ainda que o número de associados com vínculo empregatício com a Patrocinadora é de pouco mais de 150 colaboradores, dos quais em torno de 10 dispõem de qualificações mínimas para o exercício da função de Conselheiro, sendo necessário verificar a disponibilidade e o interesse do associado com vínculo empregatício, não temos como indicar no prazo, nomes que possam compor o quadro de Conselheiros da CABESP.

Neste sentido, com objetivo de refinar a seleção de possíveis candidatos qualificados entre os associados com vínculo empregatício e não ensejar grave crise na governança e continuidade da Operadora de Saúde, pedimos a prorrogação do mandato dos atuais indicados pelo prazo de 60 dias.

Cordialmente,

São Paulo, 27 de abril de 2023.

Alessandro Tomao

Vice-Presidente Executivo de Assuntos Jurídicos e Corporativos

Daniel Mendonça Pareto

Head de Jurídico Corporativo

CABESP JURÍDICO
Mirelle Conejero Morales 1
Gerente Jurídica
OAB 235.077
27/04/2023

Página

000006/000017

Registro Nº

488.482

23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36

QUADRO DE ADMINISTRADORES - Eleitos e indicados

Nome	Nacionalidade	Estado Civil	Profissão	Endereço	RG	CPF	Início	Término
Cláudia de Moura	brasileira	união estável	bancária	R. Corgie Assad Abdalla, 729 - São Paulo /SP	8.957.259-2	092.907.698-23	03/07/2023	30/04/2026
Milton Kiosuke Kamia	brasileiro	divorciado	bancário	Av.Gen.Ataliba Leonel, 4314 - ap.82 - São Paulo / SP	16.183.358-5	124.885.148-02	03/07/2023	30/04/2026
Sebastião Pereira da Silva	brasileiro	casado	bancário	R. Carlos Martiniano de A.Bittencourt,93 -ap. 82 - Praia Grande / SP	13.512.836-5	058.835.188-18	03/07/2023	30/04/2026

Página
000007/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



TERMO DE POSSE

Aos três dias de julho de dois mil e vinte e três, tomo posse como membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 03/07/2023 a 30/04/2026, declarando que atendo aos requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheira fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.


CLÁUDIA DE MOURA

Conselheira suplente indicada pelo Banco Santander (Brasil) S/A

Página
000008/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Cláudia de Moura, brasileira, união estável, natural de São Paulo/SP, nascida em 20 de março de 1964, do sexo feminino, residente na Rua Corgie Assad Abdalla, nº 729 – Bairro Morumbi, São Paulo/SP, CEP 05622-010, telefone (11) 99560-0022, e-mail: cmoura@santander.com.br, portadora da cédula de identidade RG nº 8.957.259-2, SSP/BR, expedido em 04/01/2006, inscrita no CPF nº 092.907.698-23, filha de Lais Pacheco de Moura e Almerio de Moura, indicada para exercer o cargo de **CONSELHEIRA FISCAL**, de 03/07/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheira Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui indicada de 03/07/2023 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

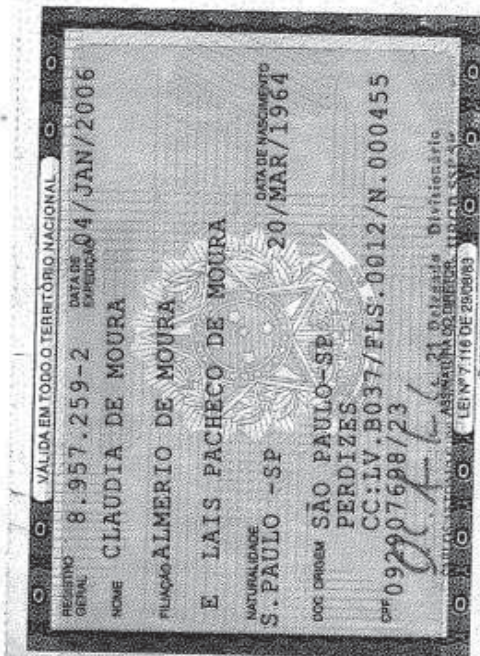
São Paulo, 03 de julho de 2023.


CLÁUDIA DE MOURA
RG nº 8.957.259-2

Página
000009/000017
Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Página
000010/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



TERMO DE POSSE

Aos três dias de julho de dois mil e vinte e três, tomo posse como membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 03/07/2023 a 30/04/2026, declarando que atendo aos requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.

MILTON KIOSUKE KAMIA

Conselheiro efetivo indicado pelo Banco Santander (Brasil) S/A

Página
000011/000017
Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Milton Kiosuke Kamia, brasileiro, divorciado, natural de São Paulo/SP, nascido em 01 de outubro de 1967, do sexo masculino, residente e domiciliado na Avenida General Ataliba Leonel, nº 4134 – apto 82 – Bairro Tucuruvi, São Paulo/SP, CEP 02242-002, telefone (11) 2693-7001 e (11) 99115-1009, e-mail: mkkamia@santander.com.br, portador da cédula de identidade RG nº 16.183.358-5, SSP/SP, expedido em 09/04/2001, inscrito no CPF nº 124.885.148-02, filho de Alice Kamia e Shochei Kamia, indicado para exercer o cargo de **CONSELHEIRO FISCAL**, de 03/07/2023 a 30/04/2026, na operadora de planos privados de assistência à saúde Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, inscrita no CNPJ sob o nº 62.231.527/0001-84 e registrada sob o nº 35233-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

DECLARO, para os devidos fins de direito:

1 – que não me enquadro nas restrições descritas no art. 3º da Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, e preencho os requisitos das demais legislações pertinentes em vigor para o exercício do cargo de Conselheiro Fiscal na operadora de planos privados de assistência acima qualificada para qual fui indicado de 03/07/2023 a 30/04/2026; e

2 – assumo, sob pena de sofrer as sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis, integral e responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas.

São Paulo, 03 de julho de 2023.

MILTON KIOSUKE KAMIA
RG nº 16.183.358-5

Página

000012/000017

Registro Nº

488.482

23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Página

000013/000017

Registro Nº

488.482

23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Página
000014/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



TERMO DE POSSE

Aos três dias de julho de dois mil e vinte e três, tomo posse como membro do Conselho Fiscal da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP, para cumprir mandato, conforme prevê o Estatuto Social da Caixa, de três anos, compreendendo o triênio 03/07/2023 a 30/04/2026, declarando que atendo aos requisitos da Resolução Normativa nº 520/22 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No exercício regular da função de conselheiro fiscal, em respeito à transparência administrativa dentro dos limites da boa governança (art.4º, RN nº 518/2022 da ANS), declaro estar ciente de que, em virtude da função que exercerei, terei acesso a informações sigilosas e confidenciais, assim como dados cadastrais e sensíveis, tanto de associados como de beneficiários, e de pessoas que mantêm direta/indiretamente relacionamento com a CABESP, estando estas protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA

Conselheiro efetivo indicado pelo Banco Santander (Brasil) S/A

Página

000015/000017

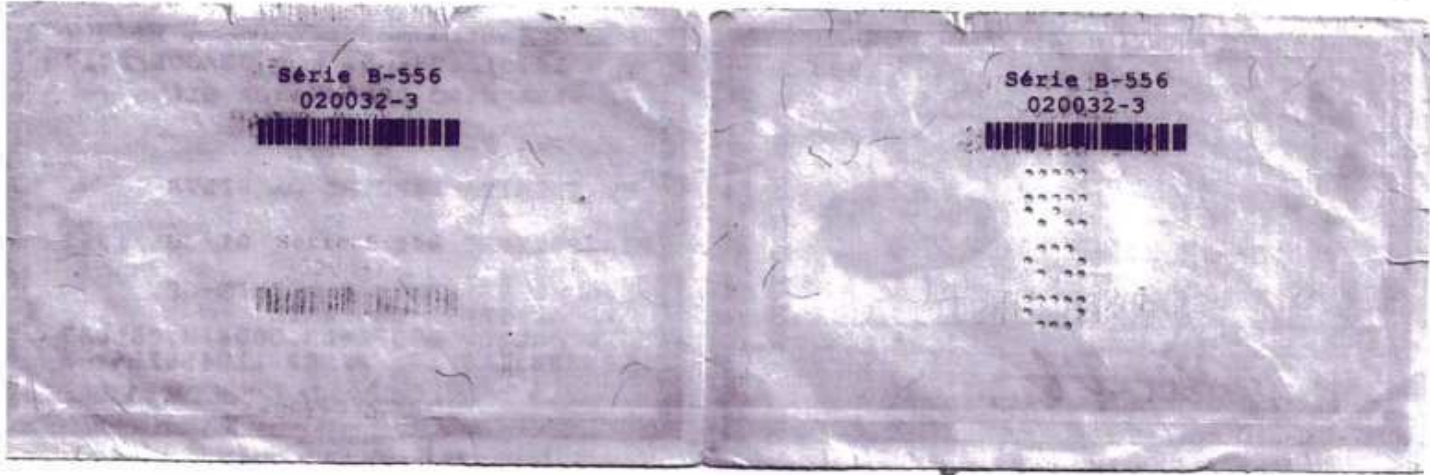
Registro Nº

488.482

23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 140,35	RS 40,01	RS 27,32	RS 7,40	RS 9,58	RS 6,76	RS 2,94	RS 0,00	RS 0,00	RS 234,36

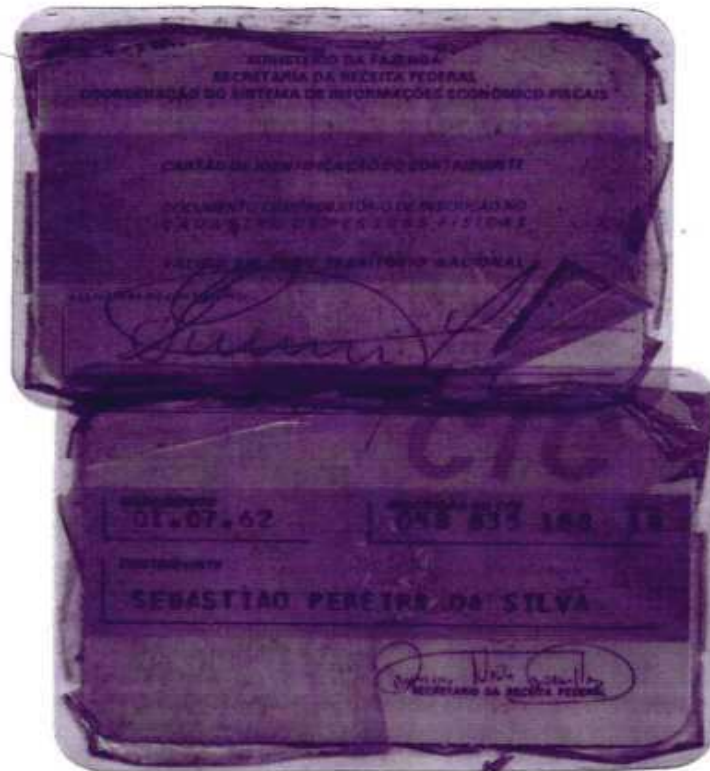


Página
000016/000017

Registro Nº
488.482
23/08/2023

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Página 000017/000017 Registro Nº 488.482 23/08/2023
--

Protocolo nº 580.117 de 02/08/2023 às 14:47:26h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **488.482** em **23/08/2023** e averbado no registro n. 16163 de 22/07/1968 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 140,35	R\$ 40,01	R\$ 27,32	R\$ 7,40	R\$ 9,58	R\$ 6,76	R\$ 2,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234,36



Ao

1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo

Rua Dr. Miguel Couto, nº 44 – Centro

São Paulo – SP

Mirelle Conejero Morales, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº OAB/SP 235.077, com endereço profissional na Avenida da Liberdade, 823 – 10º ao 14º andar – Liberdade – São Paulo/ SP, CEP: 01503-001, declaro para o devido fins que os documentos anexos foram digitalizados nos termos dos artigos 5º e 8º do Decreto 10.278/2020, que regulamentou o art. 5º da Lei 13.874/19 e o art. 2º A, da Lei 12.682/12, com certificação digital nos padrões exigidos em lei e atos normativos.

Nestes termos

Pede deferimento

São Paulo, 01 de agosto de 2023.

01/08/2023

X

Mirelle Conejero Morales

OAB/SP Nº 235.077

Assinado por: MIRELLE CONEJERO MORALES:71922431320

Versão 6 - (07/2019) **ANS - nº 35233-1**

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

45ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 14º andar - salas nº 1418/1422, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11), São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1153742-82.2024.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Abesp - Associação de Defesa de Direitos Previdenciários dos Banespianos**
 Requerido: **Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo CABESP**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). FABIO EVANGELISTA DE MOURA

Vistos.

I – Em juízo de cognição sumária e provisória, próprio das tutelas de urgência, não se antevê perigo de dano (CPC, art. 300) capaz de justificar a concessão de tutela antecipada *in initio litis*.

Com efeito, a própria autora afirma na inicial que Narjara Jacqueline Boldroni, que não seria associada da CABESP, foi indicada ao cargo de Conselheira suplente do Conselho Fiscal. Na condição de suplente (cuja posse a autora nem sabe dizer se ocorreu), Narjara não participa tampouco pratica qualquer ato apto a produzir efeitos no mundo jurídico, daí por que não se está diante de cenário fático que, a princípio, reclame o deferimento de tutela de urgência sem que haja prévia instauração do contraditório, que é a regra, sendo o diferimento a exceção.

I ndefere-se, pois, o pedido de tutela antecipada.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CÍVEL****45ª VARA CÍVEL****Praça João Mendes s/nº, 14º andar - salas nº 1418/1422, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11), São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

II - A designação da audiência de conciliação prevista no art. 334, *caput*, do Código de Processo Civil, materializa regramento obrigatório, mas não absoluto, razão pela qual comportará abrandamento em determinadas situações, mormente quando reduzida a possibilidade de composição diante da natureza do litígio.

De todo modo, da dispensa da audiência prejuízo algum advirá às partes, já que a solução consensual do conflito se faz possível no curso do processo judicial (arts. 3º, §3º e 139, V).

Como se vê, trata-se de interpretação condizente e harmônica com os valores prestigiados pela nova ordem processual civil, ademais encampada pelo Enunciado nº 35 da Enfam: *“Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”*.

Cite-se e intime-se a parte ré, por carta com AR, para contestar o feito no prazo de 15 dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Int.

São Paulo, 26 de setembro de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

45ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 14º andar - salas nº 1418/1422, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11), São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1153742-82.2024.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Abesprev - Associação de Defesa de Direitos Previdenciários dos Banespianos**
 Requerido: **Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo CABESP**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FABIO EVANGELISTA DE MOURA**

Vistos.

I – No termos do art. 55, §1º, do Código de Processo Civil, a fim de evitar decisões conflitantes, providencie a Serventia o apensamento do processo 1167588-69.2024.8.26.0100 a estes autos.

II - Embargos de declaração de p. 60-64:

Inexiste contradição, obscuridade ou omissão na decisão hostilizada, senão mero inconformismo da parte embargante.

Os embargos de declaração não se prestam a obter a reforma do julgado. A atribuição de efeito modificativo somente deve ocorrer em situações excepcionais, sob pena de total desvirtuamento da finalidade do recurso.

Posto isto, **REJEITO** os embargos declaratórios interpostos por ABESPREV – Associação de Defesa de Direitos Previdenciários dos Banespianos, mantendo-se a decisão de p. 48-49 como lançada.

III – P. 67-69: Indefere-se, uma vez mais, o pedido de tutela antecipada.

Na linha da decisão proferida no processo 1167588-69.2024.8.26.0100, p. 209-211, em 18/10/2024, *Os documentos de p. 163, 164-166 e 167-175 comprovam que Narjara Jacqueline Boldorini, por maioria de votos da Diretoria da CABESP, foi aceita para ocupar a posição de membro suplente do conselho fiscal da associação, no período de 02/09/2024 a 30/04/2026, em razão da indicação do patrocinador Banco Santander (Brasil) S.A.*

Não se pode olvidar, ainda, que a autora não comprovou qualquer prejuízo aos associados advindos da nomeação de Narjara para o cargo de suplente do Conselho Fiscal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

45ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 14º andar - salas nº 1418/1422, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11), São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

IV – Manifeste-se a autora e réplica, no prazo de 15 dias.

Sem prejuízo, em igual prazo, esclareçam as partes as provas ue pretendem produzir, justificando relevância e pertinência, pena de indeferimento.

Intime-se.

São Paulo, 04 de novembro de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 12º andar, sala 1202, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9559, São Paulo-SP - E-mail: upj1a5cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1020674-02.2025.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Assembléia**
 Requerente: **Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo CABESP**
 Requerido: **Cláudia de Moura e outros**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN**

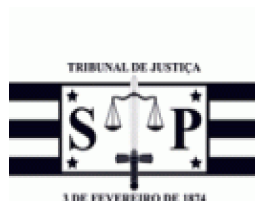
Vistos.

Trata-se de ação pelo procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência proposta por CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP em face dos conselheiros integrantes do seu Conselho Fiscal, MARIO LUIZ RAIA, JULIO HIGASHINO, CLAUDANIR REGGIANI, SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA e CLÁUDIA DE MOURA alegando, em síntese, que a Diretoria da CABESP foi surpreendida com a lavra do habitual Parecer do Conselho Fiscal, o qual, anualmente, é também levado como documento idôneo à Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas relativa ao exercício do ano anterior. Referido parecer foi no sentido de reprovando as demonstrações financeiras de 2024 sob o argumento de que “ocorreram pagamentos de despesas judiciais, com as quais os Conselheiros Eleitos não concordam que sejam assumidas pela Entidade”. Tal reprovação foi fundada em oposição dos Conselheiros por discordarem da contratação, pela CABESP, de escritório de advocacia, em razão do pagamento de honorários advocatícios para defesa da Associação, parte ré no processo nº. 1153742-82.2024.8.26.0100. Assim, os Conselheiros teriam reprovado as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, que representa uma movimentação financeira de milhões de reais, voltada para o atendimento de saúde de mais de 17.573 mil beneficiários, em razão de honorários advocatícios de 68 mil reais.

É a síntese do necessário. Decido.

Da análise dos fatos e fundamentos do pedido, sempre considerando os limites de cognição desta fase do processo, entendo presentes os requisitos autorizadores da tutela pretendida.

A probabilidade do direito resta demonstrada pelos documentos juntados aos autos e a urgência está no fato de que o Parecer do Conselho Fiscal deve ser levado à

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 12º andar, sala 1202, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 3538-9559, São Paulo-SP - E-mail: upj1a5cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 27.2.2025, justamente para deliberação sobre as Demonstrações Financeiras, momento em que é de extrema relevância a apresentação de Parecer do Conselho Fiscal idôneo e sem quaisquer erros.

Por tais razões, DEFIRO a tutela pleiteada para determinar que, em razão do conflito de interesses, o Parecer do Conselho Fiscal de 23.01.2025 não seja levado como documento integrante idôneo na Assembleia Geral Ordinária, que deverá ser realizada dia 27.2.2025, abstendo-se os associados de deliberar sobre o item da Prestação de Contas (item I da Pauta da AGO), em razão da matéria estar "sub judice", sob pena de multa de R\$10.000,00.

Serve a presente, digitalmente assinada, como ofício de intimação para os devidos fins, cabendo a parte autora seu encaminhamento, comprovando-se.

Deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (art. 139, VI, CPC, e Enunciado nº 35 da ENFAM: "*Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo*").

Ressalto, no entanto, que nada impede a tentativa de composição extrajudicial, por ser medida que independe da disponibilidade na pauta do Juízo, ou em audiência de instrução se for o caso.

Cite-se e intime-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

O termo inicial para contagem do prazo será a data prevista no artigo 231 do CPC, considerando o modo como foi feita a citação, nos termos do artigo 335 do CPC.

Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Serve a presente, digitalmente assinada, como carta/mandado de citação.

Intime-se.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

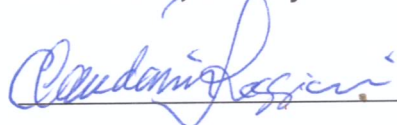
DOC. 5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras constituídas de: Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2024 e respectivas Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis.

Com base nas análises e verificações levadas a efeito, bem como nos esclarecimentos prestados, concluíram por maioria, com votos favoráveis dos Conselheiros Eleitos, e votos contrários dos Conselheiros Indicados, que nas citadas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024 da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, ocorreram pagamentos de despesas judiciais, com as quais os Conselheiros Eleitos não concordam que sejam assumidas pela Entidade, uma vez que tais despesas decorrem de atos da Diretoria que aceitou indicação do Banco Santander de Conselheira Suplente, em total desacordo com Estatuto Social da Cabesp, não estando em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 23 de janeiro de 2025



CLAUDANIR REGGIANI



CLAUDIA MOURA



JULIO HIGASHINO



MARIO LUIZ RAIA



SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras constituídas de: Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2025 e respectivas Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis.

Com base nas análises e verificações levadas a efeito, bem como nos esclarecimentos prestados, concluíram por maioria, com votos favoráveis dos Conselheiros Eleitos, e votos contrários dos Conselheiros Indicados, que nas citadas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025 da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, ocorreram pagamentos de despesas judiciais (como Honorários, custas, e outros), devido ao fato de a Diretoria ter aprovado, com voto de minerva, a indicação do Banco Santander de Conselheira Suplente, em total desacordo com o Estatuto Social da Cabesp particularmente em seu artigo 54, e portanto, tais Demonstrações não estão em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 22 de janeiro de 2026

CLAUDANIR REGGIANI

JULIO HIGASHINO

MARIO LUIZ RAIA

MILTON KIOSUKE KAMIA

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS DE 2025 v1 pdf

Código do documento 63c23486-ca76-413e-950a-d7c87663b0f9



Assinaturas



Julio Higashino
juhigashino@gmail.com
Assinou



MARIO LUIZ RAIA
mario.raia@gmail.com
Assinou



Milton Kiosuke Kamia
mkkamia@santander.com.br
Assinou



Sebastião Pereira da Silva
sebastiao.silva@prservicos.com.br
Assinou



Claudanir Reggiani
reggiani.claudanir@gmail.com
Assinou



Eventos do documento

22 Jan 2026, 14:31:21

Documento 63c23486-ca76-413e-950a-d7c87663b0f9 **criado** por ANA CRISTINA DE SOUSA MACHADO DE ARAUJO (b504cc11-5172-4eaf-ac1f-05e4feba608f). Email: ana.araujo@cabesp.com.br. - DATE_ATOM: 2026-01-22T14:31:21-03:00

22 Jan 2026, 14:34:50

Assinaturas **iniciadas** por ANA CRISTINA DE SOUSA MACHADO DE ARAUJO (b504cc11-5172-4eaf-ac1f-05e4feba608f). Email: ana.araujo@cabesp.com.br. - DATE_ATOM: 2026-01-22T14:34:50-03:00

23 Jan 2026, 09:12:42

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA **Assinou** - Email: sebastiao.silva@prservicos.com.br - IP: 24.239.168.82 (24.239.168.82.netskope-rdns.com porta: 31576) - Documento de identificação informado: 058.835.188-18 - DATE_ATOM: 2026-01-23T09:12:42-03:00

23 Jan 2026, 09:29:50

MILTON KIOSUKE KAMIA **Assinou** (7e54d13c-c576-4432-98e3-6a3cd18b41ad) - Email: mkkamia@santander.com.br - IP: 24.239.164.189 (24.239.164.189.netskope-rdns.com porta: 3456) - Documento



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 23 de January de 2026, 14:34:58



de identificação informado: 124.885.148-02 - DATE_ATOM: 2026-01-23T09:29:50-03:00

23 Jan 2026, 11:19:02

JULIO HIGASHINO **Assinou** (2714057f-9c6b-439b-9f96-8e24c422790d) - Email: juhigashino@gmail.com - IP: 177.26.247.109 (ip-177-26-247-109.user.vivozap.com.br porta: 24554) - Documento de identificação informado: 042.719.558-68 - DATE_ATOM: 2026-01-23T11:19:02-03:00

23 Jan 2026, 12:24:46

MARIO LUIZ RAIA **Assinou** - Email: mario.raia@gmail.com - IP: 200.153.101.58 (ip-200-153-101-58.user.vivozap.com.br porta: 22342) - Documento de identificação informado: 063.514.798-00 - DATE_ATOM: 2026-01-23T12:24:46-03:00

23 Jan 2026, 14:31:16

ANA CRISTINA DE SOUSA MACHADO DE ARAUJO (b504cc11-5172-4eaf-ac1f-05e4feba608f). Email: ana.araujo@cabesp.com.br. **ADICIONOU** o signatário **reggiani.claudanir@gmail.com** - DATE_ATOM: 2026-01-23T14:31:16-03:00

23 Jan 2026, 14:31:36

ANA CRISTINA DE SOUSA MACHADO DE ARAUJO (b504cc11-5172-4eaf-ac1f-05e4feba608f). Email: ana.araujo@cabesp.com.br. **REMOVEU** o signatário **regianni.claudanir@gmail.com** - DATE_ATOM: 2026-01-23T14:31:36-03:00

23 Jan 2026, 14:32:29

CLAUDANIR REGGIANI **Assinou** (f0c91b4d-b74f-4552-a0e6-59c561985967) - Email: reggiani.claudanir@gmail.com - IP: 191.177.182.40 (bfb1b628.virtua.com.br porta: 15128) - Documento de identificação informado: 005.009.419-04 - DATE_ATOM: 2026-01-23T14:32:29-03:00

Hash do documento original

(SHA256):508ff2e5756455f15d61a8e5fa15c9dcbb3ed1b764931401d4ea7eec7e7aa3f9

(SHA512):240fe9c4a29fc81399a06d72b7eee0978965f07ff8aa52d16e994febae285ef2a5fce7a3fce2e18955554f15380e25fbbc3824c0328208dfc01d199ef06ffafd

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 7



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

São Paulo, aos trinta dias de abril de dois mil e vinte e cinco, às 09 horas e 39 minutos e 00:00 minutos de gravação, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, inscrita no CNPJ nº 62.231.527/0001-84.

Presentes por videoconferência e presencialmente:

- Claudanir Reggiani – Conselheiro efetivo - Presencialmente
- Claudia Moura - – Conselheira suplente - Vídeo conferência
- Dorival Jesuíno Faustino – Conselheiro suplente - Vídeo conferência
- Julio Higashino – Conselheiro efetivo - Presencialmente
- Mariangela Lomanto – Conselheira Suplente - Presencialmente
- Mario Luiz Raia – Conselheiro efetivo - Presencialmente
- Milton Kiosuke Kamia – Conselheiro efetivo – Vídeo conferência
- Narjara Jacqueline Boldorini – Conselheira suplente – Vídeo conferência
- Tutela de Urgência – Processo: nº 1167588-69.2024.8.26.0100 - 45a Vara Cível de São Paulo/SP - fls. 209 a 211.
- Sebastião Pereira da Silva – Conselheiro efetivo – Vídeo conferência

Pauta:

1. Conhecer as atas da Diretoria nº. 2594 a 2605 e 2607;
2. Conhecer os esclarecimentos da Diretoria ref a reunião nº 28 de 26.03.2025;
3. Relatório de Investimentos de março de 2025;
4. Performance atualizada dos programas de assistência Cabesp Direta e Cabesp Família;
5. Valor Presente: Estudo comparativo Taxa Real vs. Taxa Nominal (Mercer);
6. ALM atualizada – dezembro de 2024;
7. Demonstrações Contábeis de fevereiro de 2025; (Deliberação)
8. Demonstrações Contábeis de março de 2025; (Deliberação)
9. Avaliação Atuarial 2024 - Relatório de longo prazo atualizado do Plano Cabesp Direta; (Deliberação).



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

Registra-se o início da reunião às 09 horas e 39 minutos, início da gravação contador com 00:00 min, e tempo da sala de reunião com 00:15:39 min, com a presença de todos os participantes, e concordância de todos para a gravação de imagem e voz (vídeo conferência) e voz e imagem dos presentes.

O Sr. Reggiani informa que, para secretariar esta reunião será a Conselheira Suplente Mariangela Lomanto e que a mesma na função de Secretária poderá interferir nas apresentações a fim de esclarecer alguma fala ou posicionamento em que tiver dúvida para a correta transcrição na ata.

O Conselheiro Efetivo, Sr. Claudanir Reggiani, Coordenador do colegiado, deu início aos trabalhos.

Atas de Diretoria

1. Conhecer as atas da Diretoria nº. 2594 a 2605 e 2607;

Os Membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento das atas da Diretoria Executiva de números: 2594 a 2605 e 2607.

Quanto a Ata 2598 de 06/03/2025,

A Conselheira Mariangela Lomanto, solicita informar o que ocorreu com as suspensões dos Associados: Lourival Pereira da Silva Campos e Sergis Cavascan, findo os 30 dias, se os montantes informados, decorrente da infração do art. 7º do Estatuto, foram recuperados e caso contrário, quais serão outras medidas serão implementadas.

Quanto a Ata 2599 de 07/03/2025,

A Conselheira Mariangela, registra que quando da AGE de 27.02.2025 solicitou a disponibilização do Regulamento de Assistência Odontológica no Portal, o que não ocorreu até o momento, que está registrado em cartório sob o nº. 402500, em 27/09/2013.

Os Conselheiros, solicitam também a disponibilização no Portal dos Regulamentos PAP e PAFE.



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

64 **Quanto a Ata 2600 de 17/03/2025,**
 65 Relativamente as linhas 59 e 60 da Ata 2600, foi solicitado do envio da fórmula do
 66 cálculo dos valores de contribuição média e per capita, atendida pela Mercer, conforme
 67 abaixo:
 68
 69



Apuração do Valor Presente: Taxa Real vs. Taxa Nominal

Conceito Básico:

O valor presente (VP) de uma série de pagamentos futuros pode ser calculado usando a seguinte fórmula:

$$VP = \sum \frac{C_t}{(1+r)^t}$$

onde:

- C_t é o pagamento no tempo t ,
- r é a taxa de desconto (real ou nominal),
- t é o período de tempo.

70

Relação entre Taxa Real e Taxa Nominal:

Se utilizarmos a taxa real para descontar uma série de pagamentos que não são corrigidos pela inflação, o valor presente será o mesmo que se utilizássemos a taxa nominal, desde que os pagamentos futuros sejam corrigidos pela inflação.

Exemplo Matemático:

Suponha que você tenha uma série de pagamentos de \$1.000 a serem recebidos ao final de cada um dos próximos 3 anos. Vamos considerar duas situações:

1. Usando a Taxa Real:

- Taxa real de juros: 3% (0,03)
- Pagamentos: \$1.000 em cada um dos próximos 3 anos.

O valor presente usando a taxa real é calculado da seguinte forma:

$$VP = \frac{1000}{(1+0,03)^1} + \frac{1000}{(1+0,03)^2} + \frac{1000}{(1+0,03)^3}$$

71

4 *Handwritten signature* 3 *Handwritten signature*



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

Calculando:

$$VP = \frac{1000}{1,03} + \frac{1000}{1,0609} + \frac{1000}{1,092727}$$

$$VP \approx 970,87 + 942,32 + 915,14 \approx 2828,33$$

72

2. Usando a Taxa Nominal:

- Taxa nominal de juros: 6% (0,06)
- Pagamentos corrigidos pela inflação: \$1.000 X (1 + 0,03) = \$1.030 no primeiro ano, \$1.030 X (1 + 0,03) = \$1.061 no segundo ano, e \$1.061 X (1 + 0,03) = \$1.093,83 no terceiro ano.

O valor presente usando a taxa nominal é calculado da seguinte forma:

$$VP = \frac{1030}{(1 + 0,06)^1} + \frac{1061}{(1 + 0,06)^2} + \frac{1093,83}{(1 + 0,06)^3}$$

Calculando:

$$VP = \frac{1030}{1,06} + \frac{1061}{1,1236} + \frac{1093,83}{1,191016}$$

73

$$VP \approx 971,70 + 944,66 + 917,80 \approx 2828,16$$

Conclusão:

Como demonstrado, o valor presente calculado com a taxa real e os pagamentos não corrigidos pela inflação é o mesmo que o valor presente calculado com a taxa nominal e os pagamentos corrigidos pela inflação.

74

75 **Quanto a Ata 2602 de 21/03/2025,**

76 Os Conselheiros solicitam o reenvio do quadro citado na linha 77 que consta ilegível.

77

78 A Conselheira Mariangela, informa que no quadro da linha 81, não está sinalizado que
79 deverá ser deduzido 47 milhões do plano Cabesp Família, conforme informado nas nas
80 linhas 106 a 119 da ata nº 02 do Conselho Fiscal de 28/06/2023.

81

82 **Quanto a Ata 2604 de 26/03/2025,**

83 Os Conselheiros Mario Raia e Mariangela, sinalizam que a contratação do Escritório de
84 Advocacia, para ação do Patrocinador contra a Cabesp, pelo processo 1007202-



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

85 31.2025.8.26.0100, embora cientes de que a Cabesp tem que se defender, entendem,
86 porém, que o ônus de custos de honorários e outras despesas referente a este processo,
87 não devem ser suportados pela Cabesp.

88 Essas ações por parte do Patrocinador entrarão em “looping”, impactando a Diretoria
89 como um todo e inclusive impactando toda a Cabesp com a implementação da NR. 01
90 em vigor.

91

92 Os Conselheiros Mario Raia, Claudanir Reggiani e Julio Higashino, solicitam o envio
93 do cronograma e confirmação do pagamento das referidas parcelas referente a
94 contratação do escritório Santos Bevilaqua para o processo: 1007202-
95 31.2025.8.26.0100

96

97 **Quanto a Ata 2605 de 02/04/2025,**

98 A Conselheira Mariangela, sugere que sobre a POC da Arvo, consultar outras empresas
99 para comparativos de entregas, custos etc.

100

101 A Conselheira Mariangela, solicita que informem a finalização do tema Seguro de
102 Responsabilidade Civil, após manifestação do Comitê de Ética.

103

104 O Conselheiro Julio Higashino, solicita esclarecimento se no Seguro de
105 Responsabilidade Civil, a cobertura está abrangendo a todos os Membros do Conselho
106 Fiscal; caso não esteja, recomenda que seja estendido para todos os Membros do
107 Conselho Fiscal.

108

109 **2. Conhecer os esclarecimentos da Diretoria ref a reunião nº 28 de 26.03.2025;**

110 **Respostas aos questionamentos do Conselho Fiscal relativo a Ata número 28 de**
111 **26/03/2025 do Conselho Fiscal**

112

113 **1. Ata da Diretoria nº 2590 de 06.02.2025.**

114 O Conselheiro Sr. Mario Raia solicita o porquê e os detalhes de como foi realizada a
115 integralização das debentures da Vale para o Fundo Oviedo.

116



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

Resposta da Cabesp:

Após conhecimento da existência das debêntures, a Cabesp procurou, de imediato, ter a posse das debêntures e, após todo o envio de documentação, a Cabesp seguiu o estatuto, conforme descrito no artigo de nº 25: “**Art. 25.** A CABESP aplicará seus recursos exclusivamente dentro do país e na manutenção de seus objetivos institucionais. Todos os seus depósitos em dinheiro, aplicações financeiras em títulos ou outros valores serão feitos somente no Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou nas suas empresas coligadas”, integralizando as debêntures dentro do fundo exclusivo Oviedo, dando transparência e incluindo os ativos dentro de um mesmo veículo de investimentos.

Antes da integralização no fundo Oviedo, a Cabesp buscou receber todos os pagamentos a que tinha direito dentro do prazo prescricional de três anos, que totalizaram R\$ 1.525.500,83 abaixo descritos:

POSIÇÃO DEBÊNTURES CABESP VALE - QUANTIDADE				106.892	106.892
DATA DO COMUNICADO	DATA DA LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	VR. POR DEBÊNTURE	VR. TOTAL	data do crédito	
24/03/2022	01/04/2022	2,882969514	308.166,39	28/10/24	
23/09/2022	03/10/2022	1,841096662	196.798,50	28/10/24	
24/03/2023	03/04/2023	1,640621971	175.369,36	28/10/24	
22/09/2023	03/10/2023	1,378039458	147.301,39	28/10/24	
22/03/2024	02/04/2024	1,970507591	210.631,50	28/10/24	
23/09/2024	01/10/2024	1,356553	145.004,66	28/10/24	
23/09/2021	01/10/2021	3,201633595	342.229,02	19/11/24	
		TOTAL	1.525.500,83		

Após todas as tratativas da Cabesp junto ao Santander Asset, à S3 CACEIS e ao Bradesco, com toda a documentação enviada e assinada pelo Corpo Diretor, houve a transferência para o fundo exclusivo Oviedo em 29 de janeiro de 2025, no valor de R\$ R\$ 3.678.644,89 (Cotação desta data).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

2. Ata da Diretoria nº 2593 de 14/02/2025.

O Conselheiro Sr. Mario Raia solicita o porquê e os detalhes de como foi realizada a transferência das carteiras ANS I e II para o Fundo Oviedo.

Resposta da Cabesp:

Os valores recebidos das Carteiras ANS I e II, recebidos em 17/02/2025, são referentes ao pagamento de cupons (juros semestrais) de NTN-B.

Como a transferência para o fundo exclusivo Oviedo não afeta o volume mínimo necessário para as necessidades especificadas pela Agência Reguladora, que a Cabesp mantém nas carteiras ANS I e II, foi efetuada a transferência objetivando compor a reserva para as obrigações de caixa imediata e compra de LFTs, para possível alienação para o futuro, buscando oportunidades para alongamento ou utilização no Fluxo de Caixa

3. Ata da Diretoria nº 2580 – 13.12.2024

Em face da resposta dessa Presidência relativamente ao Programa Pater, os Conselheiros sugerem uma ação de estímulo e orientação aos associados idosos a fim de que procurem atendimento médico rotineiramente, em intervalos periódicos, de forma preventiva.

Resposta da Cabesp:

CABESP já possui campanhas específicas para os diferentes públicos e doenças crônicas. Os índices de utilização do plano demonstram que a busca por atendimento médico já é uma prática do público majoritariamente idoso.

Os Conselheiros mantem a sugestão de uma ação de estímulo e orientação aos associados idosos a fim de que procurem atendimento médico rotineiramente, em intervalos periódicos, de forma preventiva.

4. Ata nº 21 de 25.09.2024 do Conselho Fiscal.

Os Conselheiros Eleitos ratificam solicitações anteriores e requerem a disponibilização da Ata nº 21 de 25.09.2024, do Conselho Fiscal, no Portal da Cabesp, mesmo que junto com a ata Notarial. Sendo o Conselho Fiscal um Órgão de Governança, a Ata confeccionada pelo Secretário deliberado na reunião, seguiu os tramites praticados em todas as reuniões anteriores.

Resposta da Cabesp:

Mantido posicionamento anterior

Os Conselheiros Eleitos ratificam solicitações anteriores e requerem a disponibilização da Ata nº 21 de 25.09.2024, do Conselho Fiscal, no Portal da Cabesp, mesmo que junto com a ata Notarial. Sendo o Conselho Fiscal um Órgão de Governança, a Ata confeccionada pelo Secretário deliberado na reunião, seguiu os tramites praticados em todas as reuniões anteriores.



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

5. Contrato de Cessão de espaço ao Banesprev

Os Conselheiros Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Raia, solicitam detalhamentos na questão do item 4.1 (Condições para Cessão do Espaço) do Contrato, apresentação de aditivo se houver ou planilhas de custo, ou seja, valores monetários da Cessão pela parte assumida.

Resposta da Cabesp:

O Banesprev assumiu integralmente a responsabilidade pelas despesas com Segurança (montante de R\$ 837 mil/ano), como forma de compartilhar os custos, formalizando por meio de contrato direto entre Banesprev e Muralha (contrato do Banesprev).

Os Conselheiros Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Raia, solicitam que no final do exercício de 2025, sejam apresentadas informações detalhadas relativo a este item de Cessão de espaço ao Banesprev x Muralha.

6. Custo do Programa Pater em 2024: R\$ 14,5 milhões

Os Conselheiros Sr. Mario Raia e Sra. Mariangela, consideram elevado o custo de R\$ 14,5 milhões para atender 189 beneficiários. Solicitam, portanto, a retificação ou ratificação do valor informado do custo somente para o Programa Pater.

Resposta da Cabesp:

O valor informado acima se refere às despesas totais de saúde destes beneficiários em 2024. Esse número é o a área médica considera para fins de avaliar a efetividade do programa, que tem caráter preventivo. O custo per capita dessa população (R\$ 6,4 mil) enquanto o custo per capita da população total do Assistência Direta (R\$ 2,2 mil), o que ratifica o entendimento de que o Programa não apresenta os resultados esperados para a população abrangida.

A Conselheira Mariangela, considera elevado o custo de R\$ 14,5 milhões para atender 189 beneficiários, solicita somente o custo específico relativo ao Plano Pater, solicita que a Diretoria Financeira apresente os números abertos.

7. Registro em ata de solicitações à Diretoria

A Conselheira Sra. Mariangela, faz as seguintes considerações:

1 – Em relação ao Mandato 2023/2026:

Informar se todas as Atas, de números 01 a 26 do Conselho Fiscal, relativas ao mandato de 2023/2026 estão assinadas;

Se sim, favor informar em qual cartório foram registradas, bem como o número e a data do registro de cada uma.

Se houver, informar quais estão pendentes de registro, os motivos e a previsão de regularização.

2) A partir da ata nº 27, tão logo sejam registradas, informar ao Conselho Fiscal em qual cartório foram registradas, o número e a data do registro das mesmas.

[Handwritten signatures and initials]



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

3) O Conselheiro Sr. Mario Raia, faz as mesmas considerações do item 1 em relação ao Mandato 2020/2023.

Resposta da Cabesp:

As atas (físicas) relativas ao mandato 2023/2026 estão parcialmente assinadas, uma vez que as reuniões foram virtuais ou híbridas. As atas digitais (circuladas por e-mail) estão validadas por todos os conselheiros. Ao final do mandato dos Conselheiros, as atas (documentos físicos) serão levadas ao Cartório para registro.

As atas que se referem ao mandato anterior encontram-se registradas no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica.

A Conselheira Mariangela, informa que não foi atendida a solicitação e a refaz a solicitação dos 1) e 2) na íntegra; e a justificativa para registro no final do mandato, não se aplica uma vez que se mudou a numeração em bloco para individual por ata.

O Conselheiro Mario, entende que as atas de uma Associação devem ser registradas regularmente, e não só no final do mandato.

O registro é importante para garantir a validação das decisões tomadas e para dar publicidade aos Atos da Cabesp, uma vez que o Conselho Fiscal é parte da Governança da Cabesp conforme Estatuto em seu artigo 26.

3. Relatório de Investimentos de março de 2025

A Conselheira Mariangela, solicita detalhamento pela Diretoria Financeira sobre o déficit de 53,4 milhões no item 1 do Fluxo de Caixa Financeiro, pag. 05.

A Conselheira Mariangela, solicita que seja informado o valor do patrimônio investido pela curva com data base 30/04/2025.

4. Performance atualizada dos programas de assistência Cabesp Direta e Cabesp Família

Os Membros do Conselho tomaram conhecimento.

5. Valor Presente: Estudo comparativo Taxa Real vs. Taxa Nominal (Mercer)

Os Membros do Conselho tomaram conhecimento.

6. ALM atualizada – dezembro de 2024; e,

9. Avaliação Atuarial 2024 - Relatório de longo prazo atualizado do Plano Cabesp Direta - (Deliberação).

O Conselheiro Fiscal, Júlio Higashino, requer registrar as seguintes considerações sobre os Estudos Atuariais, elaborados pela Mercer e Estudos da ALM- Asset & Liability Management, elaborados pela I9 Advisory:



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

“Constam da Avaliação Atuarial, na página 9, elaborada pela Mercer que, ao final do Plano Cabesp-Assistência Direta, atendido o último beneficiário, **Sobras Patrimoniais de R\$ 643,9 milhões**. Por sua vez, os estudos da ALM-Asset & Liability Management, elaborados pela I9 Advisory Consultoria Financeira, projetam, ao final do Plano Cabesp-Assistência Direta, **em 2070 Patrimônio de cerca de R\$ 12,0 bilhões**. Diante desses valores, astronomicamente, divergentes, levam-nos concluir que os estudos atuariais da Mercer projetam seus passivos superavaliados ou as taxas de retorno de seus ativos subavaliadas ou ambas as situações. Os estudos da ALM, da I9Advisory, provavelmente, estão mais próximos da realidade, visto que, apesar de se basear nos passivos da Mercer, as análises efetuadas nas características de seus títulos, seus vencimentos e taxas de juros contratadas na aquisição, haja vista a desnecessidade de a CABESP resgatá-los antes de seus vencimentos, possam proporcionar taxas de retorno de seus ativos mais condizentes com os resultados”

Os Conselheiros Claudanir Reggiani e Mario Raia, acompanham o registro do Sr. Julio Higashino.

A Conselheira Narjara Boldorini, registra que houve oportunidade de os Conselheiros realizarem os questionamentos na época das reuniões de apresentações de ALM e Estudos Atuariais, e que portanto, é inadequado e temerário afirmar que os trabalhos técnicos estão equivocados, até porque o Estudo de ALM como o próprio nome diz refere-se ao casamento de ativos e passivo, e que foi esclarecido com I9 na reunião para apresentação a este Conselho demonstrando que foram utilizados os fluxos atuariais para realização de tal estudo.

Os Conselheiros Sebastião Pereira e Milton Kamia, acompanham o registro da Conselheira Narjara Boldorini.

7. Demonstrações Contábeis de fevereiro de 2025 - (Deliberação)

Os Conselheiros Fiscais Claudanir Reggiani, Julio Higashino e Mario Raia desaprovam as Demonstrações Contábeis de fevereiro de 2025, porquanto neste mês houve pagamento de outra parcela despesas judiciais e honorários advocatícios da mesma natureza daquelas pagas em dezembro de 2024 e que motivou a desaprovação dos Demonstrativos de 2024, e entendem que estes custos não devem ser suportados pela Cabesp.

Os Conselheiros Fiscais Sebastião Pereira e Milton Kamia, aprovam integralmente o demonstrativo contábil de fevereiro/2025. Aprovam sem qualquer ressalva, por não ter qualquer irregularidade ou mesmo inconformidade nos registros contábeis do referido demonstrativo.



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

Acrescentam a comprovada situação de conflito de interesses por integrante do Conselho Fiscal, em específico o Sr. Mário Raia, diretamente envolvido, juntamente com o Sr. Wagner Cabanal, em ação judicial que, por conseguinte, demandou a adoção de procedimentos de defesa por parte da Cabesp, com a consequente necessidade de desembolsos financeiros.

O Conselheiro Mario Raia, ratifica que não há conflito de interesses.

A Cabesp se defende de 2 ações por conta da indicação de não pessoa não associada para suplência do Conselho Fiscal. A primeira já relatada pelo Conselheiro Sebastião Pereira e a segunda movida pela Abesprev.

8. Demonstrações Financeiras de março de 2025 - (Deliberação)

Os Conselheiros Fiscais Claudanir Reggiani, Mario Raia aprovam as Demonstrações Contábeis de março de 2025 com ressalva, considerando-se que não foi informado, pela Diretoria, quanto a eventual pagamento de mesma natureza, no período em que questão.

O Conselheiro Julio Higashino, desaprova o Demonstrativo Contábil de março de 2025, por conter irregularidade ocorrido desde dezembro de 2024, janeiro e fevereiro de 2025, despesas e honorários advocatícios que não seriam pertinentes a Cabesp assumir.

Os Conselheiros Fiscais Sebastião Pereira e Milton Kamia, aprovam integralmente o demonstrativo contábil de março/2025. Aprovam sem qualquer ressalva, por não ter qualquer irregularidade ou mesmo inconformidade nos registros contábeis do referido demonstrativo.

Solicitações para Diretoria

A Conselheira Mariangela, visando mitigar possíveis riscos no cronograma e na implantação do Software da Empresa Trix, relata que chegou ao seu conhecimento os seguintes casos:

- Problemas de Autorização no PS do Hospital Ipiranga – Mogi das Cruzes, tendo que ter intervenção telefônica para autorização do Associado;

- Em Consulta Médica, agendou consulta e no dia da Consulta o sistema não autorizava, pois este apresentava consulta como retorno, neste caso específico a secretária não tinha fone de suporte para tirar dúvidas, sendo necessário também o Associado contatar a Cabesp, para orientações.

Como em reunião e posicionamento ao Conselho, foi posicionado risco baixo, entendendo que toda a implantação possa haver descasamento de informações, sugere que seja enfatizado/aprimorado os treinamentos/suporte aos usuários da ponta, para ser



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

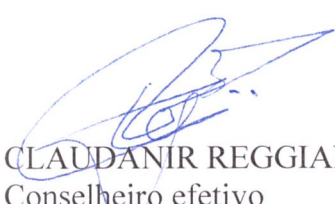
transparente para o beneficiário. Em tempo, orientado aos Associados a formalizar via Fale Conosco.

Ausências Justificadas

A Sr. Djalma Emidio Botelho – Conselheiro suplente, justificou a impossibilidade de participar desta reunião, por motivo de saúde.

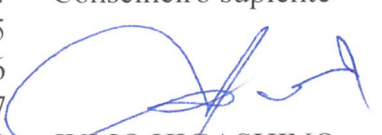
Nada mais havendo a tratar sobre a pauta da reunião, o Sr. Claudanir Reggiani, coordenador do Conselho Fiscal, pediu que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos aprovada na videoconferência e presencialmente, cujas assinaturas serão futuramente colhidas pelos participantes por videoconferência, e os presentes assinam na sequência do término da reunião.

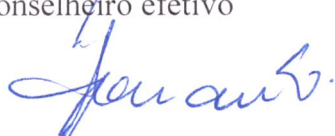
Registra-se o término da reunião às 13h25 e com 04:00:00 de duração da sala virtual, e da gravação descontar 00:15:39 (tempo este que a infraestrutura foi disponibilizada)


CLAUDANIR REGGIANI
Conselheiro efetivo

CLAUDIA DE MOURA
Conselheiro efetivo

DORIVAL JESUÍNO FAUSTINO
Conselheiro suplente


JULIO HIGASHINO
Conselheiro efetivo


MARIANGELA LOMANTO
Conselheira suplente







ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL Nº 29- 30/04/2025

395

396

397

398 MARIO LUIZ RAIA

399 Conselheiro efetivo

400

401

402

403 MILTON KIOSUKE KAMIA

404 Conselheiro efetivo

405

406 *Narjara Jacqueline Boldorini*

407

408 NARJARA JACQUELINE BOLDORINI

409 Conselheira suplente

410

411

412

413 SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA

414 Conselheiro efetivo

415

416

417

418

419

420

421

DOC. 8

ESTATUTO CABESP

CABESP – CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FORO E DURAÇÃO.

Art. 1. A CABESP – Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo é uma Associação, constituída na forma da legislação em vigor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por sede e foro Rua Boa Vista, 293, Centro, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, instituída pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., empresa incorporada pelo Banco Santander (Brasil) S.A, patrocinador principal. O prazo de duração da CABESP é indeterminado.

Parágrafo único - A CABESP deverá estender a sua atuação em todo território nacional, podendo celebrar contrato, convênios de reciprocidade com empresas de assistência a saúde conforme regulamento próprio.

Art. 2. A CABESP tem por objetivo assegurar a seus beneficiários assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e paramédica.

Parágrafo 1º A assistência médica e hospitalar será prestada por sistema de livre escolha e por meio de atendimento direto ou cobertura de despesas com consultas, exames subsidiários, tratamentos, internações clínicas e cirúrgicas e profilaxia em geral, na forma do presente Estatuto, e com a exclusão de tratamento ou cirurgia plástica estética e procedimentos não consagrados pelos órgãos oficiais dos profissionais de saúde.

Parágrafo 2º Tratamento psicoterápico, fonoaudiológico, ortóptico, odontológico, fisioterápico e terapia ocupacional ficarão subordinados à regulamentação própria.

Parágrafo 3º Para a consecução de seus objetivos, a CABESP manterá sempre que possível e onde necessário:

I - convênios ou credenciamento de profissionais de clínica geral, cirurgiões e especialistas para atendimento em consultórios próprios;

II - convênios com hospitais e estabelecimentos congêneres para uso de suas acomodações na forma convencionada entre as partes, observando-se:

a) internação, nos casos de cirurgia ou parto, em quarto privativo, semi-privativo ou coletivo, com direito a acompanhante, excluídas as refeições deste;

b) internação, na fase aguda das afecções clínicas graves em acomodação designada em convênio.

III - Ambulatórios próprios para consultas, tratamentos, pequenas cirurgias, perturbações da saúde, enfermagem rápida e tratamento odontológico;

IV - Hospitais, Clínicas e Serviços Especializados.

Parágrafo 4º Mediante convênio remunerado com o Banco Santander (Brasil) S.A e demais empresas do Conglomerado Santander, a CABESP poderá incumbir-se da manutenção do serviço médico de Empresa e Medicina Preventiva para os funcionários das respectivas empresas.

Parágrafo 5º Desde que as participações, atos e atividades ocorram no Brasil e se destinem à captação de recursos necessários à consecução de seus objetivos institucionais referidos neste artigo, a CABESP poderá:

I - participar do capital de forma majoritária ou não, ou ainda estabelecer convênios ou qualquer tipo de associação com outras pessoas jurídicas que se dediquem às mesmas atividades de seu objeto social;

II - participar no capital de outras pessoas jurídicas com objetivos diversos que possuam ações negociadas em Bolsas de Valores;

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 3. São beneficiários da CABESP os associados e seus dependentes, como definidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º O associado demitido sem justa causa poderá continuar como beneficiário da CABESP, incluindo todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do contrato de trabalho, pelo período de 1/3 do tempo de contribuição para os planos de assistência da CABESP, com o mínimo de 6 meses e máximo de 24 meses, desde que assuma o pagamento de sua contribuição mensal e a do empregador.

Parágrafo 2º Poderão também ser beneficiários os ex-associados e seus parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau, bem como parentes de associados até o 3º grau consanguíneos ou afins, na forma prevista na Lei 9656/98 e suas modificações posteriores, mediante a adesão a planos destinados a essa finalidade:

I - Esses planos terão custeio e contabilidade próprios, não podendo jurídica ou financeiramente impactar o outro ou o plano destinado aos associados;

II - Os participantes desses planos não terão a condição de associados da CABESP;

III - Os planos de saúde a que se refere o caput serão regidos por disposições próprias;

III. 1 - Cada plano será custeado integralmente pelos participantes, com pagamento per capita, considerando as faixas etárias;

III. 2 - Os valores iniciais de cada plano e os seus reajustes serão fixados a partir de cálculos atuariais, que serão anuais para fins dos reajustes, sendo certo que os valores iniciais e os aumentos observarão as faixas etárias dos participantes;

III. 3 - Os valores das contribuições de cada plano contemplarão taxa de administração a favor da CABESP para cobertura de despesas administrativas e formação de reserva de contingência.

CAPÍTULO III

Dos Associados

Art. 4. O quadro social da CABESP é composto por:

- I. Funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas empresas do Conglomerado, originários do Banco do Estado de São Paulo, S.A. e demais empresas do conglomerado Banespa, admitidos até 20/11/2000;
- II. Funcionários da CABESP admitidos até 15/09/2017.

Parágrafo 1º Os beneficiários da assistência prestada pela CABESP terão seus direitos assegurados a partir da data do pagamento da primeira contribuição.

Parágrafo 2º É facultado ao funcionário do Banco Santander (Brasil) S.A. e demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, na ativa, que não exercer o direito previsto no "caput" deste artigo, inscrever-se a qualquer tempo, sujeitando-se ao período de carência de 1 (hum) ano, a contar da data de pagamento da primeira contribuição.

Parágrafo 3º O funcionário associado que se desligar do Banco Santander (Brasil) S.A., do Conglomerado Santander ou da CABESP por motivo de aposentadoria, não perde a sua condição de associado, mantidas, porém, suas obrigações, inclusive quanto ao pagamento das contribuições devidas à CABESP.

Parágrafo 4º Poderão, também, associar-se os funcionários da ativa advindos de empresas incorporadas ou integradas ao Conglomerado Santander, desde que, igualmente, requeiram sua inscrição no quadro social da CABESP, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva absorção das empresas.

Parágrafo 5º Temporariamente, a CABESP estenderá seus benefícios ao Presidente, demais diretores e membros integrantes do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., e dirigentes das demais empresas do Conglomerado Santander, mediante contribuição mensal e enquanto estiverem no exercício de suas funções.

Parágrafo 6º Os beneficiários alinhados no parágrafo anterior não terão participação nos órgãos previstos no Capítulo VIII deste Estatuto.

Art. 5. Os associados não respondem, em nenhuma hipótese, pelas obrigações assumidas pela CABESP.

Art. 6. São direitos dos sócios:

- I - requisitar, para si ou para seus dependentes, quaisquer das modalidades de assistência oferecida pela CABESP;
- II - participar de Assembleia Geral, debatendo a ordem do dia e podendo votar e ser votado, tudo na forma prevista neste Estatuto;
- III - convocar a Assembleia Geral, nas condições do artigo 34, inciso III, deste Estatuto;
- IV - representar à Diretoria para formular reclamação de qualquer natureza ou para tratar de assunto de interesse da CABESP;
- V - interpor recurso para apreciação na primeira Assembleia Geral ordinária ou extraordinária, contra decisão de Diretoria que o haja excluído do quadro social. Referido recurso deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência dessa decisão.

Parágrafo único - Aos beneficiários alinhados no § 5º do artigo 4º são assegurados os direitos previstos nos itens I e IV.

Art. 7. São deveres dos associados:

- I - acatar, fielmente, e do mesmo modo fazer acatar por seus dependentes, todas as disposições do presente Estatuto e resoluções da própria CABESP;
- II - manter rigorosamente em dia o pagamento de suas contribuições mensais junto à CABESP;
- III - exibir, sempre que solicitadas, a carteira de identidade social e a prova de estar quite com o pagamento de suas contribuições mensais;
- IV - tratar com urbanidade os diretores, os membros do Conselho Fiscal e quaisquer prepostos ou empregados da CABESP, bem como os conveniados;
- V - obedecer rigorosamente às prescrições médicas, abstendo-se de quaisquer práticas que possam prejudicar lhes o tratamento;
- VI - permitir o ingresso em sua residência, ou no local onde se encontrar, sempre que estiver recebendo assistência da CABESP, dos visitantes por ela designados;
- VII - concorrer para o prestígio e engrandecimento do nome da CABESP, mantendo irrepreensível conduta moral em todas as suas dependências ou quaisquer outros locais de prestação de assistência;
- VIII - comunicar à Diretoria da CABESP quaisquer ocorrências contrárias às determinações deste Estatuto e das resoluções da CABESP;
- IX - devolver a Carteira de Identificação do dependente excluído, sob pena de arcar com os ônus decorrentes da sua utilização indevida, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Estatuto;
- X - comunicar a CABESP qualquer alteração de seu estado civil e de seus dependentes, fornecendo cópia da decisão judicial, quando for o caso, ou certidão de sua averbação no registro civil.

Art. 8. São casos de perda temporária do direito à assistência propiciada pela CABESP:

I - a falta de liquidação, por parte do associado, no prazo que lhe for concedido, de qualquer débito por gastos efetuados pela CABESP, que excederem ou não se enquadrarem nas limitações previamente fixadas;

II - o atraso no pagamento de qualquer das contribuições mensais devidas;

III - o afastamento do associado dos serviços do Banco, de quaisquer empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP, exceto por licença saúde, com prejuízo de sua remuneração, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 21 e 22 deste Estatuto;

IV - a instauração de inquérito judicial, por parte do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP, para demissão de funcionário associado;

V - a inobservância de quaisquer dos deveres contidos no Art. 7º incisos IV a X, deste Estatuto, cabendo à Diretoria da CABESP graduar, até o máximo de 30 (trinta) dias, o prazo de duração de penalidade.

Parágrafo único - Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o direito à percepção da assistência será restabelecido no dia seguinte aquele em que o associado liquidar seu débito ressalvada a hipótese do artigo 9º, inciso II deste Estatuto.

Art. 9. São casos de exclusão do associado do Quadro Social da CABESP, sem direito à devolução das contribuições pagas, compensação ou indenização de qualquer natureza:

I - a demissão do emprego do Banco Santander (Brasil) S.A., de quaisquer empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, ainda que a pedido do próprio funcionário;

II - o atraso superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de suas contribuições ou qualquer outra contraprestação financeira, contado a partir da data do vencimento em aberto;

III - a omissão ou prestação de informações inexatas por qualquer meio, para inscrição de dependentes ou obtenção de assistência;

IV - a reincidência do associado na prática de quaisquer dos atos passíveis de penalidade, previstos no artigo 8º, inciso V, deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

Dos Dependentes

Art. 10. Consideram-se dependentes dos associados, para os efeitos deste Estatuto:

I - Cônjuge ou companheiro (a), como definido na forma da lei e os filhos de ambos os sexos, solteiros (naturais ou adotivos), menores de 24 anos e que não coabitem maritalmente, ou quando total e permanentemente inválidos ou ainda quando excepcionais:

a) O (a) companheiro (a) somente poderá ser inscrito quando o associado for solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado, obedecidas as condições do artigo 11.

II - Irmão (a), de qualquer idade inválido (a) ou excepcional, do associado;

III - Pai ou mãe, desde que o associado (a) não possua dependentes preferenciais enumerados nos incisos I e II, não podendo haver mais de um dependente desta classe:

a) o dependente inscrito com base no inciso III deste artigo somente poderá ser substituído quando da ocorrência de óbito;

b) haverá exclusão do beneficiário inscrito com base no inciso III deste artigo, quando houver superveniência de qualquer dependente preferencial mencionado nos incisos I e II;

c) os dependentes previstos nos incisos II e III, em caso de falecimento do associado poderão continuar a usufruir da assistência da CABESP nas condições do artigo 12.

Parágrafo 1º Nos casos em que ambos os cônjuges estiverem inscritos como associados, e desejando qualquer deles tornar-se dependente do outro, deverá permanecer inscrito como associado, aquele cuja contribuição mensal de custeio seja de maior valor.

Parágrafo 2º A inclusão de companheiro (a) dar-se-á na forma de regulamento próprio.

Parágrafo 3º O associado separado judicialmente e que, por força de acordo ou decisão judicial, pague alimentos ao (a) ex-cônjuge não poderá inscrever companheiro (a) antes de decorridos 01 (um) ano da efetiva homologação da separação judicial.

Parágrafo 4º A CABESP dará cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do dependente de associado, durante os primeiros trinta dias após o parto.

Art. 11. Serão excluídos do quadro de dependentes, perdendo direito à assistência:

a) o (a) ex-cônjuge, divorciado do associado (a), independentemente de perceber ou não alimentos, a partir da data em que a sentença transitar em julgado;

b) o (a) cônjuge separado (a) judicialmente e que não perceba alimentos, a partir da data em que a sentença transitar em julgado;

c) o (a) cônjuge separado (a) judicialmente e que perceba alimentos, após 01 (um) ano da data em que a sentença transitar em julgado;

d) companheiro (a) mediante expressa solicitação do associado (a).

Art. 12. Aos dependentes do associado falecido será assegurado o direito de continuar usufruindo da assistência propiciada pela CABESP, desde que, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao de sua ciência da carta convite que esta lhes expedir, formalizem junto à mesma, competente declaração, observando-se quanto às suas contribuições, o disposto no artigo 18 deste Estatuto.

Parágrafo 1º É vedado à pensionista contribuinte inscrever-se como dependente de qualquer associado.

Parágrafo 2º Os dependentes que exercerem o direito previsto no caput deste artigo, não assumem a qualidade de associado, não podendo, por conseguinte, alterar a designação dos dependentes do associado falecido.

Art. 13. Sem prejuízo do disposto no artigo 10 deste estatuto, o associado poderá requisitar a assistência médica da CABESP aos beneficiários abaixo descritos, mediante regulamento próprio e pagamento de taxa de custeio a ser fixada anualmente em estudo atuarial e carência de 12 (doze) meses a contar da inscrição do beneficiário, observando-se o parentesco e dependência abaixo:

I - pai e mãe, e na falta destes, padrasto e madrastra;

II - filho (a) solteiro (a), maior de 24 anos;

III - equiparados:

a) enteado, quando o pai ou a mãe do menor, advindo do primeiro casamento for falecido;

b) o menor, que por determinação judicial, se ache sob sua guarda;

c) o menor que se ache sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo único - Os dependentes previstos no inciso III serão inscritos nas mesmas condições do inciso II, respeitando-se as exigências para a sua inclusão e somente até a maioridade legal.

CAPÍTULO V

Dos Benefícios e Serviços

Art. 14. A assistência à saúde prestada pela CABESP consistirá em:

I - consultas com médicos e entidades conveniadas com a CABESP;

II - reembolso até o valor da taxa fixa de consulta estabelecida pela CABESP, do despendido em consulta com médico não conveniado, desde que a sua especialidade esteja entre aquelas qualificadas junto à CABESP;

III - exames ou tratamentos especializados requeridos prescritos pelo médico-atendente, quando se tratar de laboratório, estabelecimento ou médico nas condições do convênio mantido;

IV - reembolso, até o valor das taxas fixas estabelecidas pela CABESP, quando, na hipótese do inciso anterior, se tratar de laboratórios, estabelecimentos ou médicos não conveniados com a CABESP;

V - honorários relativos às intervenções cirúrgicas realizadas por médico e anestesista com quem for mantido convênio ou credenciamento;

VI - reembolso, até o valor da taxa fixa, estabelecida pela CABESP por tipo de intervenção cirúrgica, do despendido com a realizada por qualquer outro médico;

VII - internação, nos casos de cirurgia ou parto, nas condições do convênio mantido com o hospital ou estabelecimento congênere;

VIII - reembolso, até o valor da taxa estabelecida pela CABESP, das despesas de internação, para o mesmo fim, previsto no inciso anterior, em qualquer outro hospital ou estabelecimento congênere;

IX - internação para fins de tratamento clínico, nas condições do convênio mantido com o hospital ou estabelecimento congênere, observando-se, nos casos de doença crônica, o que a respeito dispuser o regulamento interno;

X - reembolso, até o valor da taxa fixa estabelecida pela CABESP, das despesas de internação, para fim previsto no inciso anterior, em qualquer outro hospital ou estabelecimento congênere;

XI - ambulatórios próprios para prestação dos serviços previstos no artigo 2º, § 3º, inciso III, ressalvado o disposto no § 1º do artigo citado;

XII - outras prestações julgadas oportunas pela Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º A Diretoria poderá, mediante regulamento próprio e sempre que as condições da CABESP permitirem, estender sua assistência ao fornecimento de quaisquer medicamentos, aparelhos e materiais.

Parágrafo 2º Os reembolsos previstos neste artigo ficarão condicionados à aprovação, pela CABESP, das contas apresentadas pelo associado até 30 (trinta) dias decorridos da data da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo pelos serviços prestados.

Parágrafo 3º O associado ou dependente que se utilizar dos serviços de assistência à saúde da CABESP de maneira imoderada, supérflua e/ou indevida, terá seu caso examinado pela Diretoria que poderá cobrar os gastos considerados excessivos ou irregulares.

Art. 15. A assistência odontológica prestada pela CABESP a seus associados e dependentes consistirá de:

I - atendimento em consultórios odontológicos próprios;

II - atendimento através da rede de convênios firmados com profissionais especializados;

III - reembolso de despesas até o valor da taxa fixa estabelecida pela CABESP, com tratamento realizado por profissionais não conveniados.

Parágrafo único - A prestação da assistência prevista neste artigo se subordinará ao que for estabelecido no regulamento específico a ser baixado pela Diretoria.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio e das Contribuições

Art. 16. Constituição patrimônio da CABESP:

I - contribuições de custeio, a cargo:

- a) dos associados ou dependentes contribuintes, quando for o caso;
- b) do Banco Santander (Brasil) S.A.;
- c) das empresas do Conglomerado Santander.

II - coparticipação nos custos dos atendimentos previstos no artigo 14, Inciso I ao IV. (consultas e exames);

III - bens ou valores havidos a qualquer título e suas eventuais rendas;

IV - receitas originárias das participações previstas no artigo 2º, § 5º.

Art. 17. Da contribuição de custeio devida pelos associados:

I - Fica estabelecida contribuição mínima de 2,5% (dois e meio por cento) e o máximo de 6% (seis por cento), sobre o total da remuneração mensal do associado.

II - Alterações dentro desse intervalo ocorrerão da seguinte forma:

- a) Reajuste de 2,5% (dois e meio por cento) para 4% (quatro por cento), após a aprovação deste Estatuto, a partir do mês de setembro de 2018;
- b) Reajuste de 4% (quatro por cento) para 5% (cinco por cento), imediatamente após completados 12 (doze) meses subsequentes do primeiro reajuste;
- c) Reajuste de 5% (cinco por cento) para 6% (seis por cento), imediatamente após completados 24 (vinte e quatro) meses subsequentes do primeiro reajuste.

III - Após os períodos estabelecidos no inciso II, poderão ocorrer variações dentro do intervalo definido no inciso I, mediante deliberação da Diretoria Executiva da CABESP, baseada em estudos técnicos, atuariais, financeiros, desde que em período mínimo de 12 (doze) meses após o último reajuste aplicado.

IV - A remuneração mensal do associado compreende os seguintes proventos:

- a) no caso de associado não aposentado, o ordenado de seu cargo efetivo, mais anuênios ou quinquênios, repouso semanal remunerado, 13º salário, gratificações e adicionais ou pró-labores percebidos a qualquer título, na forma do Regulamento do Pessoal do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP;
- b) no caso de associado aposentado os proventos recebidos diretamente da Previdência Social, acrescidos dos abonos concedidos pelo Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, a qualquer título, na forma do item anterior ou complementação de aposentadoria paga pelo BANESPREV;
- c) no caso de associado aposentado ou dos dependentes do associado falecido, sem que percebam abono do Banco, das demais empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP ou complementação de aposentadoria do BANESPREV, a quantia recebida diretamente da Previdência Social.

Art. 18. As contribuições dos dependentes do associado (a) falecido (a), que optarem pelo direito assegurado no artigo 12 deste Estatuto, serão calculadas conforme percentuais definidos no Art. 17, sobre a soma das parcelas representativas da pensão percebida da Previdência Social e do abono mensal concedido pelo Banco Santander (Brasil) S.A., na forma de seu Regulamento de Pessoal ou complementação paga pelo BANESPREV.

Parágrafo 1º No caso de falecimento de associada, o cônjuge sobrevivente ou companheiro que não tiver sido excluído do quadro de dependentes nas hipóteses mencionadas no artigo 11 e que optar pelo direito assegurado no artigo 12 deste Estatuto, terá sua contribuição calculada com base na remuneração total percebida pela associada na data do óbito, observados os reajustes e correções salariais posteriores, concedidos aos funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, ao longo do tempo.

Parágrafo 2º O dependente que deixar de perceber a pensão previdenciária por ter atingido o limite de idade e que desejar usufruir da assistência da CABESP, observados os limites do artigo 10, inciso I, terá sua contribuição mensal calculada com base no último valor total da pensão percebida da Previdência Social, mais a complementação paga pelo Banco Santander (Brasil) S.A., Conglomerado Santander, CABESP ou BANESPREV, reajustadas conforme o parágrafo anterior.

Art. 19. A contribuição de custeio a cargo do Banco Santander (Brasil) S.A. e das demais empresas do Conglomerado Santander e CABESP consistirá em importância mensal equivalente à soma das contribuições arrecadadas dos associados, acrescida da remuneração por ele auferida em razão de convênios que firmar com a Previdência Social.

Parágrafo 1º A contribuição devida pelas patrocinadoras deverá sofrer os mesmos reajustes aplicados aos associados, conforme mencionado no Art. 17, ou seja, a responsabilidade pelo custeio do plano é compartilhada igualmente pelas partes (associados e empresas patrocinadoras do plano), arcando cada qual com 50% (cinquenta por cento) dos valores referentes à contribuição.

Parágrafo 2º A contribuição por parte das empresas patrocinadoras está limitada somente aos associados, sendo entendidos como os funcionários ativos nas condições previstas no Art. 4º deste Estatuto, ou associado que se desligar do Banco Santander (Brasil) S.A., do Conglomerado Santander ou da CABESP, por motivo de aposentadoria, que optaram pela manutenção do plano de saúde da CABESP.



Parágrafo 3º Os beneficiários que contribuem integralmente com o custeio do seu plano terão contribuição mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 12% (doze por cento), ou seja, manterão contribuição integral do custeio.

Parágrafo 4º Se, por qualquer motivo, não se efetivar o convênio aludido no caput deste artigo, a contribuição de custeio referente à remuneração deixada de auferir do INSS, sem qualquer redução, será de exclusiva responsabilidade do Banco Santander (Brasil) S.A. e demais empresas do Conglomerado Santander.

Art. 20. As contribuições de associados e quaisquer outras quantias por eles devidas à CABESP serão arrecadadas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP:

I - mediante desconto em folha de pagamento a crédito da CABESP, juntamente com sua própria contribuição;

II - mediante débito em conta corrente do associado ou na de seus dependentes contribuintes, a crédito da CABESP.

Parágrafo único - O ingresso no quadro social da CABESP implica em autorização irrevogável para os descontos em folha ou débitos na conta corrente prevista neste artigo.

Art. 21. O associado afastado dos serviços do Banco, das demais empresas do Conglomerado e da própria CABESP para tratamento de saúde por mais de 15 (quinze) dias, poderá usufruir da assistência da CABESP, desde que passe a pagar, sem solução de continuidade, as contribuições mensais devidas.

Parágrafo único - Será considerado como base de cálculo da contribuição devida pelo associado, o montante do auxílio doença recebido do INSS acrescido de qualquer complementação pecuniária paga pelo Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Art. 22. É facultado ao associado suspenso temporariamente da CABESP, nas hipóteses previstas no artigo 8º - incisos III e IV, continuar usufruindo da assistência da CABESP, desde que pague em dobro, sem solução de continuidade, as contribuições mensais calculadas sobre o valor da remuneração da última função ou cargo ocupado, observados os reajustes e correções salariais posteriores, concedidos aos funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP, ao longo do tempo.

Art. 23. A coparticipação prevista no artigo 16, Inciso II, será de 25% (vinte e cinco por cento) e limitada a 500 (quinhentos) CH's ou valor equivalente.

Art. 24. Os atendimentos previstos nos incisos V, VII e IX do artigo 14 (honorários médicos e internações) serão pagos integralmente pela CABESP.

Art. 25. A CABESP aplicará seus recursos exclusivamente dentro do país e na manutenção de seus objetivos institucionais. Todos os seus depósitos em dinheiro, aplicações financeiras em títulos ou outros valores serão feitos somente no Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou nas suas empresas coligadas.

Parágrafo único - A aplicação de recursos far-se-á sem prejuízo da disponibilidade suficiente à prestação da assistência e de forma a assegurar rentabilidade efetiva e facilmente realizável em caso de necessidade.

CAPÍTULO VII

Dos Órgãos Sociais

Seção I

Disposição Preliminar

Art. 26. São órgãos de funcionamento da CABESP:

I - a Assembléia Geral;

II - a Diretoria;

III - o Conselho Fiscal;

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 27. A Assembleia Geral, órgão supremo da CABESP, é a reunião dos associados convocada e instalada na forma deste Estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse social.

Parágrafo único - A Assembleia Geral é ordinária ou extraordinária.

Art. 28. Compete, privativamente, à Assembléia Geral:

I - eleger e destituir os membros da Diretoria e do conselho fiscal cuja nomeação não for da livre escolha do Banco Santander (Brasil) S.A., ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 65;

II - tomar anualmente, as contas da Diretoria e deliberar sobre o balanço e a conta de resultados por ela apresentados;

III - alterar o Estatuto e decidir sobre os casos nele omissos, observando o disposto no artigo 37 e respectivos parágrafos;

IV - deliberar sobre a dissolução da CABESP;

V - referendar resoluções da Diretoria da CABESP, atinentes aos regulamentos previstos neste Estatuto.

Art. 29. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente, entre os meses de janeiro e abril, para exame e deliberação sobre o relatório anual, dotação orçamentária, prestação de contas da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, inclusive sobre qualquer estudo atuarial.

Parágrafo único - A aprovação, sem ressalva, do balanço e das contas exonera de responsabilidade os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, salvo erro, dolo, fraude ou simulação.

Art. 30. A convocação da Assembleia Geral ordinária será feita pelo Presidente da CABESP, com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante carta circular expedida aos associados, na qual se mencionarão, ainda que sumariamente, a ordem do dia, local, dia e hora da reunião.

Art. 31. A Assembleia Geral Extraordinária será convocada:

I - pelo Presidente:

- a) no mês de novembro dos anos ímpares, para as eleições;
- b) por iniciativa própria.

II - a requerimento do conjunto dos demais diretores ou do Conselho Fiscal;

III - a requerimento de 2% (dois por cento) dos associados quites.

Parágrafo único - A Assembleia deverá ser realizada no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data do protocolo dos requerimentos citados nos incisos II e III supra.

Art. 32. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente da CABESP, que convidará um ou mais associados para secretariá-la.

Parágrafo único - A Assembleia Geral elegerá um dos associados entre os presentes para compor a mesa.

Art. 33. As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar sua qualidade de associado.

Parágrafo 1º Excetuados os casos de eleição de membros da Diretoria, para o qual o voto será direto e secreto, é admitida, nas assembleias, representação por procurador especial que prove, também, a qualidade de associado.

Parágrafo 2º Cada mandatário não poderá representar mais que 10 (dez) associados, não se admitindo substabelecimento.

Parágrafo 3º As assinaturas dos associados nas procurações deverão ser abonadas por 02 (dois) administradores do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander ou da própria CABESP, e entregues à sede da CABESP com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização de Assembleia.

Parágrafo 4º O controle de recebimento, bem como o cadastramento das procurações serão realizados por uma Comissão de assessoramento composta por representantes dos seguintes órgãos: CABESP, AFABESP, AFUBESP e ABESPREV.

Parágrafo 5º Cada procuração será válida para uma única assembleia.

Art. 34. As deliberações da Assembleia Geral ordinária serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo único - A Assembleia Geral reunir-se-á e deliberará em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços de associados quites, ou em segunda convocação, decorridos 30 minutos da primeira, com qualquer número de associados, não se computando, igualmente, os votos em branco.

Art. 35. Quando a Assembleia tiver por objeto a eleição de diretores, os trabalhos serão realizados por Comissão Eleitoral, convocada, pelo Diretor Presidente, 90 (noventa) dias antes do término do mandato da Diretoria em exercício.

Parágrafo 1º A Comissão Eleitoral será composta por representantes dos seguintes órgãos: CABESP, AFABESP, AFUBESP e ABESPREV.

Parágrafo 2º A Comissão terá 10 (dez) dias úteis para abrir o prazo de inscrição aos candidatos.

Parágrafo 3º O processo eleitoral estará sujeito a regulamento próprio a ser elaborado pela Comissão prevista no parágrafo 1º.

Parágrafo 4º As eleições terão início às 9 (nove) horas do dia designado e serão realizadas em todas as dependências do Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Parágrafo 5º Para realização dos trabalhos eleitorais serão designados mesários locais, aos quais os associados se apresentarão à votação.

Parágrafo 6º Incumbe ao presidente proclamar o nome dos eleitos e convocá-los por escrito, para em dia, hora e local determinados, serem devidamente empossados, conforme o disposto no Parágrafo 3º do artigo 42.

Parágrafo 7º Até a posse dos novos Diretores, os sucedidos continuarão no pleno exercício de sua investidura.

Art. 36. A ata dos trabalhos e das resoluções da Assembleia Geral será lavrada em livro próprio e assinada pelos membros da mesa.

Art. 37. Para aprovação de reforma estatutária ou de proposta de extinção da CABESP, são necessários os votos favoráveis da maioria dos associados quites com a CABESP.

Parágrafo 1º Não sendo obtido o quorum de que trata o caput deste artigo na Assembleia Geral, as deliberações que ensejarem alterações estatutárias deverão ser votadas através de plebiscito.

Parágrafo 2º Nenhuma alteração estatutária entrará em vigor, se não for referendada pelo Banco Santander (Brasil) S.A.



Art. 38. Desde a data em que for convocada a Assembleia Geral Ordinária e durante todo o período de sua realização ficarão franqueados ao exame de qualquer associado à contabilidade da CABESP, o relatório da Diretoria, o parecer do Conselho Fiscal, o balanço e os respectivos documentos.

Parágrafo único - Tratando-se de Assembleia Geral Extraordinária, ficarão franqueados os papéis ou documentos concernentes à ordem do dia.

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 39. A CABESP será administrada por uma Diretoria composta de 04 (quatro) membros, com os cargos de:

- I - Diretor Presidente; indicado pela patrocinadora principal;
- II - Diretor de Operações; indicado pela patrocinadora principal;
- III - Diretor Financeiro; eleito pelos associados;
- IV - Diretor Administrativo, eleito pelos associados.

Parágrafo único - Não podem ser diretores:

- I - associados com menos de 10 (dez) anos de filiação à CABESP;
- II - durante a mesma gestão, associados que forem marido e mulher, ascendentes ou descendentes e parentes colaterais até 3º grau, consanguíneo ou por afinidade.

Art. 40. A função de diretor não será remunerada sob pretexto algum e será exercida mediante liberação dos serviços do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Art. 41. O presidente da CABESP deverá ser funcionário classificado no mínimo como gerente da Administração Geral do Banco ou de padrão salarial equivalente, dos diferentes quadros do Banco Santander (Brasil) S.A., das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Parágrafo único - Os diretores de Operações, Financeiro e Administrativo deverão ser funcionários comissionados, no mínimo há 2 (dois) anos e exercer ao menos as funções de Supervisor Administrativo, ou ocupar posição hierárquica equivalente nos diferentes quadros do Banco, das demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP.

Art. 42. Os diretores presidente e operações serão de livre nomeação do Banco Santander (Brasil) S.A., com mandato por 3 (três) anos, mas demissíveis "ad nutum".

Parágrafo 1º Os diretores Administrativo e Financeiro serão eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

Parágrafo 2º A posse dos diretores dar-se-á através de termo lavrado no livro de atas das reuniões de Diretoria.

Parágrafo 3º A data de posse dos Diretores nomeados será de imediato e dos eleitos no 1º dia útil do ano subsequente ao da eleição.

Parágrafo 4º Será declarado vago o cargo de diretor que deixar de comparecer ao ato de sua posse.

Art. 43. Vagando-se o cargo de diretor eleito, assumirá o 2º candidato mais votado do cargo vago, procedendo-se assim sucessivamente.

Parágrafo 1º Se a vaga ocorrer em cargo de diretor nomeado caberá ao Banco Santander (Brasil) S.A. o seu preenchimento na forma do artigo anterior.

Parágrafo 2º Os diretores empossados nas condições previstas neste artigo terão seu mandato pelo prazo restante ao do substituído.

Art. 44. A Diretoria fará reuniões ordinárias a cada 15 (quinze) dias e extraordinárias sempre que convocadas pelo presidente, ou por 2 (dois) dos demais diretores.

Parágrafo 1º Não haverá reunião sem a presença mínima de 3 (três) diretores.

Parágrafo 2º O diretor que, sem apresentar justificativa, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou alternadas perderá o mandato.

Art. 45. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos presentes, cabendo ao presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

Art. 46. De cada reunião será lavrada ata, que os diretores presentes assinarão no mesmo dia.

Art. 47. São atribuições e deveres da Diretoria:

- I - baixar regimento interno, instruções e normas regulamentares sobre a prestação de assistência e serviços administrativos da CABESP;
- II - estender as atividades da CABESP às localidades em que o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais empresas do Conglomerado Santander instalem novas dependências;
- III - celebrar quaisquer contratos ou convênios, tendentes à plena realização dos objetivos da CABESP;
- IV - elaborar e aprovar, no mês de dezembro de cada ano, ouvindo o Conselho Fiscal, orçamento da receita e da despesa para o ano seguinte;

V - deliberar quanto à inclusão e exclusão de associados;

VI - deliberar sobre admissão e demissão de funcionários, necessários para o bom desempenho dos serviços assistenciais e administrativos da CABESP;

VII - adquirir ou alienar bens imóveis relacionados com as atividades da CABESP, onerá-los, contrair obrigações, transigir e renunciar direitos;

VIII - adquirir ou alienar ações de companhias, cartas-patentes títulos de dívida pública, observado o Parágrafo Único do artigo 25;

IX - deliberar sobre quaisquer pedidos de assistência, inclusive reembolsos ou pagamentos, mediante comprovantes hábeis;

X - levantar o balancete contábil mensal para exame na primeira reunião de Diretoria que se seguir;

XI - deliberar, segundo as finalidades assistenciais da CABESP e sua estrutura jurídico-administrativa, as questões surgidas com terceiros, bem como os casos omissos no presente Estatuto, ouvido previamente o Conselho Fiscal;

XII - apresentar, na Assembleia Geral Ordinária, o relatório das atividades do exercício e o balanço anual demonstrativo da conta de resultados;

XIII - convocar a Assembleia Geral, nos casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo 1º A posse nos respectivos cargos investe os diretores de todos os poderes para o integral desempenho das atribuições e deveres impostos por este Estatuto.

Parágrafo 2º O balancete previsto no inciso X deste artigo deverá ser afixado em todas as dependências do Banco Santander (Brasil) S.A., nas demais empresas do Conglomerado Santander e na própria CABESP, para conhecimento dos associados.

Art. 48. Compete ao Diretor Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria;

II - representar a CABESP, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como nas suas relações com terceiros, podendo para tal finalidade, juntamente com outro diretor, constituir mandatários com poderes específicos;

III - autenticar com sua rubrica os livros de atas das reuniões de Diretoria e das assembleias gerais que julgar conveniente ou lhe forem solicitadas na forma deste Estatuto, assinando as competentes cartas-circulares ou quaisquer outros atos convocatórios;

IV - assinar com outro diretor os contratos ou convênios celebrados entre a CABESP e qualquer entidade de direito público ou privado;

V - substituir qualquer outro diretor em suas ausências ou impedimentos, acumulando as próprias funções, na hipótese de impossibilidade do diretor indicado estatutariamente fazê-lo;

VI - planejar e submeter à aprovação dos demais diretores todos os serviços assistenciais da CABESP, supervisionando, orientando e coordenando, ulteriormente, seu funcionamento ou execução;

VII - analisar e opinar, informando nas reuniões de Diretoria, sobre contratos, convênios ou termos de acordo que devam ser celebrados com o Banco Santander (Brasil) S.A., a previdência social, estabelecimentos hospitalares e congêneres;

VIII - autorizar os atendimentos clínicos, tratamentos, intervenções cirúrgicas, e internações, compreendidas na assistência prestada pela CABESP, bem como a aquisição de medicamentos e material, para uso nos ambulatórios e consultórios da CABESP, de tudo dando imediato conhecimento ao diretor financeiro;

IX - Convocar a Comissão Eleitoral na forma do parágrafo primeiro do Art. 35.

Parágrafo único - Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído por qualquer dos demais diretores, mediante indicação da Diretoria do Banco Santander (Brasil) S.A.

Art. 49. Compete ao Diretor de Operações.

I - Coordenar a operacionalização das divisões de Saúde e Odontológica;

II - Planejar os serviços próprios prestados pela CABESP, opinando sobre sua adequação a novas necessidades e sua ampliação para atender aos beneficiários da CABESP;

III - Autorizar juntamente com o Diretor Presidente os planos assistenciais da CABESP, previstos no artigo anterior e seus incisos VI a VIII;

IV - Celebrar convênios e contratos de modo a implementar os objetivos previstos no artigo 2º, parágrafos 3º e 4º;

V - Opinar sobre a contratação de pessoal técnico necessário ao atendimento dos serviços assistenciais próprios;

VI - Analisar e opinar, informando em reunião de Diretoria sobre os regulamentos previstos no artigo 2º, parágrafo 2º;

VII - Substituir o Diretor Financeiro em suas ausências ou impedimentos.

Art. 50. Compete ao Diretor Financeiro:

I - Analisar e opinar, informando em reunião de Diretoria, sobre quaisquer assuntos relacionados com associados e dependentes;

II - Assinar com outro diretor a correspondência ordinária da CABESP;

III - Autorizar, em conjunto com outro diretor, os pagamentos ou reembolsos devidos pela CABESP, em razão dos serviços de assistência;

IV - Supervisionar, orientar e coordenar o fluxo de CABESP de todos os valores pertencentes à CABESP, depositando-os sempre no Banco Santander (Brasil) S.A.;

V - Controlar a arrecadação e a despesa, e ter sob sua guarda ou responsabilidade o patrimônio financeiro da CABESP;

VI - Assinar em conjunto com outro diretor os títulos representativos de obrigações assumidas pela CABESP e os cheques de sua emissão e endosso e nesta última hipótese sempre para depósito no Banco Santander (Brasil) S.A.;

VII - Substituir os Diretores de Operações e Administrativo em suas ausências ou impedimentos.

Art. 51. Compete ao Diretor Administrativo:

- I** - Supervisionar, orientar e coordenar todos os serviços pertinentes à administração interna da CABESP, inclusive as áreas de controladoria, sistemas e desenvolvimento;
- II** - Analisar e opinar, informando em reunião de Diretoria sobre todo e qualquer contrato, convênio, termo de acordo, negócio ou operação a serem celebradas pela CABESP, bem como sobre resoluções, normas, instruções e regulamentos a serem baixados e expedidos;
- III** - Controlar o Quadro de Pessoal da CABESP, opinando sobre admissão e demissão de funcionários;
- IV** - Autorizar a aquisição de móveis e material de escritório e a confecção de impressos necessários aos serviços administrativos da CABESP;
- V** - Assinar com outro diretor a correspondência ordinária da CABESP;
- VI** - Substituir os Diretores de Operações e Financeiro em suas ausências ou impedimentos.

Art. 52. É vedado aos diretores usarem o nome da CABESP em atos ou obrigações estranhas a seus objetivos, bem como na prestação de avais, fianças ou quaisquer atos de favor.

Art. 53. Os membros da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações contraídas em virtude de ato regular de gestão, mas responderão, civil e/ou criminalmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

- I** - com culpa ou dolo, embora dentro de suas atribuições ou poderes;
- II** - com violação da lei ou deste Estatuto.

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 54. A CABESP terá um Conselho Fiscal composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, sendo que todos deverão ser associados no mínimo há dois anos.

Parágrafo 1º Dois conselheiros e respectivos suplentes serão designados pelo Banco Santander (Brasil) S.A., com mandato de 03 (três) anos, mas demissíveis "ad nutum", sendo que um deles deverá ser associado aposentado.

Parágrafo 2º Os três outros conselheiros e seus respectivos suplentes serão escolhidos através de eleição.

- I** - Um deles e seu respectivo suplente serão aposentados do Banco e escolhidos dentre os associados da AFABESP, ficando o processo eletivo a cargo dessa associação;
- II** - Serão efetivos os dois mais votados, e os dois subseqüentes, respectivamente, 1º e 2º suplentes;
- III** - O processo eleitoral será conduzido na forma do artigo 35.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho Fiscal poderão ser reconduzidos ou reeleitos uma única vez. O mandato será de 3 (três) anos e a posse no 1º dia útil do mês de maio.

Parágrafo 4º Não pode integrar o Conselho Fiscal, o associado que tiver cônjuge, ascendentes ou descendentes e parentes colaterais até o 3º grau, consanguíneos ou por afinidade, no Quadro de Funcionários da CABESP ou na composição da Diretoria.

Parágrafo 5º A eleição prevista neste artigo será realizada concomitantemente com a da Diretoria.

Art. 55. Incumbe ao Conselho Fiscal:

- I** - examinar, a qualquer tempo, quaisquer atos da Diretoria ou de seus diretores, inclusive os de inclusão de dependentes, tendo a faculdade de vistoriar livros e papéis da CABESP;
- II** - Conferir os valores da CABESP mensalmente e divulgar o seu parecer trimestralmente;
- III** - Dar parecer sobre os negócios e atividades relativas ao exercício em que tiver servido, tomando por base o balanço e as contas da Diretoria;
- IV** - Manifestar-se sobre quaisquer regulamentos, estudos atuariais ou outros assuntos que forem submetidos à sua apreciação pela Diretoria;
- V** - Referendar as participações e atividades presentes no artigo 2º - parágrafo 5º;
- VI** - Reunir-se mensalmente, com quorum mínimo de 03 (três) membros.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 56. O exercício financeiro ou ano social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, nessa data procedendo-se ao inventário de todos os bens e haveres, assim como ao levantamento do balanço anual e apuração dos resultados do exercício.

Parágrafo Único - A CABESP não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado.

Art. 57. A CABESP manterá sua contabilidade e registros de modo que evidencie claramente a situação de seu patrimônio, bem como a posição individual dos associados no tocante a contribuição e benefícios, possibilitando, a qualquer tempo, o levantamento de suas atividades e situação patrimonial.

Parágrafo 1º A posição individual dos associados de que trata este artigo será a dos últimos 05 (cinco) anos.

Parágrafo 2º A escrituração das receitas e despesas da CABESP será feita em livros revestidos das formalidades legais capazes de assegurar a sua exatidão.

Art. 58. A aquisição e a alienação de bens imóveis dependerá, sempre, de prévia anuência do Banco Santander (Brasil) S.A., e autorização da Assembleia Geral.

Art. 59. Os associados poderão inscrever os dependentes previstos no artigo 13, sem a carência prevista, nas seguintes condições:

I - até o prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência deste Estatuto;

II - para funcionários recém-admitidos no Banco Santander (Brasil) S.A., demais empresas do Conglomerado Santander e da própria CABESP e que se associarem à CABESP no ato de admissão, observando-se o prazo previsto no inciso I.

Art. 60. A partir da aprovação da disposição contida no parágrafo 2º do art. 3º, não mais será permitido o ingresso de dependentes para os fins e na forma prevista no art. 13º deste Estatuto.

Art. 61. Os dependentes equiparados conforme alíneas a, b e c do artigo 10, Parágrafo 1º, manterão os atuais direitos até o prazo de validade do direito concedido pela CABESP. Quando da renovação serão transferidos para o plano autossustentável, previsto no artigo 13, inciso III.

Art. 62. É vedada a extensão da Assistência da CABESP, a qualquer título, a pessoas não enquadradas como beneficiários previstos neste Estatuto.

Parágrafo único - Exceção feita aos dependentes inscritos até 23.04.88 na Assistência Médica Reembolsável com mais de setenta anos, que poderão continuar usufruindo da citada assistência até a ocorrência do falecimento, sob a responsabilidade de custeio dos associados titulares, conforme regulamento próprio, exceto aqueles previstos no artigo 13, inciso I (pais, e na falta destes, padrastos e madrastas).

Art. 63. O mandato dos Diretores eleitos em 2017 terminará no último dia útil do mês de dezembro de 2019 e o mandato dos Conselheiros Fiscais eleitos em 2017, ficará prorrogado até o último dia útil do mês de abril de 2020.

Parágrafo 1º As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal serão realizadas até o mês de novembro;

Parágrafo 2º A partir das eleições de 2019, os mandatos para Diretoria e Conselho Fiscal passam a ser de 3 anos.

Art. 64. Em caso de extinção da CABESP, o patrimônio remanescente, depois de liquidado seu último compromisso, transferir-se-á ao Banco Santander (Brasil) S.A., que o aplicará em obras sociais a benefício de seus funcionários.

Art. 65. Fica assegurado ao Banco Santander (Brasil) S.A., a faculdade de fiscalizar amplamente, sempre que entender necessário, a aplicação dos fundos da CABESP e a observância deste Estatuto, podendo utilizar-se de sua própria auditoria interna ou, sob suas expensas, de auditoria externa.

Parágrafo 1º Se dessa fiscalização ficar apurada a ocorrência de qualquer irregularidade, poderá o Banco intervir em sua administração afastando, de imediato, os diretores nomeados e, temporariamente, os eleitos.

Parágrafo 2º No caso dos diretores eleitos, o afastamento somente será definitivo se ratificado em assembleia extraordinária convocada pelo próprio Banco, para esse fim no prazo de 30 (trinta) dias. A não ratificação acarreta a recondução ao cargo, de imediato.

Art. 66. Para fins deste Estatuto definem-se:

I - CABESP a Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo;

II - Banco Santander (Brasil) S.A. – patrocinador principal;

III - CONGLOMERADO SANTANDER, as empresas coligadas ou controladas acionariamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e ele próprio;

IV - AFUBESP, a Associação dos Funcionários do Grupo Santander, Banespa, Banesprev e CABESP;

V - AFABESP, a Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo;

VI - ABESPREV, Associação de Defesa dos direitos Previdenciários dos Banespianos;

VII - BANESPREV, o Fundo Banespa de Seguridade Social;

VIII - Patrocinadoras: as empresas coligadas ou controladas acionariamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e ele próprio;



Parágrafo único - As entidades ou órgãos alinhados nos incisos deste artigo, que sejam transformados, incorporados ou extintos serão substituídos pelas entidades ou órgãos da mesma natureza, que os sucedam em suas atividades ou funções.

Art. 67. O presente Estatuto é uma revisão atualizada da edição anterior, de 08/01/2009, aprovada e referendada conforme disposições vigentes. Entrará em vigor a partir de 01/09/2018, revogando as disposições em contrário, não subsistindo qualquer direito anteriormente previsto sem que haja, neste Estatuto, expressa disposição. Com as alterações ocorridas no Estatuto houve renumeração dos artigos.

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 10



Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Associados
Caixa Beneficente dos Funcionários do
Banco do Estado de São Paulo - CABESP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - CABESP ("Cabesp"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cabesp em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cabesp, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cabesp é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Caixa Beneficente dos Funcionários do
Banco do Estado de São Paulo - CABESP

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cabesp continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cabesp ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cabesp são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cabesp.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cabesp. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir



Caixa Beneficente dos Funcionários do
Banco do Estado de São Paulo - CABESP

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cabesp a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de janeiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Drawn/Signed by
Maria Jose De Mula Cury
Signed By MARIA JOSE DE MULA CURY 10357178898
CPF: 10357178898
Signer Role: Partner
Signing Time: 22 de janeiro de 2026 | 14:28 BRT
© KPM Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BRS
Inventor: AC SERASA RFB v5
https://www.acsbrasil.com.br

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



**Caixa Beneficente dos Funcionários
do Banco do Estado de São Paulo**

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Conteúdo

Balanço patrimonial 3

Demonstrações do resultado 5

Demonstrações do resultado abrangente 6

Demonstrações das mutações do patrimônio social 7

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto..... 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 9

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		11.189.004	10.398.617
Disponível		172	260
Realizável		11.188.832	10.398.356
Aplicações Financeiras	4	11.177.599	10.388.170
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		20.856	15.984
Aplicações Livres		11.156.743	10.372.186
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	10.813	9.934
Contraprestação Pecuniária a Receber		2.416	1.995
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		1.401	1.659
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		6.931	6.143
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist.à Saúde		65	137
Créditos Tributários e Previdenciários		1	-
Bens e Títulos a Receber	6	390	230
Despesas Antecipadas		29	22
ATIVO NÃO CIRCULANTE		129.888	136.784
Realizável a Longo Prazo		127.981	134.790
Aplicações Financeiras	4	82.462	92.576
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		82.462	92.576
Títulos e Créditos a Receber	7	114	97
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	45.405	42.117
Imobilizado	9	1.907	1.994
Imóveis de Uso Próprio		1.700	1.702
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		1.700	1.702
Imobilizado de Uso Próprio		200	277
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		200	277
Outras Imobilizações		7	15
TOTAL DO ATIVO		11.318.892	10.535.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE		110.308	93.941
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	86.419	78.146
Provisões de Contraprestações		9.578	9.419
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganhas - PPCNG		9.578	9.419
Provisões de Eventos a Liquidar para o SUS		732	618
Provisões de Eventos a Liquidar p/Outros Prest.de Serv.Assistenciais		54.917	48.266
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		21.192	19.843
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	11	8.737	4.089
Contraprestações a Restituir		56	75
Receita Antecipada de Contraprestações		395	410
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		8.271	3.594
Outros Débitos de Operações com Planos de Assist.à Saúde		15	10
Débitos com Operações de Assist.à Saúde Não Relac. c/Pl. Saúde da OPS		3	4
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		3.515	3.692
Débitos Diversos	12	11.634	8.011
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		63.703	59.096
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	52	80
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		52	80
Provisões	13	63.651	59.016
Provisões para Ações Judiciais		63.651	59.016
PATRIMÔNIO SOCIAL	14	11.144.881	10.382.363
Patrimônio Social		10.382.363	11.895.404
Superávits / Déficits Acumulados		762.518	(1.513.040)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		11.318.892	10.535.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		657.858	634.519
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		658.611	635.038
Contraprestações Líquidas	15	658.611	635.038
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assist. à Saúde da Operadora	16	(753)	(519)
Eventos Indenizáveis Líquidos	17	(1.222.473)	(1.127.236)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(1.221.124)	(1.127.152)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.349)	(84)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(564.615)	(492.717)
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	18	2.611	2.351
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	18	212	224
Outras Receitas Operacionais		212	224
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	19	(10.498)	(7.427)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(10.356)	(6.928)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(29)	(347)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos		(113)	(152)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(11)	(9)
RESULTADO BRUTO		(572.301)	(497.578)
Despesas Administrativas	20	(53.438)	(55.656)
Resultado Financeiro Líquido	21	1.388.257	(959.806)
Receitas Financeiras		1.498.553	540.679
Despesas Financeiras		(110.296)	(1.500.485)
Resultado Patrimonial		-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		762.518	(1.513.040)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO		762.518	(1.513.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	762.518	(1.513.040)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	762.518	(1.513.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Demonstrações das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Patrimônio Social	Superávits / Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		10.472.564	1.422.839	11.895.403
Aumento/Diminuição do Patrimônio Social:				
Com superávit do exercício anterior		1.422.839	(1.422.839)	-
Déficit do Exercício		-	(1.513.040)	(1.513.040)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		11.895.403	(1.513.040)	10.382.363
Aumento/Diminuição do Patrimônio Social:				
Com déficit do exercício anterior	14	(1.513.040)	1.513.040	-
Superávit do Exercício		-	762.518	762.518
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		10.382.363	762.518	11.144.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2025	31/12/2024
(+) Recebimento de Planos de Saúde	732.116	707.385
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	1.360.925	1.485.949
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.066	3.203
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(1.252.106)	(1.176.526)
(-) Pagamento de Pessoal	(12.438)	(11.887)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(12.349)	(13.027)
(-) Pagamento de Tributos	(38.374)	(37.739)
(-) Pagamento de Ações Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(8.728)	(5.652)
(-) Pagamento de Aluguel	(44)	(42)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(10)	(14)
(-) Aplicações Financeiras	(755.996)	(936.315)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(16.077)	(16.697)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(15)	(1.362)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Outros Recebimentos de Atividades de Investimentos	-	1.526
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(73)	(112)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(73)	1.414
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(88)	52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa - Saldo Inicial	260	208
Caixa - Saldo Final	172	260
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(88)	52
Ativos Livres no Início do Exercício	10.372.446	11.880.567
Ativos Livres no Final do Exercício	11.156.915	10.372.446
Aumento/Diminuição nas Aplic. Financ. - Recursos Livres	784.469	(1.508.121)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP (“Associação” ou “Cabesp”), registrada na ANS sob o nº 35.233-1, é uma Associação, com personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, instituída para, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, assegurar aos seus associados, titulares e respectivos dependentes as assistências médica, hospitalar e odontológica, pelo sistema de livre escolha.

A Cabesp é mantida por contribuições dos seus associados e parte equivalente do seu Patrocinador, Banco Santander (Brasil) S.A., sucessor do Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, e das empresas ligadas, dos beneficiários dos planos Assistência Direta, Dependentes Indiretos e dos beneficiários do Cabesp Família.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS exceto o CPC 11 - Contratos de Seguro, CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, CPC 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 - Demonstrações Separadas, CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, CPC 44 - Demonstrações Combinadas e o CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa RN nº 528 de 29 de abril de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em caixa e depósitos em conta corrente mantidos em instituições financeiras. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, não sendo destinados a investimentos ou outros fins e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

b) *Instrumentos financeiros*

Definição

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela administração da Associação, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

c) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Associação administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica “Resultado Financeiro Líquido”. Essa categoria está composta por aplicações financeiras.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Associação tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. Não há instrumentos financeiros nessa categoria.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificáveis como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado.

Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajustes de avaliação patrimoniais”. Não há instrumentos financeiros nessa categoria.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, como exemplo, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos tributários e previdenciários, bens e títulos a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais e fiscais.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, tais como provisões de eventos a liquidar para o SUS, provisões de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais, débitos de operações de assistência à saúde, débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com o plano de saúde da operadora e débitos diversos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

d) Provisão para perdas sobre créditos

A Associação constitui provisão para perdas sobre créditos, através da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 528/2022 da ANS.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos e a vencer dos contratos que possuem pelo menos um título vencido há mais de 90 dias.

e) Imobilizado

Os valores do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na taxa da vida útil-econômica dos bens mencionada na nota explicativa nº 9.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração da Associação não considera necessária a contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros.

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita,

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

devido às atividades operacionais da Associação, certas provisões são requeridas e constituídas de acordo com nota técnica atuarial e determinações contidas na Resolução Normativa – RN nº 574 de 28 de fevereiro de 2023:

- Provisão para insuficiência de contraprestações – PIC refere-se à insuficiência de contraprestação para cobertura de eventos a ocorrer. A Associação adotou para a PIC metodologia atuarial própria, elaborada através de estudos atuariais que resultou em um fator de insuficiência de contraprestação igual a zero, não sendo necessário o provisionamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- Provisão de eventos a liquidar para SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde;
- Provisão para eventos a liquidar (PESL) constituída pelo valor integral cobrado com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço;
- Provisões de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados perante os prestadores da rede credenciada;
- Provisões de eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA SUS) refere-se à estimativa do montante de eventos que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados.

h) *Débitos de operações de assistência à saúde*

Basicamente relacionado à receita antecipada de contraprestação, contabilizada quando a contraprestação mensal for recebida antes do início da vigência da cobertura.

i) *Provisões para ações judiciais, ativos/passivos contingentes e depósitos judiciais e fiscais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

Os passivos contingentes foram constituídos com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Associação tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável, quando for provável a saída de recursos para liquidação das obrigações e os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações classificadas como risco de perda possível, são divulgadas e não provisionadas. Ações de perda remota não são provisionadas nem divulgadas.

A Associação constitui integralmente a provisão para contingência relacionada ao ressarcimento ao SUS, considerando a diferença entre o valor registrado na PESL-SUS e os débitos notificados, indeferidos em 2ª instância. Essa provisão é mantida enquanto não houver a emissão da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), em conformidade com a norma vigente (RN nº 574/2023).

Os depósitos judiciais e fiscais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

j) *Apuração de resultado*

Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

Com relação às receitas de contraprestações, na modalidade de preço preestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*). Nos casos em que a cobrança é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos, o valor dos contratos com os beneficiários é registrado na rubrica “Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde”, no subitem “Provisão de Contraprestação Não Ganhas - PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa nº 10, classificada no passivo circulante.

Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, clínicas e laboratórios), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos da operadora e eventos de beneficiários de outras operadoras, em função de operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos, apresentados na rubrica “Eventos Conhecidos ou Avisados” na demonstração do resultado.

k) *Estimativas e julgamentos contábeis*

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, requer que a Administração da Associação use de julgamento na determinação e no registro de determinadas estimativas.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, (I) mensuração dos ativos, (II) provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde, (III) provisões técnicas de operações de assistência à saúde e (IV) provisões para ações judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões decorrentes do nível de subjetividade considerado no processo de sua determinação. A Administração da Associação revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

l) *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional da Associação é o Real (R\$). Estas demonstrações estão apresentadas em reais mil, exceto quando indicado de outra forma.

m) *Gerenciamento de Riscos*

A Associação opera exclusivamente com planos de saúde, destinados aos seus titulares e dependentes. O processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, procedimentos e ações, decorrentes dos negócios da Associação, abrangendo os riscos de subscrição, crédito e mercado, legal e operacional. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, levando em consideração as exigências do órgão regulador, bem como, as melhores práticas do mercado.

Risco de subscrição

O risco de subscrição está relacionado à medida de incerteza de situação econômica adversa que contraria as expectativas da Associação quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e precificação dos planos. A Associação adota os critérios definidos nas normas do órgão regulador para cálculo e constituições das provisões técnicas. Realiza estudos atuariais de forma a definir reajustes nas mensalidades/contribuições dos planos para assegurar o equilíbrio financeiro.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Associação não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos seus titulares e dependentes. Através de controles internos adequados, a Associação monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3.d.

Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, que possam trazer impactos ao valor do portfólio das aplicações financeiras mantidas pela Associação.

A Associação adota a política de aplicação em fundos de investimentos, com liquidez imediata, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa nº 573/2003 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Associação está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico com predomínio de cupons NTN-B (IPCA). Pelo fato de a Associação não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 4.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Associação, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Associação procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Associação elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. O modelo de gestão de riscos operacionais da Associação está fundamentado nas melhores práticas adotadas no mercado e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, utilizando-se de matriz de risco, avaliação de controles internos e acompanhamento de indicadores, conforme a governança instituída.

Risco legal

O risco legal refere-se a incerteza relacionada por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a Associação particularmente vulnerável a litígios. A Associação atua de forma preventiva acompanhando as publicações e normativas das legislações do setor, assegurando a implementação nos prazos definidos, alterando tempestivamente seus processos quando necessário. Realiza segmento das ações judiciais, notificações de intermediação preliminar, entre outros, com objetivo de mitigar riscos.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as aplicações financeiras estavam assim apresentadas:

31/12/2025						
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de resultado	Sem Vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Valor da Curva	Valor Justo
Fundos de Investimentos - Renda Fixa - Exclusivos	11.156.743	-	-	11.156.743	11.156.743	11.156.743
Títulos Públicos	-	20.856	82.462	103.318	103.318	103.318
Total da Carteira	11.156.743	20.856	82.462	11.260.061	11.260.061	11.260.061

31/12/2024						
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de resultado	Sem Vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Valor da Curva	Valor Justo
Fundos de Investimentos - Renda Fixa - Exclusivos	10.372.186	-	-	10.372.186	10.372.186	10.372.186
Títulos Públicos	-	15.984	92.576	108.560	108.560	108.560
Total da Carteira	10.372.186	15.984	92.576	10.480.746	10.480.746	10.480.746

Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são registradas pelo custo de aquisição, e atualizadas pelo valor da cota divulgada pelo Administrador dos fundos.

Do total das aplicações financeiras, R\$ 11.156.743 (R\$ 10.372.186 em 2024) referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos e R\$ 103.318 (R\$ 108.560 em 2024) referem-se à carteira de títulos públicos vinculados às provisões técnicas da ANS, administrados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os ativos financeiros estão assim distribuídos:

31/12/2025				31/12/2024
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de resultado	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
NTN-B	9.048	8.874.458	8.883.506	8.215.734
NTN-C	-	1.451.189	1.451.189	1.565.495
NTN-F	-	51.399	51.399	48.009
Debêntures	-	4.454	4.454	3.830
Compromissadas	72.299	-	72.299	70.552
LFT	81.222	681.676	762.898	540.773
CRI	-	34.368	34.368	36.428
Fundo Imobiliário	-	451	451	387
Despesas Administrativas	(503)	-	(503)	(462)
Total	162.066	11.097.995	11.260.061	10.480.746

b) Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os títulos públicos integrantes da carteira e vinculados à garantia de provisões técnicas, no montante de R\$ 103.318 (R\$ 108.560 em 2024) encontravam-se custodiados no SELIC - Sistema Especial de Liquidação. A custódia das cotas e respectivos papéis dos fundos de investimentos são mantidos diretamente pelos administradores desses fundos.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

c) Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

As aplicações que são mensuradas pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificadas nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, com base em preços); ou
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A seguir, apresenta-se a mensuração das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Nível 1	11.221.239	10.440.488
Nível 2	38.822	40.258
Total	11.260.061	10.480.746

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAUDE

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os créditos de operações com plano de assistência à saúde estavam assim apresentados:

a) Composição de Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Pecuniárias a Receber	2.558	2.161
(-) Provisão p/ Perda sobre Créditos	(142)	(166)
Participação Beneficiários em Eventos Indenizáveis	1.406	1.669
(-) Provisão p/ Perda sobre Créditos	(5)	(10)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	6.931	6.143
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	69	190
(-) Provisão p/ Perda sobre Créditos	(4)	(53)
Total	10.813	9.934

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

b) Movimentação da Provisão para Perda sobre Créditos:

	Contraprestações Pecuniárias a Receber	Participação Beneficiários em Eventos Indenizáveis	Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	(116)	(7)	(66)	(189)
Constituições	(583)	(35)	(13)	(631)
(-) Reversões / baixas	473	26	9	508
(-) Reversões PPSC constituída em exercícios anteriores	60	6	17	83
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(165)	(10)	(53)	(228)
Constituições	(484)	(31)	(112)	(627)
(-) Reversões / baixas	415	27	108	550
(-) Reversões PPSC constituída em exercícios anteriores	92	9	53	154
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(142)	(5)	(4)	(151)

6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bens e títulos a receber estavam assim apresentados:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos		
Adiantamento a Funcionários	350	227
Outros Adiantamentos	40	3
Total	390	230

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os títulos e créditos a receber estavam assim apresentados:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a Receber	280	229
Contraprestação Pecuniária em Contestação - Depósito Judicial pelo Contratante	280	229
(-) Provisão p/ Perda sobre Créditos	(166)	(132)
Total	114	97

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os depósitos judiciais estavam assim apresentados:

31/12/2025			
	Cível	Trabalhista	Total
Saldo Inicial	517	41.600	42.117
Adição / Baixa	1.253	(1.397)	(144)
Atualização	85	3.347	3.432
Saldo Final	1.855	43.550	45.405

31/12/2024			
	Cível	Trabalhista	Total
Saldo Inicial	474	36.536	37.010
Adição / Baixa	8	2.387	2.395
Atualização	35	2.677	2.712
Saldo Final	517	41.600	42.117

9. IMOBILIZADO

31/12/2025					31/12/2024
Imobilizado	Taxa Anual de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Total	Total
Terrenos	-	1.660	-	1.660	1.660
Imóveis	4	1.280	(1.240)	40	42
Instalações	10	264	(235)	29	44
Máquinas	10	279	(256)	23	10
Informática	20	4.698	(4.589)	109	181
Móveis	10	64	(39)	25	29
Equipamentos Eletrônicos	20	59	(44)	15	13
Linhas Telefônicas	10	5	(5)	-	-
Equipamentos Telefônicos	10	56	(56)	-	-
Bens Recebidos em Doação	5	78	(72)	6	15
Total		8.443	(6.536)	1.907	1.994

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

10. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição		31/12/2025	31/12/2024
Provisão de Contraprestações não Ganha (PPCNG)	(a)	9.578	9.419
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	(b)	784	698
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prest.Serv. Assistenciais (PESL)	(c)	54.917	48.266
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA e PEONA SUS)	(d)	21.192	19.843
Total		86.471	78.226
Total Circulante		86.419	78.146
Total Não Circulante		52	80

- (a) Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), classificada no passivo circulante, referente a parcelas de contraprestações cujo período de cobertura ainda não decorreu;
- (b) Provisão para eventos a liquidar para o SUS, referente aos custos assistenciais decorrentes de atendimento de beneficiários da Associação na rede pública de saúde. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI's) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados à Cabesp;
- (c) Provisão de eventos a liquidar (PESL), constituída para garantia de eventos já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos;
- (d) Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA, classificada no passivo circulante, e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados à Associação, e, provisão para eventos ocorridos e não avisados no SUS - PEONA SUS, referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde.

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações a Restituir	56	75
Receita Antecipada de Contraprestações	395	410
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	8.271	3.594
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	15	10
Total	8.737	4.089

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

12. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações com Pessoal	1.888	1.878
Fornecedores a Pagar	9.699	6.032
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	2	-
Demais Débitos	45	101
Total	11.634	8.011

13. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de suas operações, a Associação fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos tributários, cíveis e trabalhistas em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, para os casos em que a perda é considerada provável:

a) Composição de provisões para ações judiciais:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Ações Tributárias	1.099	1.049
Provisão para Ações Cíveis	8.700	5.814
Provisão para Ações Trabalhistas	53.852	52.152
Provisão para Ressarcimento ao SUS	-	1
Total	63.651	59.016

b) Movimentação de provisões para ações judiciais:

31/12/2025					
	Tributária	Cível	Trabalhista	Ressarcimento ao SUS	Total
Saldo Inicial	1.049	5.814	52.152	1	59.016
Constituições / Atualizações	50	4.541	12.201	-	16.792
(-) Reversões / Pagamentos	-	(1.655)	(10.501)	(1)	(12.157)
Saldo Final	1.099	8.700	53.852	-	63.651

31/12/2024					
	Tributária	Cível	Trabalhista	Ressarcimento ao SUS	Total
Saldo Inicial	1.001	4.786	44.596	1	50.384
Constituições / Atualizações	48	2.613	11.980	5	14.646
(-) Reversões / Pagamentos	-	(1.585)	(4.424)	(5)	(6.014)
Saldo Final	1.049	5.814	52.152	1	59.016

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

A Administração da Associação entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

Provisões para ações judiciais de natureza:

Tributárias

Referem-se a demandas judiciais de natureza tributária. A provisão é constituída com base na avaliação dos advogados, contabilizando-se 100% do valor das estimativas para os casos de perda provável. Em 31 de dezembro de 2025, existia 01 ação de natureza tributária, sendo considerada como risco possível.

Processo nº 1076816-41.2023.8.26.0053 – Ação anulatória proposta pela CABESP após ser autuada pelo não recolhimento de ISSQN, sob rubricas contábeis desatreladas do fato gerador do imposto. Ação distribuída, sendo concedida tutela de urgência para suspender a exigibilidade dos créditos. Proferida sentença, que julgou parcialmente procedente o pedido da CABESP. Após a interposição de Recurso de Apelação pela CABESP, em razão dos pontos julgados desfavoráveis, aguarda-se decisão judicial em segunda instância. Esse processo está reconhecido nas demonstrações financeiras, conforme RN nº 528/2022.

Cíveis

Referem-se a demandas judiciais de natureza cível, que tratam Responsabilidade Cível, de indenização por Danos Morais e Materiais que a Associação está direta ou indiretamente envolvida como parte integrante da ação. Em 31 de dezembro de 2025, existiam 475 ações de natureza cível, sendo 241 consideradas como risco provável, 214 com risco possível e 20 com risco remoto.

O principal processo cível com risco possível refere-se a Ação Cível Pública – Processo nº 1037504-58.2016.8.26.0100 - movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Procon/SP, na qual questionam a aplicação do Reajuste do Plano CABESP Família. Foi prolatada sentença a favor da CABESP, julgando improcedente a ação, extinguindo o processo com resolução de mérito. Após interposição dos recursos de apelação, pelo Procon e Ministério Público, a CABESP apresentou contrarrazões. Processo aguarda autuação em segunda instância para julgamento.

A provisão é constituída com base na avaliação dos advogados, contabilizando-se 100% do valor das estimativas para os casos de perda provável.

Trabalhistas

Referem-se a demandas judiciais de natureza trabalhista. A provisão é constituída com base na avaliação dos advogados, contabilizando-se 100% do valor das estimativas para os casos de perda provável. Em 31 de dezembro de 2025, existiam 249 ações de natureza trabalhista, sendo 186 consideradas como risco provável, 54 com risco possível e 09 com risco remoto. Apresentamos abaixo os principais processos:

Processo nº 0270400.97.1999.5.02.0070 - O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde do Estado de São Paulo, ingressou com ação coletiva em nome dos colaboradores da CABESP, postulando o restabelecimento do pagamento das gratificações semestrais. O processo transitou em julgado sem que ainda se tenha conhecimento e clareza nos parâmetros que devem ser utilizados para base de cálculo e até mesmo quais os colaboradores teriam direito a esta gratificação, motivo pelo qual a Associação entrou com ação rescisória, que recentemente transitou em julgado, sem êxito. Mantendo se a decisão que

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

para a execução dos valores, os substituídos distribuísem execuções individuais, atualmente há 216 execuções individuais em andamento.

Processo nº 1002470-78.2018.5.02.0000 - Ação Rescisória distribuída em face da decisão judicial proferida nos autos da ACP nº 02704009719995020070 (arquivada), a fim de obter a exclusão da determinação de pagamento de gratificações semestrais aos empregados a partir do segundo semestre de 1994. A ação foi julgada extinta com resolução do mérito e a liminar foi revogada, pois o Tribunal entendeu que a ação não fora interposta dentro do prazo decadencial de dois anos. Trânsito em julgado da presente ação, sem êxito.

Abaixo estão destacados os valores provisionados e estimados das provisões tributárias, cíveis e, trabalhistas e ressarcimento ao SUS:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Valor Estimado	Valor Contabilizado
Provisões Tributárias				
Prováveis	-	-	-	-
Possíveis	1.099	1.099	1.049	1.049
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Valor Estimado	Valor Contabilizado
Provisões Cíveis				
Prováveis	8.700	8.700	5.814	5.814
Possíveis	22.599	-	9.525	-
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Valor Estimado	Valor Contabilizado
Provisões Trabalhistas				
Prováveis	53.852	53.852	52.152	52.152
Possíveis	34.599	-	5.096	-
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Valor Estimado	Valor Contabilizado
Provisões Ressarcimento ao SUS				
Prováveis	-	-	1	1
Possíveis	-	-	-	-

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social, conforme previsto no Estatuto. A Associação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

O quadro associativo é composto pelos funcionários ativos e pelos aposentados do antigo Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA, sucedido legalmente pelo Banco Santander (Brasil) S.A., de suas empresas ligadas e da própria CABESP.

Houve uma diminuição do patrimônio social de 31 de dezembro de 2025 devido ao superávit do exercício no montante de R\$ 762.518 (em 31 de dezembro de 2024 déficit no montante de R\$ 1.513.040).

15. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

Descrição		31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	(a)	656.563	632.746
Contraprestações de assistência à saúde - corresp. assumidas (Tx. Adm.)	(b)	5.320	5.290
(-) Contraprestações de assistência à saúde - corresp. cedidas (Tx. Adm.)	(b)	(3.272)	(2.998)
Total		658.611	635.038

- a) Contraprestações dos Associados, Dependentes Indiretos, dos beneficiários do plano Cabesp Família e Patrocinadora;

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

- b) Taxas de administração das operações de compartilhamento de risco relativas à corresponsabilidade assumida e corresponsabilidade cedida.

16. TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
ISS sobre Faturamento	(704)	(471)
Provisão para Ações Tributárias - ISS sobre Faturamento	(49)	(48)
Total	(753)	(519)

17. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Eventos conhecidos ou avisados de assistência à saúde	(1.065.872)	(994.548)
Exames	(120.399)	(114.794)
Consultas	(41.126)	(40.080)
Terapias	(40.742)	(37.474)
Internações	(584.190)	(547.049)
Demais Despesas Assistenciais	(406.246)	(398.076)
(-) Glosas	110.113	124.982
(-) Recuperação por Coparticipação	16.103	17.750
(-) Outras Recuperações	615	192
Eventos conhecidos ou avisados - corresponsabilidade assumida	541	(947)
Exames	(7.880)	(7.159)
Consultas	(3.407)	(3.214)
Terapias	(2.136)	(1.652)
Internações	(29.373)	(33.678)
Demais Despesas Assistenciais	(16.885)	(14.872)
(-) Glosas	7.962	7.213
(-) Recuperação por Reembolso do Contratante	52.260	52.415
Eventos conhecidos ou avisados - corresponsabilidade cedida	(154.947)	(130.975)
Exames	(34.010)	(28.742)
Consultas	(12.563)	(11.115)
Terapias	(9.501)	(8.177)
Internações	(69.397)	(67.143)
Demais Despesas Assistenciais	(50.683)	(38.236)
(-) Glosas	17.326	18.642
(-) Recuperação por Coparticipação	3.871	3.790
(-) Outras Recuperações	10	6
Sistema Único de Saúde (SUS)	(846)	(682)
Variação da Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA e PEONA SUS)	(1.349)	(84)
Total	(1.222.473)	(1.127.236)

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	31/12/2025	31/12/2024
Confecção de Carteiras	17	11
Recuperação de Encargos Sociais	1.939	1.614
Recuperação de Créditos Incobráveis	318	434
Outras Receitas	182	209
Reversão de PPSC constituída em Exercícios Anteriores	155	83
Total de Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	2.611	2.351

Receitas de Assist. à Saúde não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de Despesas Administrativas	212	224
Total de Receitas de Assist. à Saúde não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	212	224

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAUDE

Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	31/12/2025	31/12/2024
Confecção de Carteiras	(20)	(23)
Despesas com Cobrança	(101)	(100)
Despesas com Encargos Sociais	(2.812)	(3.038)
Despesas com Serviços Prestados por Terceiros	(1.172)	(1.210)
Perda de Créditos Incobráveis	(422)	(351)
Desp.Judiciais de Eventos Não Cobertos / Contingências Cível	(5.829)	(2.206)
Progr.Prom.da Saúde e Preven.Riscos e Doenças	(29)	(347)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(113)	(152)
Total de Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	(10.498)	(7.427)

Outras Desp. de Assist. à Saúde não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	31/12/2025	31/12/2024
Outras Despesas Operacionais	(11)	(9)
Total de Outras Desp. de Assist. à Saúde não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	(11)	(9)

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com Pessoal Próprio	(26.736)	(25.923)
Despesas com Contingências Trabalhistas	(6.275)	(9.643)
Despesas com Serviços de Terceiros	(12.362)	(13.179)
Honorários Advocatícios	(1.407)	(902)
Honorários de Auditoria	(1.301)	(1.426)
Honorários de Consultoria	(447)	(821)
Honorários de Serviços Técnicos	(8.754)	(9.589)
Outras Despesas	(453)	(442)
Despesas com Localização e Funcionamento	(6.534)	(5.449)
Despesas com Tributos	(160)	(184)
Despesas Judiciais	(520)	(654)
Despesas com Multas Aplicadas pela ANS	(437)	(211)
Despesas Administrativas Diversas	(414)	(413)
Total	(53.438)	(55.656)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	1.498.553	540.679
Receitas c/ Aplicações Financeiras	1.494.459	537.306
Receitas Financeiras c/Oper. Assist. à Saúde	34	38
Outras Receitas Financeiras	4.060	3.335
Despesas Financeiras	(110.296)	(1.500.485)
Despesas c/ Aplicações Financeiras	(110.214)	(1.500.450)
Despesas Financeiras c/Oper. Assist. à Saúde	(77)	(31)
Outras Despesas Financeiras	(5)	(4)
Total	1.388.257	(959.806)

22. SEGUROS

A CABESP mantém seguro para responsabilidade civil, para a qual considera ser suficiente para fazer face a possíveis prejuízos de sinistros.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Associação não operou e não apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas decorrentes de transações substancialmente com o Banco Santander (Brasil) S.A., são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Banco Santander (Brasil) S.A.		
Créditos Operacionais de Prest. de Serviços de Assist. à Saúde (Receita)	184.709	179.704
Débitos Diversos - Fornecedores (Passivo)	(40)	(32)

A Cabesp não remunera seus principais Administradores. A Associação não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

25. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o superávit / déficit do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

	31/12/2025	31/12/2024
Déficit / Superávit do Exercício	762.518	(1.513.040)
Depreciações / Amortizações	159	315
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	1.349	84
Provisão / Reversão / Atualização Contingências	4.635	8.632
Atualização de Depósitos Judiciais	1.636	(747)
Provisão / Reversão p/ Perdas s/ Créditos	(42)	70
Déficit / Superávit Ajustado	770.255	(1.504.686)
Aumento / Redução em Ativos Operacionais	(785.259)	1.505.757
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5.242	6.139
Aplicações Livres	(784.557)	1.508.173
Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde	(801)	(2.765)
Despesas Antecipadas	(7)	(4)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(4.924)	(4.359)
Títulos e Créditos a Receber	(51)	(44)
Outros Ativos	(161)	(1.383)
Aumento / Redução em Passivos Operacionais	14.989	(2.433)
Provisões Técnicas Operações Assistência à Saúde	6.896	(2.342)
Contraprestações a Restituir	(19)	12
Receita Antecipada de Contraprestações	(15)	158
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	4.677	(562)
Outros Débitos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde	5	(8)
Débitos com Operações de Assist. à Saúde não Relac. c/ Planos de Saúde	-	2
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(177)	137
Débitos Diversos	3.622	170
Caixa líquido das atividades operacionais	(15)	(1.362)

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Associação em 22 de janeiro de 2026.

MARIA LUCIA ETTORE DO VALLE
DIRETORA PRESIDENTE

JORGE ANGELO LAWAND
DIRETOR FINANCEIRO

WAGNER CABANAL MENDES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ELIANE CRISTINA PEREIRA DO CARMO CELESTINO
DIRETORA DE OPERAÇÕES

CINTIA CANDIDO SALLES
GERENTE CONTÁBIL
CRC 1SP 272372/O-0

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4E24730E-66D6-4A4E-9686-34697F0D2F49		Status: Concluído
Assunto: CABESP25.DEZ.DOCX, NE_Cabesp_2025_final_16012026////////.docx		
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)		
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 31	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 8	Rubrica: 0	Ana Nunes
Assinatura guiada: Ativado		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		ana.n.nunes@pwc.com
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		Endereço IP: 201.44.251.133

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Ana Nunes	Local: DocuSign
22 de janeiro de 2026 13:56	ana.n.nunes@pwc.com	
Status: Original	Portador: CEDOC Brasil	Local: DocuSign
22 de janeiro de 2026 14:26	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Maria Jose De Mula Cury ID: 103.571.768-98 Cargo do Signatário: Partner maria.jose.cury@pwc.com Sócia PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital	<div><div>DocuSigned by:</div><div>Maria Jose De Mula Cury</div><div>BD5F5065D1DF493...</div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div>Usando endereço IP: 134.238.160.202</div> <div>Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://publicacao.certificadodigital.com.br/registro/dpc/declaracao-rfb.pdf</div>	Enviado: 22 de janeiro de 2026 14:08 Visualizado: 22 de janeiro de 2026 14:25 Assinado: 22 de janeiro de 2026 14:26
Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 10357176898 Cargo do Signatário: Partner Assunto: CN=MARIA JOSE DE MULA CURY:10357176898		

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 21 de fevereiro de 2022 | 20:53
ID: 9ac7c65b-eae2-4d38-93cb-8e943420702c
Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Ana Nunes ana.n.nunes@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	Enviado: 22 de janeiro de 2026 14:26 Visualizado: 22 de janeiro de 2026 14:26 Assinado: 22 de janeiro de 2026 14:26

Yuna Uehara yuna.uehara@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	Enviado: 22 de janeiro de 2026 14:08
--	---------	--

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	22 de janeiro de 2026 14:08
Entrega certificada	Segurança verificada	22 de janeiro de 2026 14:25
Assinatura concluída	Segurança verificada	22 de janeiro de 2026 14:26
Concluído	Segurança verificada	22 de janeiro de 2026 14:26

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
--	--	--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

- (i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou
- (ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

- (i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®
- (ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)
- (iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.
- (iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600
- (v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 13

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTRO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DA CIVEL DA
COMARCA DA CAPITAL DE SÃO PAULO.

**ABESPREV - Associação de Defesa de Direitos Previdenciários dos
Banespianos** (“**ABESPREV**” ou “**Requerente**” - Doc. 01), pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.976.653/0001-36, com sede na Rua Libero Badaró,
293 - 31º andar - 31A - Centro/SP - CEP 01009-000, representada por seu diretor
presidente Marcos Aurélio Pinto, vem, na qualidade de substituta, na defesa dos
interesses e direitos dos seus associados, neste ato representados por seus procuradores
subscritores, conforme procuração anexa (Doc. 03), respeitosamente, à presença de
Vossa Excelência, com fulcro no art. 5.º, XXXV da Constituição Federal (“CF”), nos artigos
53 e seguintes do Código Civil (“CC”) e, por fim, nos artigos 294 e seguintes, 497 do
Código de Processo Civil (“CPC”), propor a presente:

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C TUTELA INIBITÓRIA
COM PEDIDO DE URGÊNCIA**

em face de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO
PAULO - CABESP**, (“**Requerida**”), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos,
tendo por sede e foro Rua Boa Vista, 293, Centro, São Paulo/SP - CEP 01014-915,
instituída pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., empresa incorporada pelo Banco
Santander (Brasil) S.A, patrocinador principal, face aos elementos de fato e de direito a
seguir apresentados.

I- DA LEGITIMIDADE ATIVA

1. De proêmio cumpre esclarecer que a Requerente defende o interesse de seus associados, os antigos trabalhadores do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo), e a CABESP foi fundada em 27/06/1968, com a missão de prestar assistência à saúde aos funcionários do Banespa e seus dependentes, sendo explícito o interesse da Requerente em defender os direitos de seus associados e assegurar que seja dado o devido cumprimento ao Estatuto Social da CABESP.

II- DOS FATOS

2. Chegou ao conhecimento da Requerente que foi realizada reunião da diretoria da Requerida em 02.09.2024, na qual discutiu-se a posse de conselheiro fiscal da CABESP. A reunião ocorreu porque o Banco Santander, atual patrocinador da CABESP, indicou a Sra. Narjara Jacqueline Boldroni para ocupar a posição de membro suplente do Conselho Fiscal de 02.09.2024 a 30.04.2026.

3. Ocorre que tal indicação foi feita em violação ao Estatuto Social da CABESP, que prevê que o cargo seja ocupado por associados no mínimo há dois anos, inclusive como uma forma de assegurar que os direitos e necessidades dos banespianos associados à Requerida sejam a prioridade nas decisões.

4. Permitir a nomeação e posse de não associado como consistiria em uma perigosa violação das regras estatutárias da CABESP, o que não se pode tolerar, pois poderia implicar em uma desvirtuação dos reais interesses da entidade, que deixaria em segundo plano os interesses dos associados para priorizar os interesses do patrocinador, isto é, do Banco Santander.

5. Ao que se tem conhecimento, ao final da reunião foi aceita, por maioria dos votos, apesar da latente violação às previsões estatutárias, a indicação da Narjara Jacqueline Boldroni como Conselheira suplente do Conselho Fiscal da CABESP a partir da data da reunião. Não se sabe se a posse já ocorreu, pois esta informação ainda não chegou aos conhecimentos da Requerente.

6. Diante disso, a Requerente, vendo a evidente violação ao Estatuto Social da CABESP, o que consequentemente também fere os direitos de seus associados, não viu

outra escolha se não entrar com a presente ação a fim de anular a nomeação da Conselheira e impedir a sua posse.

III- DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

7. Inegável que as associações são dotadas de autonomia para regular seus próprios interesses por meio das disposições previstas em estatuto devidamente aprovado em Assembleia. Assim, a associação civil goza de liberdade de criação, organização, estrutura interna e funcionamento, sendo vedado ao poder público interferir nas relações e atos internos da entidade, salvante para correção de eventual ilegalidade.

8. Isto posto, nos casos em que verificada a ilegalidade de atos praticados, consubstanciado na observância de normas infraconstitucionais e constitucionais; e na observância do Estatuto Social da associação, faz-se necessária a interferência do Judiciário, enquanto órgão detentor do poder estatal jurisdicional.

9. Conforme mencionado, o Estatuto Social da CABESP, prevê, em seu art. 54, acerca da indicação dos conselheiros e suplentes, a necessidade de que sejam todos associados no mínimo há dois anos, sendo que pelo menos um deles deverá ser associado aposentado, nos seguintes termos:

SEÇÃO IV Do Conselho Fiscal

Art. 54. A CABESP terá um Conselho Fiscal composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, sendo que todos deverão ser associados no mínimo há dois anos.

Parágrafo 1º Dois conselheiros e respectivos suplentes serão designados pelo Banco Santander (Brasil) S.A., com mandato de 03 (três) anos, mas demissíveis "ad nutum", sendo que um deles deverá ser associado aposentado.

Parágrafo 2º Os três outros conselheiros e seus respectivos suplentes serão escolhidos através de eleição.

I - Um deles e seu respectivo suplente serão aposentados do Banco e escolhidos dentre os associados da AFABESP, ficando o processo eletivo a cargo dessa associação;

II - Serão efetivos os dois mais votados, e os dois subseqüentes, respectivamente, 1º e 2º suplentes;

III - O processo eleitoral será conduzido na forma do artigo 35.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho Fiscal poderão ser reconduzidos ou reeleitos uma única vez. O mandato será de 3 (três) anos e a posse no 1º dia útil do mês de maio.

Parágrafo 4º Não pode integrar o Conselho Fiscal, o associado que tiver cônjuge, ascendentes ou descendentes e parentes colaterais até o 3º grau, consanguíneos ou por afinidade, no Quadro de Funcionários da CABESP ou na composição da Diretoria.

Parágrafo 5º A eleição prevista neste artigo será realizada concomitantemente com a da Diretoria.

10. Assim, inquestionável que tanto os associados como o patrocinador devem se pautar pela absoluta observância do estatuto da CABESP, não podendo tomar qualquer medida que afronte este diploma maior da entidade.

11. Destarte, a indicação do Banco Santander para Conselheiro Fiscal que não preenche estes pré-requisitos, afronta diretamente o estatuto, não sendo admissível outra forma de indicação, mesmo com o aval da diretoria.

12. A fim de sustentar a possibilidade de nomeação de não associado, a Diretora Presidente argumento que dos aproximadamente 18.000 associados, apenas cerca de 125 seriam colaboradores com vínculo empregatício com o Banco Santander, porém tal argumento não possui qualquer relevância.

13. Isto porque não há qualquer previsão no Estatuto Social de que haja vínculo empregatício entre os Conselheiros Fiscais da CABESP e o Banco Santander, porém, por outro lado, há previsão expressa da necessidade de que sejam associados da CABESP, de modo que havendo dentre os 18.000 associados pessoas aptas e capacitadas a ocupar o cargo, estas que deverão o fazer.

14. Fato é que o direito de escolha e indicação pelo patrocinador possui limitações, sendo expresso no Estatuto Social da Requerida a necessidade de que o Conselho Fiscal seja composto integralmente por associados, não admitindo exceções, justamente como uma forma de assegurar a priorização dos interesses deles.

15. A argumentação utilizada de que não haveria funcionários ativos que sejam associados e estejam aptos a ocupar o cargo não prospera. Trata-se de uma tentativa do patrocinador Santander de conseguir controlar as decisões tomadas pela CABESP para colocar seus interesses como prioridade, visto que não possui controle sobre os aposentados, mas sobre seus atuais funcionários sim.

16. Por óbvio que dentre os 18.000 associados existem aqueles que, apesar de aposentados, estão aptos a ocupar o cargo, possuindo a experiência e conhecimentos necessários. E, enquanto houver associados com os requisitos necessários para ocupar os cargos, inexistente motivação para pautar esta questão, independentemente de onde residem ou outros motivos subjetivos.

17. Portanto, faz-se necessária a declaração da nulidade da nomeação da conselheira Narjara Jacqueline Boldroni, indicada pelo Banco Santander, visto que viola o

estatuto, por não atender aos requisitos exigidos para nomeação, com seu afastamento imediato e determinação de nova indicação que esteja em conformidade com a exigência de que o conselheiro seja associado há mais de dois anos.

IV- DA TUTELA INIBITÓRIA

18. Como o próprio nome deixa indicado, a referida tutela visa impedir a concretização de um ilícito provável, desde que demonstrados concretamente os requisitos da tutela de urgência (outrora denominada tutela antecipada).

19. Conforme a lição de Nelson e Rosa Nery, inteiramente aplicável:

“Destinada a impedir de forma imediata e definitiva, a violação de um direito, a ação inibitória, positiva (obrigação de fazer) ou negativa (obrigação de não fazer) [...] é preventiva e tem eficácia mandamental. [...] Seu objetivo principal é “impedir, de forma direta e principal, a violação do próprio direito material da parte. É providência judicial que veda, de forma definitiva, a prática de ato contrário aos deveres estabelecidos pela ordem jurídica, ou ainda sua continuação ou repetição. [...] O objetivo da inibitória é evitar que o ilícito ocorra, prossiga ou se repita.”¹

20. Desta forma a inibitória é aquela que admite a tutela na forma pura (antes que se tenha ocorrido o ilícito) e não apenas para impedir a continuação ou repetição do ilícito e os requisitos para sua concessão, são os mesmos da tutela provisória de urgência, quais sejam: i) a probabilidade do direito; e, ii) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

21. O primeiro requisito, a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*), restou demonstrado, através da comprovação da ilegalidade da nomeação de não associado como Conselheiro Fiscal suplente, em violação direta ao art. 54 do Estatuto, que prevê a obrigatoriedade de que todos os Conselheiros sejam associados.

¹ Nelson Nery Junior, Rosa Maria Andrade Nery. Comentários ao Código de Processo Civil. 2ª edição. 1ª tiragem. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2015.

22. Ora, as associações se regem internamente pelo disposto em seu estatuto social, sendo imperativa a observância de suas normas, mormente em procedimento de nomeação de Conselheiros.

23. Quanto ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*), segundo requisito, é nitidamente urgente a concessão de tutela inibitória para impedir que a Conselheira Narjara Jacqueline Boldroni, nomeada indevidamente, tome posse efetiva de seu cargo, podendo vir a votar em decisões que terão todas que ser posteriormente anuladas, dada a irregularidade de sua nomeação.

24. Isto porque, com a declaração da nulidade de sua nomeação como suplente do Conselho Fiscal, visto a não observância do disposto no Estatuto da CABESP, todos os atos posteriores que a envolvam também serão considerados nulos.

V- REQUERIMENTOS E PEDIDOS

25. Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) A concessão da tutela inibitória com urgência para impedir, desde já, inaudita altera pars, a posse da já nomeada Narjara Jacqueline Boldroni como Conselheira Fiscal suplente da CABESP, dada a irregularidade de sua nomeação.
- b) A citação da Requerida para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia;
- c) A intimação da Requerida para apresentar a ata assinada da última reunião, a fim de comprovar a nomeação da conselheira Narjara Jacqueline Boldroni;
- d) A procedência integral da ação para declarar a nulidade da nomeação da conselheira suplente Narjara Jacqueline Boldroni, por violar diretamente o Estatuto Social da CABESP.

TAVARES PINTO & BERGAMASCO
Sociedade de Advogados

- e) A condenação da Requerida ao pagamento das custas e honorários sucumbências a serem fixados por Vossa Excelência;
- f) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos;

Por fim, requer que todas as publicações e intimações no Diário Oficial se deem **cumulativamente** em nome de MARCOS AURÉLIO PINTO, advogado inscrito na OAB/SP nº 25.345, com endereço eletrônico marcosapinto@yahoo.com; MARCOS ALEXANDRE TAVARES PINTO, advogado inscrito na OAB/SP nº 200.878, com endereço eletrônico marcosalexandre@abesprev.com.br; VALTER ANTONIO BERGAMASCO JUNIOR, advogado inscrito na OAB/SP nº 200.938, com endereço eletrônico valterbergamasco@abesprev.com.br e MICHELLE TAVARES PINTO ZAHRA, advogada inscrita na OAB/SP nº 470.534, com endereço eletrônico michelle-zahra@hotmail.com, sob pena de nulidade de todos os atos praticados.

Atribui à causa o valor de R\$ 1000,00 para fins processuais e fiscais.

Termos em que
Pede e espera deferimento.
Franca/SP, 23 de setembro de 2024

MARCOS AURÉLIO PINTO
OAB/SP 25.345

MARCOS ALEXANDRE PINTO
OAB/SP 200.878

VALTER BERGAMASCO JUNIOR
OAB/SP nº 200.938

MICHELLE TAVARES PINTO ZAHRA
OAB/SP 470.534

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 14

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA D^a VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

TUTELA PROVISÓRIA

WAGNER CABANAL MENDES, Diretor Administrativo da CABESP, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 11.584.234-2 e inscrito no CPF/MF sob nº 022.698.068-59, residente e domiciliado na Rua Ibiraporã, nº 196, Jardim Londrina, São Paulo/SP, CEP 05638-110 e

MARIO LUIZ RAIA, Conselheiro Fiscal efetivo da CABESP, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.617.864-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.514.798-00, residente e domiciliado na Avenida Nova Independência, 786, apto 44, São Paulo/SP, CEP.: 04570-000, vêm, por seu advogado, perante Vossa Excelência, proporem a presente

“AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA”

em face da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o no. 62.231.527/0001-84, com sede na rua Boa Vista, 293, Centro, São Paulo/SP, CEP 01014-915, neste ato representada por sua diretora presidente MARIA LUCIA ETTORE DO VALLE, de qualificação ignorada, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS****1. DA AÇÃO**

O intuito da presente não é outro senão o de garantir a correta e estrita aplicação do estatuto da entidade CABESP, preservando assim a transparência da gestão e a boa prática de governança corporativa.

Tem, ainda, o fito de denunciar os desmandos de sua Diretora Presidente que vem reiteradamente descumprindo os estatutos da entidade e desta forma trazendo despesas desnecessárias à CABESP, o que será objeto de discussão em um outro momento.

Pretende, assim, suspender efeitos dos ilegais atos adotados pela Ré através de sua Diretora Presidente, que *in casu*, acatou indicação de membra do Conselho Fiscal, de forma irregular.

Será demonstrado e comprovado no capítulo de mérito que a decisão da Requerida em aceitar a indicação da Conselheira Fiscal é absurda, ilegal e fere brutalmente o estatuto da entidade que disciplina de forma clara a composição do órgão fiscalizador, patente assim, o *fumus boni iuris*

Já, no capítulo de *periculum in mora*, será comprovado pelo fato de que a manutenção da Conselheira Fiscal poderá trazer decisões do Conselho Fiscal que poderão futuramente serem anuladas ou discutidas judicialmente ferindo toda a entidade que poderá ser responsabilizada por determinações, aprovações ou rejeições de atos administrativos sujeitos a fiscalização externa dos órgãos regulamentadores, tais como a ANS.

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS****2. DA CABESP**

Para se entender a magnitude do que é a CABESP, cabe esclarecer que a referida Caixa foi fundada em 27.06.1968 com a missão de prestar assistência à saúde aos funcionários do antigo Banespa (atual Santander) e seus dependentes.

Ela possui em seus quadros de associados mais de 18.000 (dezoito mil) pessoas, sendo estas, Funcionários do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas empresas do Conglomerado, originários do Banco do Estado de São Paulo, S.A. e demais empresas do conglomerado Banespa, admitidos até 20/11/2000.

Sua composição se deve ao fato de que a CABEP, uma das maiores empresas de **autogestão** de saúde do País foi fundada pelos funcionários há quase 60 (sessenta) anos, com a missão de prestar assistência à saúde dos funcionários do Banespa e seus dependentes – atualmente na sua maioria aposentados.

Assim, suas receitas são provenientes de percentual dos seus associados e parte do patrocinador Santander que assumiu o Banespa, totalizando um patrimônio bilionário que é gerido pela diretoria da Cabesp, sendo que parte dos órgãos de administração e fiscalização é eleito pelos associados e parte indicado pelo banco patrocinador, conforme regras estatutárias, tudo para que se possa manter a gestão regulada pelos envolvidos de forma mais transparente possível.

Tais regras estatutárias serão demonstradas na sequência desta peça exordial, todavia, cabe antes, demonstrar quem são os autores da ação em tela.

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS****3. DOS AUTORES DA AÇÃO**

Tamanha as arbitrariedades da Diretora Presidente da CABESP que dois membros da administração e fiscalização da entidade foram obrigados a procurar a tutela jurisdicional para se respeitar os ditames legais, a saber:

a)-WAGNER CABANAL MENDES, Diretor Administrativo da CABESP, este que já foi uma das vítimas da Diretora Presidente, pois o mesmo apoiado pelos trabalhadores se inscreveu no processo eleitoral para Diretor Administrativo e a Diretora Presidente em ato de império simplesmente passou por cima da Comissão Eleitoral estatutária e o excluiu do pleito. Assim, teve que recorrer ao Judiciário que determinou sua reinclusão ao processo eleitoral (processo transitado em julgado), sendo que teve expressiva votação, sendo eleito o Diretor Administrativo da CABESP, conforme se verifica abaixo.

b)- MARIO LUIZ RAIA, Conselheiro Fiscal efetivo da CABESP, igualmente indicado pelos trabalhadores, também eleito como efetivo sendo o segundo mais votado, que convive no Conselho com as interferências da mesma.

As **Eleições Estatutárias** referentes ao triênio 2023/2026 foram concluídas:

O processo de votação ocorreu de forma virtual, realizada por meio da área logada, para associados elegíveis no portal CABESP e escolheu por maioria 1 (um) **Diretor Administrativo**, 1 (um) **Diretor Financeiro** e 2 (dois) **Conselheiros Fiscais**.

Por maioria de votos foi eleito para o cargo de **Diretor Administrativo**:

- **Wagner Cabanal Mendes – 7.068 votos**
- Wilson Alves Costa – 695 votos
- Branco – 35 votos
- Nulo – 30 votos

Por maioria de votos foram eleitos Julio Higashino e **Mario Luiz Raia** para **Conselheiros Fiscais Efetivos** e Mariangela Lomanto e Dorival Jesuino Faustino para Conselheiros Fiscais Suplentes.

- Julio Higashino – 3.612 votos
- **Mario Luiz Raia – 1.721 votos**



ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

4. DA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE FUNCIONAMENTO

Importante ainda, ressaltar como são formados os órgãos de funcionamento da CABESP, disciplinados no qual demonstraremos para facilitar o entendimento:

São 3 órgãos:

Art. 26. São órgãos de funcionamento da CABESP:

I - a Assembleia Geral;

II - a Diretoria;

III - o Conselho Fiscal;

Como de praxe, a Assembleia Geral é o órgão supremo e diga-se que qualquer alteração estatutária deve ser aprovada por ela:

Da Assembleia Geral

Art. 27. A Assembleia Geral, órgão supremo da CABESP, é a reunião dos associados convocada e instalada na forma deste Estatuto, a fim de deliberar sobre matéria de interesse social.

Parágrafo único - A Assembleia Geral é ordinária ou extraordinária.

Art. 28. Compete, privativamente, à Assembleia Geral:

I - eleger e destituir os membros da Diretoria e do conselho fiscal cuja nomeação não for da livre escolha do Banco Santander (Brasil)S.A., ressalvado o disposto no parágrafo 2º do artigo 65;

II - tomar anualmente, as contas da Diretoria e deliberar sobre o balanço e a conta de resultados por ela apresentados;

III- alterar o Estatuto e decidir sobre os casos nele omissos, observando o disposto no artigo 37 e respectivos parágrafos;

IV- deliberar sobre a dissolução da CABESP;

V - referendar resoluções da Diretoria da CABESP, atinentes aos regulamentos previstos neste Estatuto.



ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Por sua vez, a Diretoria sendo que a Presidente e o Diretor de Operações são indicados pela patrocinadora e os Diretores Financeiro e Administrativo são eleitos pelos associados:

Art. 39. A CABESP será administrada por uma Diretoria composta de 04 (quatro) membros, com os cargos de:

- I - Diretor Presidente; indicado pela patrocinadora principal;
- II - Diretor de Operações; indicado pela patrocinadora principal;
- III - Diretor Financeiro; eleito pelos associados;
- IV - Diretor Administrativo, eleito pelos associados.

E por fim, o Conselho Fiscal, sendo em suma dos 5 efetivos, 2 são indicados pela patrocinadora e 3 são eleitos pelos associados, sendo que todos tem um respectivo suplente que seguem as mesmas regras:

Do Conselho Fiscal

Art. 54. A CABESP terá um Conselho Fiscal composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, sendo que **todos deverão ser associados no mínimo há dois anos. (grifamos)**

Parágrafo 1º Dois conselheiros e respectivos suplentes serão designados pelo Banco Santander (Brasil) S.A., com mandato de 03 (três) anos, mas demissíveis “ad nutum”, sendo que um deles deverá ser associado aposentado.

Parágrafo 2º Os três outros conselheiros e seus respectivos suplentes serão escolhidos através de eleição.

I - Um deles e seu respectivo suplente serão aposentados do Banco e escolhidos dentre os associados da AFABESP, ficando o processo eletivo a cargo dessa associação;

II - Serão efetivos os dois mais votados, e os dois subseqüentes, respectivamente, 1º e 2º suplentes;

III - O processo eleitoral será conduzido na forma do artigo 35.

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS****5. DOS FATOS**

Pois bem!

Uma vez apresentada as partes do processo, bem como, os Órgãos de administração e a forma de sua composição, os Autores procuram a tutela jurisdicional pois novamente a Diretora Presidente, de forma autoritária e pouco transparente fere de morte o Estatuto da entidade conforme verificamos a seguir:

Em Reunião Ordinária de Diretoria – Ata 2563 (anexa cópia), de forma surpreendente a Diretora Presidente informou que o Patrocinador Santander indicou a Sra. Narjara Jacqueline Boldorini para ocupar a posição de membro suplente do Conselho Fiscal.

Todavia, os Diretores Financeiro e Administrativo foram contrários a aceitação da indicação, pois a referida indicada não cumpre os requisitos necessários para ser Conselheira Fiscal, uma vez que a mesma **NÃO É ASSOCIADA da CABESP**, tendo em vista que a mesma sequer é oriunda do Banespa.

Art. 54. A CABESP terá um Conselho Fiscal composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, **sendo que todos deverão ser associados no mínimo há dois anos.**

Foi alegado pela Presidente que poucas pessoas têm os requisitos, motivo pelo qual houve a indicação de pessoa não associada, todavia, o Diretor Administrativo refutou tal alegação alegando que a CABESP tem mais de 18.000 associados que com certeza muitos tem condições plenas de exercer o cargo de Conselheiro.

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

Insiste na reunião a Diretora Presidente que é razoável flexibilizar a regra estatutária, todavia, é imperioso dizer que, conforme estatuto, qualquer alteração do referido diploma compete privativamente à Assembleia Geral, in verbis:

Art. 28. Compete, privativamente, à Assembleia Geral:

III- alterar o Estatuto e decidir sobre os casos nele omissos, observando o disposto no artigo 37 e respectivos parágrafos;

Diante do impasse e a insurgência dos Diretores eleitos, a Presidente colocou em votação havendo o empate, pois dois votos são dos dois diretores indicados pelo Banco e dois votos são dos diretores eleitos pelos associados, assim, a Presidente com um voto de minerva forçou a aprovação da indicação, ainda que irregular. Lembrando que todos os votos favoráveis são dos diretores indicados pelo patrocinador, este que indicou a conselheira irregular.

Importante dizer que na reunião que antecedeu a reunião acima citada, foi ventilada tal indicação e os Diretores eleitos levaram esta questão às associações e entidades sindicais de representação dos associados e trabalhadores, a saber, AFUBESP; AFABESP; ABESPREV; SEEB E CONTRAF, que igualmente não concordaram com a indicação e ato contínuo, notificaram a Diretora Presidente ressaltando a irregularidade da aceitação da indicação e refutando qualquer indicação fora dos moldes estatutários. (anexo)

Ainda, após a forçada aprovação da diretoria, as mesmas entidades notificaram o Coordenador do Conselho Fiscal da CABESP – Sr. Claudanir Reggiani, denunciando a irregularidade àquele Conselho e requerendo que fosse feita uma reunião extraordinária para analisarem a indicação. (anexo)



ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Assim, após houve a reunião do Conselho Fiscal no qual o Coordenador indicou para secretariar, o Conselheiro – Sr. Djalma Emidio Botelho, sendo que nesta ocasião, compareceu em vídeo a indicada irregular – Sra. Narjara, ocasião em que foi pedido para que ela se retirasse da reunião, assim, a mesma se negou a se retirar e conturbou a reunião, sendo que além da confusão, houve alguns problemas técnicos pois a reunião foi híbrida, (modificado o formato um dia antes pela diretoria) ato contínuo, foi lavrada a presente ata da reunião e enviada aos demais conselheiros e à diretoria.

Como se não bastasse os desmandos da diretoria, a Diretora Presidente NÃO RECONHECEU A ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL e LAVROU UMA OUTRA ATA À REVELIA DO COORDENADOR E DEMAIS CONSELHEIROS FISCAIS ELEITOS, em total desacordo com os trâmites legais. (Diretoria não pode cometer atos de ingerência sobre o Conselho Fiscal)

Ainda, os Conselheiros Fiscais indicados pelo Banco, inclusive a indicada irregularmente, notificaram os Conselheiros Fiscais eleitos alegando que não reconhecem aquela ata, o que demonstra total absurdo. Bem como, ato combinado com a referida Diretoria (anexo)

Desta forma, totalmente arbitrária a atitude da Presidente da CABESP que age de forma agressiva e ao largo dos interesses dos associados!

É público e notório que tais atos seguem uma estratégia do Banco Santander através de seus comandados de excluir qualquer possibilidade dos associados ora trabalhadores terem algum poder de administração ou gerência sobre a CABESP, mesmo sendo uma entidade criada pelos mesmos para autogerir

**ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

saúde dos mesmos, seguindo os passos da estratégia que adotou com a entidade de previdência privada que fizeram o mesmo.

Desta forma, diante da perplexidade dos atos cometidos pela CABESP, não restou outra alternativa, senão da propositura da presente demanda.

Assim, presentes os requisitos necessários para o deferimento da liminar, quais sejam, o “*fumus boni juris*” e o “*periculum in mora*”, como a seguir articulados.

6- ‘fumus boni juris’

A fumaça do bom direito repousa no fato de que conforme se verifica nos fatos e documentos juntados, é patente que a Diretoria da CABESP não está respeitando o estatuto e aceitou como está reconhecendo a indicada pelo banco como Conselheira Fiscal, sem propor qualquer alteração estatutária à Assembleia Geral, o que levará a entidade a dificuldades e problemas de gestão, além de eventuais prejuízos à entidade.

Ainda, a referida “Conselheira” indicada, não oriunda do antigo Banespa e conseqüentemente não é associada da CABESP, é indicada apenas com a missão de atender os interesses do Santander, não tendo desta forma, qualquer interesse na autogestão de forma a proteger os interesses dos associados tanto no atendimento médico quanto no patrimônio da entidade, e se tal indicação for reconhecida, será usada para indicar outros conselheiros e diretores sem os devidos requisitos estatutários, o que é temerário.



ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Desta forma, constata-se a plausibilidade da prestação jurisdicional.

7.- ‘periculum in mora’

Já, o “*periculum in mora*” consiste no perigo da demora em conferir a tutela jurisdicional pretendida pelos autores, o que poderá trazer danos irreversíveis, caso não seja conferido de imediato o impedimento da posse da indicação irregular pelo Banco.

É inegável que a manutenção da atual situação resultará em sérios prejuízos aos associados, pois já na reunião do Conselho demonstrou que será em breve ativada como efetiva e que tentará ser mais um voto favorável aos interesses do banco patrocinador, em prejuízo aos milhares de associados que, estes sim, tem os requisitos para serem Conselheiros.

A respeito, trazemos alguns arestos jurisprudenciais:

“...o processo cautelar tem, por finalidade **OBTER SEGURANÇA QUE TORNE ÚTIL E POSSÍVEL A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DE CONHECIMENTO DE EXECUÇÃO....**” (RTFR 133/105) – (*destacamos*)

“... A finalidade da medida cautelar é **GARANTIR A UTILIDADE E A EFICÁCIA DA FUTURA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL.** No particular, o juiz deve atuar com parcela de discricionariedade, cujo limite é o requisito da necessidade...” (TRF – 5ª turma, Ag 59.748-CE) – (*destacamos*)



ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

8. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência se digne:

a – Conceder tutela provisória antecipada *inaudita altera pars* para determinar a não inclusão do nome da indicada pelo Banco – Sra. Narjara Jacqueline Boldroni como Conselheira Fiscal suplente da CABESP, atos que se formalizará com o registro em cartório da posse, até decisão final;

b – ainda, e de forma sucessiva, caso entenda este MM. Juízo que a mesma não traga prejuízos como suplente, seja, a mesma impedida de assumir como Conselheira Fiscal efetiva, pois conforme se verificou na reunião anterior, a mesma conturbou o Conselho, o que poderá trazer prejuízos de governança à entidade;

c- a intimação em caráter de urgência da tutela eventualmente concedida no endereço da requerida;

d – Por fim, seja a ação no mérito, julgada totalmente procedente para declarar a nulidade da nomeação de Conselheira Fiscal Sra. Narjara Jacqueline Boldroni, por não possuir os requisitos mínimos essenciais para assumir o cargo conforme as regras estatutárias, confirmando assim a tutela de urgência.

e – a condenação da requerida em honorários de sucumbência e custas processuais;



ARMELLINI & SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Requer ainda:

- a citação da Requerida por meio de seu representante legal, no endereço descrito no início da peça presente, bem como, protesta provar o quanto alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, em especial pela juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, depoimento pessoal dos requeridos, que desde já requer;
- tendo em vista que nos autos há atas de órgãos de administração, que o processo prossiga em **SEGREDO DE JUSTIÇA**;
- seja oficiada a ANS – Agência Nacional de Saúde para ter ciência dos atos da diretoria da entidade;
- por fim, que todas as publicações e intimações sejam expedidas em nome do ora subscritor sob pena de nulidade dos atos praticados.

Dá-se a causa o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 11 de outubro de 2024.

ANSELMO ANTONIO DA SILVA

OAB/SP 130.706

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 15

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

Curitiba | São Paulo | Rio de Janeiro | Brasília
Ponta Grossa | Porto Alegre | Recife

www.wambier.com.br

Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 45ª Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo – Estado de São Paulo.

REF.: DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA AOS AUTOS Nº 1153742-82.2024.8.26.0100

NARJARA JACQUELINE BOLDORINI, brasileira, solteira, matemática e atuária, portadora do RG 29.708.920-1, inscrita no CPF/MF sob o n. 288.473.788-00, com endereço na Av. Martin Luther King, 2586, apt. 77, Cidade São Francisco, São Paulo/SP, CEP 05352-020 e **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 90.400.888/0001-42, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235 - Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, por intermédio de seus advogados ao final assinados, com escritório situado na Rua Mariano Torres 729, 11º Andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-120, vem, perante Vossa Excelência, propor

***AÇÃO SOB O RITO COMUM DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER
CUMULADA COM PEDIDO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E EXISTENCIAIS,
COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.***

em face de **CLAUDANIR REGGIANI**, inscrito no CPF/MF sob o n. 005.009.419-04, Conselheiro efetivo eleito e Coordenador do Conselho Fiscal da CABESP, residente e domiciliado na Rua Santa Clara, 437, Bairro AHU, Curitiba/PR, CEP 82200-380; **DJALMA EMIDIO BOTELHO**, inscrito no CPF sob o n. 052.166.568-04, Conselheiro suplente da CABESP, residente e domiciliado na Rua Desembargador Vieira Cavalcanti, 36 – casa, São Francisco, Curitiba/PR, CEP 80510-090; **JÚLIO HIGASHINO**, inscrito no CPF/MF sob o n. 042.719.558-68, Conselheiro fiscal efetivo eleito da CABESP, residente e domiciliado na Rua Zalina Rolin, nº 305, São Paulo/SP, CEP 02202-010; e **MÁRIO LUIZ RAIA**, inscrito no CPF/MF sob o n. 063.514.798-00, Conselheiro fiscal efetivo eleito da CABESP, residente e domiciliado na Avenida Nova Independência, 786, apto 44, São Paulo/SP, CEP 04570-001, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

1. Dos fatos.

A Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, conforme o Estatuto em anexo, é uma Associação, constituída na forma da legislação em vigor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por sede e foro Rua Boa Vista, 293, Centro, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, instituída pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., empresa incorporada pelo Banco Santander (Brasil) S.A, patrocinador principal e segundo autor da presente ação.

Na condição de patrocinador, o segundo autor indicou a Sra. Narjara Jacqueline Boldorini como conselheira suplente da CABESP, conforme termo de indicação em anexo, sendo certo que a indicação foi acolhida pela Diretoria da entidade, conforme ata registrada e igualmente ora colacionada.

Ocorre que os Conselheiros Fiscais eleitos da CABESP, na reunião ordinária em que a Sra. Narjara participaria pela primeira vez, como suplente sem direito a voto, a impediram de se manifestar e cometeram uma série de ilícitos.

Com efeito, a palavra da primeira autora foi por diversas vezes cassada e houve conduta agressiva e humilhante por parte dos réus, como se passará a demonstrar, o que não merece subsistir. Da ata notarial em anexo, extraem-se os seguintes trechos:

“Reggiani: Vamos continuar, por favor. Eu gostaria de terminar. Este conselho, os efetivos indicados, nós não reconhecemos a Narjara como conselheira fiscal. Indicada e aprovada totalmente afrontando o estatuto, conforme já amplamente colocado na reunião extraordinária que nós fizemos, então, nós não reconhecemos ela como conselheira e pedimos que ela se ausente também. Ela está indevidamente presente nesta reunião, mesmo que, mesmo que online, se é que ela está online, ou não é ela que está atrás daquele nome. Então nós não reconhecemos e pedimos também que ela se ausente.

/.../

Mário: Eu também vou na mesma linha pra falar dessa questão da conselheira, né? Eu até brinquei e chamei de conselheira biônica, mas. - Narjara: O senhor tá me vendo? Eu não sou biônica não. O senhor está me vendo, né? - Mário: Estou, estou vendo, mas biônica tem outro sentido. - Narjara: Então está bom. - Mário: Isso biônica tem outro sentido. Não é não a ver. Registrar que. - Narjara: Qual o sentido? Não entendi. Qual é o sentido? - Mário: Você está me interrompendo Narjara. Você está me interrompendo, eu não te dei a palavra. -

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

Narjara: É que eu não entendi a fala do senhor. Pode detalhar, por favor? - Reggiani: Olha a ordem, por favor. - Mário: Eu não te dei a palavra

/.../

Reggiani: A Narjara não tem a palavra porque não é reconhecida como conselheira efetiva e legal, então não tem a palavra. Por favor, o Milton

/.../

- Cláudia: Inadequada e irregular qualquer decisão deste colegiado. - Mariangela: Só um minutinho. - Reggiani: Calma, aqui é tudo manual. - Djalma: Qualquer decisão. - Cláudia: deste colegiado sobre a posse de qualquer membro deste conselho fiscal, uma vez que a indicação do patrocinador foi deliberada e aceita pela diretoria. Ressalvo que os membros eleitos desconsideram, por completo, todo o relevante contexto fático e as justificativas jurídicas contidas nas atas da diretoria e no parecer jurídico da Cabesp, os quais apontam que a prerrogativa da indicação da vaga em discussão é do patrocinador. Que a posse é ato da diretoria. E que a indicação da suplente foi baseada em critérios técnicos. Por isso, entendo que as manifestações apresentadas até o momento são de cunho político e não técnico ou jurídico, não havendo um argumento apresentado que demonstre quais seriam, afinal, os prejuízos aos associados e à Cabesp. - Djalma: Ok Cláudia. Muito obrigado. Reggiani, Cláudia já terminou.

/.../

Milton: Eu falo e depois eu reproduzo como a Cláudia fez aqui. Fica talvez mais fácil. Eu queria que registrasse as boas-vindas que eu e a Cláudia fizemos aqui no início das falas. E eu soletro devagarzinho. Enfim, a gente registra. E em relação à questão da Narjara, eu ratifico aqui a fala da Cláudia. E ainda comento que impedir a participação da conselheira suplente, Sra. Narjara Boldorini, nesta reunião ordinária, usurpa a competência da Diretoria e caracteriza atos de exercício arbitrário das próprias razões, o que é vedado pela legislação. Ademais, toda e qualquer decisão do conselho fiscal tem caráter opinativo e não decisório, não podendo sobrepor aos atos da diretoria. Querem registrar a fala das boas-vindas? Posso falar devagarzinho?

/.../

Narjara: Espera aí. Eu estou aqui na fila para falar. Levantei a mãozinha aqui e eu sou a próxima, não? - Reggiani: Narjara você não vai falar. Você não está aceita, presença. Por favor. - Narjara: Não tenho como não falar. Se referiram a mim e eu estou na reunião. Eu vou falar. Eu entendo que eu sou suplente, que não tenho voto, mas eu tenho que falar. A pessoa se referiu a mim, é irônica, a gente está aqui para uma discussão técnica e a pessoa fala contra mim. Eu posso entrar com medidas judiciais. Isso tá errado. - Mário: Vai ficar registrado na ata. - Djalma: Chama o técnico.- Narjara: Posso falar? - Mário: A sua manifestação estará registrada na ata. - Djalma: Peça para assistente vir. - Narjara: Posso continuar a minha fala? - Mário: Bom, como eu estava dizendo, eu quero só reafirmar um pouco mais aquilo que eu comentei no início. - Narjara: Não, mas, pera aí, eu estava falando. Eu não tive que parar? - Mário: Você está me atrapalhando Narjara. Você está me atrapalhando. - Narjara: Eu parei, eu levantei a minha mãozinha e agora tenho o direito de falar. - Reggiani: Não tem direito mesmo. a Sra. - Narjara: Tenho, tenho direito sim. - Mário: Direito de participar. - Narjara: Tenho direito sim, então, tenho direito aqui. Eu sei que não posso votar quando, então, tem a votação eu não tenho direito, mas eu tenho direito de falar. - Reggiani: Por mais capaz que a senhora seja. não é essa questão. - Narjara: Os

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

outros suplentes não participam e não tem o direito de falar? Então, eu também tenho o direito de falar. - Reggiani: A Sra. Não está participando. A Sra está indevida? Neste ambiente.- Narjara: Tenho sim. Eu fui eleita, fui indicada pelo patrocinador. Eu só saio se o patrocinador ou a diretoria se manifestarem contrariamente. Enquanto isso, se os outros suplentes podem participar, eu também posso. Então, é o seguinte. Isso é uma coisa. - Mário: Pronto, coloquei no mudo... Ela está muda. - Mariangela: Não gente, isso aí.- Narjara: Quem mutou meu microfone? Eu estou na minha fala. Eu estou na minha fala, que é isso gente? - Julio: Não tem direito. - Narjara: Onde a gente está que não se pode falar? Não é uma democracia? E de novo me mutaram? Quem que está fazendo isso? Que absurdo é esse que a gente não pode falar? Eu segui uma ordem. - Cláudia: Desculpa, isso é uma falta de respeito, é um falta de respeito ela não pode poder falar. - Narjara: Que é isso gente! A gente não começou a reunião falando de respeito? Sobre harmonia? - Cláudia: Ela tem todo o direito, ela tem todo o direito. - Narjara: Que falta de respeito é essa? - Reggiani: Nós não reconhecemos ela. - Cláudia: Desculpa, eu quero que deixem registrado. - Mariangela: Espera um pouquinho, por favor Narjara. Vocês não reconhecem, mas pera ai, deixa eu entender. O patrocinador indicou, a diretoria referendou e aqui não é opinativo? Não foi isso que foi falado? Eu como suplente vou participar da reunião, exceto se o patrocinador ou a diretoria se manifestarem contrariamente. - Djalma: Narjara, você não está presente na reunião, você não foi aceita. - Narjara: Eu estou sim. Está sendo gravado e eu estou - Djalma: Por gentileza. - Narjara: Não. Não. Senhor, eu estou aqui e eu fui ofendida, fui ofendida, e não tiver retratação sobre isso eu vou entrar com as medidas judiciais cabíveis. Isso é um absurdo.- Mário: Entre, entre. - Narjara: É um absurdo o que vocês estão fazendo. - Milton: senhores, eu gostaria que registrasse a fala da Narjara, gente, seja controversa, mas tem que se registrar. - Mário: ela não está na reunião, Milton. - Narjara: Estou. - Cláudia: Ela está sim. Quem disse que ela não tá? Quem disse que ela não tá? Ela está presente. Não tem como ela não estar. - Narjara: Espero que tenham registrado tudo isso aqui porque foi um absurdo, uma falta de respeito. Isso tem que constar na ata. Porque não é possível que um órgão de governança de uma entidade do porte da Cabesp tenha esse tipo de comportamento. -

/.../

Reggiani: Julio com a palavra e vamos dar como encerrada. - /.../ - Julio: Eu quero acrescentar que o Plano Cabesp foi fundado, que o Plano Cabesp foi fundado pelos funcionários do Banco do Estado de São Paulo, patrocinada, a Cabesp patrocinada pelo Banespa. Ele é um plano contributivo pelos associados e, também, pelo patrocinador. E admitir que pessoas estranhas e não contributivas perde totalmente o objetivo para o qual foi criada a Cabesp. Gostaria que registrasse porque além de, é um plano contributivo, se não se tiver, você admitiria qualquer pessoa que passa na rua, desde que seja formada, é um absurdo. O princípio. - Narjara: Acha mesmo qualquer pessoa que passou pela a rua Sr. Julio. É serio? /.../ - Mario: Não. Eu só queria repetir. A Cláudia leu o texto e disse que ali havia sido feita uma ofensa. Eu queria saber. - Julio: A honra. - Mario: A honra? - Narjara: Ele pode repetir qual foi a ofensa que ele fez a mim. - Cláudia: Sim. - Reggiani: Você Narjara nós não escutamos. - Cláudia: sim, a ofensa. - Narjara: Eu posso até falar mais alto, Sr. Julio, Reggiani. - Cláudia: A ofensa foi dizer que pega qualquer pessoa na rua. Essa é uma das ofensas. Foi isso que foi dito aqui. - Djalma: De onde você tirou isso?

/.../

Narjara: Biônica, não sei de onde tirou biônica? Eu queria entender. Eu fiquei bastante confusa com esta parte. - Reggiani: Nós não estamos te escutando Narjara. Você está

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

ausente para nós. - Narjara: Eu acho que os demais devem estar. Mas, tá gravado, depois dá pra ouvir. Depois a gente consegue rever e ouvir tudo de novo. - Reggiani: Cláudia seja mais específica. - Djalma: de onde ela tirou isso? - Reggiani: De onde você tirou essa asneira? - Cláudia: Sr. Julio. - Mário: Quem disse que pegava na rua, Cláudia? - Narjara: Deve ter sido uma asneira mesmo para falar esse tipo de coisa. - Cláudia: Sr. Julio falou isso e foi falado de biônica. - Mário: Nós queremos a gravação desta reunião, nós queremos a gravação desta reunião. - Cláudia: Pode pedir. - Narjara: Nisso a gente está concordando plenamente. - Cláudia: Queremos também. - Reggiani: Consideramos encerrada a reunião. A ata será redigida agora, apresentada aos presentes para a aprovação e encaminhada cópia aos demais conselheiros. - Milton: Sr. Reggiani, Sr Reggiani. - Reggiani: Está encerrada a reunião.- Milton: Sr. Reggiani. - Narjara: Derrubaram a gente. - Milton: Derrubaram a gente. - Narjara: E tá gravando né? E ainda tá gravando aqui. Uma hora e seis. Tá gravando ainda. A gente vai ficar aqui e espera. É um desrespeito.” (Destaques acrescidos)

Assim, dos trechos em destaque verifica-se que todos os réus desconsideraram a presença da primeira autora, com profunda falta de cortesia e educação, insistentemente impedindo-a de se manifestar e a todo momento mencionando que ela “*não estava ali*”.

O réu Claudanir Reggiani chegou ao cúmulo de tentar cortar o microfone da primeira autora e de dizer que ela estaria falando uma “*asneira*”, verificando-se ainda que a integridade e capacidade profissional da primeira autora foi desmerecida ao compará-la “*com qualquer pessoa que passa na rua*” (réu Júlio) e alcunha-la de forma debochada de “*conselheira biônica*” (réu Mario).

Os atos revelam a profunda falta de empatia e porque não dizer misoginia com uma profissional qualificada que foi indicada pelo segundo autor e devidamente aprovada pela Diretoria da própria CABESP, tendo comparecido à reunião ordinária do Conselho Fiscal pela primeira vez para se apresentar, ainda que não pudesse votar, dada sua condição de suplente.

A recusa dos conselheiros em aceitar a mera presença e fala da primeira autora na reunião do Conselho Fiscal da CABESP, como sempre ocorreu e ocorre com os demais conselheiros suplentes eleitos, também viola os direitos do Banco segundo autor, que a indicou à função, razão pela qual ambos os autores pretendem obter a condenação dos réus a se absterem de novos episódios de intolerância, inclusive com a concessão de tutela provisória nesse sentido, sob pena de multa.

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

A agressiva conduta dos réus revela uma prática francamente intimidatória, que causa prejuízos aos autores (à primeira autora, em sua esfera pessoal, profissional e existencial, e ao segundo autor, tolhido de se fazer representar por sua indicada, indicada de forma justificada e aprovada pela Diretoria em judiciosa deliberação).

Ressalte-se que a conduta dos réus é injustificável sob todos os aspectos, violando inclusive o Código de Conduta Ética da CABESP, em anexo, pouco importando que exista ação tramitando em apenso pela qual a Associação de Defesa de Direitos Previdenciários dos Banespianos - ABESPREV questiona a indicação da primeira autora como conselheira, uma vez que nela não foi concedida qualquer liminar quanto à indicação e posse da primeira autora e não é possível admitir que os réus exercitem, de modo arbitrário, as razões que julgam possuir, pretendendo se sobrepor ao Poder Judiciário.

2. DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER.

Tratando-se de conduta ilícita dos réus, que inclusive acarretou em danos morais e existenciais à primeira autora, como será adiante minudenciado, requerem os autores que os réus se abstenham, sob pena de multa, de impedir a participação da primeira autora nas ulteriores reuniões do conselho fiscal da CABESP, a começar pela próxima, marcada para o dia 30.10.2024 (conforme agendamento em anexo), uma vez que a indicação do Banco segundo autor foi devidamente aprovada em reunião da Diretoria da CABESP, conforme a ata devidamente registrada que segue em anexo, e não é lícito aos réus, ainda que exista ação em apenso discutindo a indicação e posse da primeira autora, o exercício arbitrário das próprias razões.

Reitere-se que o banco segundo autor é o patrocinador da CABESP e possui o direito de indicar membros ao Conselho Fiscal, o que foi feito de forma justificada e aprovado em judiciosa deliberação da Diretoria da CABESP, com o auxílio de parecer jurídico interno da própria CABESP, não sendo aceitável que os conselheiros réus, de um colegiado que não possui funções deliberativas ou diretivas, possa se opor de forma agressiva contra os legítimos interesses do Banco segundo autor, e ainda humilhando a primeira autora de forma pessoal e profissional, como será adiante sustentado.

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

3. DOS DANOS MORAIS E EXISTENCIAIS SOFRIDOS PELA PRIMEIRA AUTORA E PRATICADOS PELOS RÉUS.

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, V, indenização por dano moral, especificando no mesmo artigo, inciso X, que são invioláveis a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.

O Código Civil, por seu turno, também alude ao dano moral ao definir o ato ilícito em seu art. 186: Aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Trata-se, na lição de Humberto Theodoro Junior, do *“dever legal amplo de não lesar a que corresponde a obrigação de indenizar, configurável sempre que, de um comportamento contrário àquele dever de indenidade, surta algum prejuízo injusto para outrem, seja material seja moral”*.¹

E morais são, em síntese, prejuízos de natureza não econômica, que *“se traduzem em turnações de ânimo, em reações desagradáveis, desconfortáveis, ou constrangedoras, ou outras desse nível, produzidas na esfera do lesado.”*²

Conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, para se configurar a lesão não é necessária a existência de alguma reação psíquica, uma vez que *“o dano moral não pode ser visto tão somente como de ordem puramente psíquica – dependente das reações emocionais da vítima –, porquanto, na atual ordem jurídica-constitucional, a dignidade é fundamento central dos direitos humanos, devendo ser protegida e, quando violada, sujeita à devida reparação”*.³

As lamentáveis atitudes dos réus trouxeram intenso sofrimento e humilhação à primeira autora, mulher e profissional respeitada, formada em Matemática pela USP, em Ciências Atuariais pela PUC, com MBA em gestão empresarial pela FGV e mais de 25 anos de carreira, configurando danos morais indenizáveis.

¹ THEODORO Jr. Humberto. Dano Moral. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

² BITTAR, Carlos Alberto. Reparação civil por danos morais. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, n. 5. P. 31.

³ STJ, 1ª T, REsp 910.794/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, ac. 21.10.2008, DJe 04.12.2008.

WAMBIER

YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO

ADVOGADOS

Com efeito, é inaceitável que os réus, que deveriam primar pelo respeito profissional e pessoal, acima de qualquer questão que possam discutir perante o Poder Judiciário, se dirijam à primeira autora utilizando termos como “*conselheira biônica*”, acusando-a de proferir “*asneiras*”, cassando-lhe a palavra (que é e sempre foi garantida a todos os demais conselheiros suplentes) e insistentemente mencionando que ela “*não estaria ali*”, tratando-a com deboche e desdém.

Tais atos causaram e vem causando intenso sofrimento psíquico à primeira autora, que jamais se viu em situação semelhante, constituindo motivo para tutela inibitória que será requerida adiante e para a compensação por danos morais.

Por outro lado, muito se discute na mais moderna doutrina a existência de um dano existencial, autônomo em relação aos danos morais, uma vez que “*enquanto os danos morais propriamente ditos dizem respeito à questão subjetiva do sofrimento psicológico de monta, o dano existencial se reporta a aspecto objetivo, pertinente ao cerceamento da liberdade do indivíduo de exercitar atividade relevante à sua satisfação pessoal como ser-no-mundo-com-os-outros.*”⁴

Conforme leciona Teresa Ancona Lopes, o dano existencial constituiria uma lesão que “*compromete as várias atividades através das quais a pessoa atua para plena realização na esfera individual. Seus efeitos comprometem as realizações do interesse da pessoa quotidianamente nas várias áreas de sua atuação, comprometendo sua qualidade de vida*”⁵.

Assim, a primeira autora sofreu danos não apenas morais, mas também existenciais, uma vez que foi objetivamente cerceada em sua liberdade individual, em sua atuação profissional que faz parte de seu projeto de vida, enquanto conselheira suplente do Conselho Fiscal da CABESP, legitimamente indicada pelo segundo autor e aprovada pela Diretoria da CABESP.

⁴ FROTA, Hidemberg Alves da; BIÃO, Fernanda Leite. O dano ao projeto de vida: uma leitura à luz do humanismo existencial. Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 16, página 38, 2010.

⁵ LOPES, Teresa Ancona. Dano existencial. Revista de Direito Privado, São Paulo, n. 57, p. 291, jan.-mar. 2014

WAMBIER
YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO
ADVOGADOS

Como se já não bastassem os danos e prejuízos já experimentados, a primeira autora, ainda teme por suas próximas participações em reuniões do Conselho Fiscal da CABESP, razão pela qual requer a tutela provisória que será adiante explicitada.

Em relação à quantificação dos danos morais e existenciais sofridos pela primeira autora em função das condutas dos réus, requer-se indenização de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), inclusive como caráter pedagógico, a fim de cessem quaisquer atitudes semelhantes para com a primeira autora.

4. DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA QUANTO À OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER.

Considerando a comprovação dos atos ilícitos praticados pelos réus na primeira reunião do Conselho Fiscal da CABESP a que compareceu a primeira autora, na condição de conselheira suplente, os autores requerem a concessão de tutela provisória, no sentido de garantir a presença da primeira autora nas próximas reuniões do Conselho Fiscal da CABESP, seja por vídeoconferência, seja presencialmente, em igualdade de condições e de tratamento com os demais conselheiros suplentes do Colegiado, podendo se manifestar sem que seja cassada sua palavra, ainda que não possa votar, na condição de suplente.

Presentes os requisitos para a concessão liminar da tutela provisória de urgência ora requerida, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo da demora.

Com efeito, existem elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado, uma vez que há ata notarial comprovando o caos gerado pelos réus na primeira reunião do Conselho Fiscal a que compareceu a primeira autora, bem como os ilícitos praticados pelos mesmos ao cassar a palavra da primeira autora e tratá-la com falta de civilidade e decoro, abalando a primeira autora e causando evidentes prejuízos ao segundo autor, que foi impedido de se fazer representar pela pessoa que indicou de forma justificada e que foi regularmente aprovada em ato regular de gestão pela Diretoria da CABESP.

WAMBIER
YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO
—
ADVOGADOS

Quanto ao perigo da demora, há reuniões ordinárias do Conselho Fiscal marcadas para os dias 30.10.2024 e 27.11.2024, conforme agendamentos em anexo, razão pela qual justifica-se a tutela provisória solicitada em caráter liminar, a fim de garantir a presença da primeira autora sem os percalços e agressões sofridas na reunião inicial de que tentou participar, evitando novas agressões e abalos psicológicos à primeira autora e prejuízos ao segundo autor, que encontra-se impedido de se fazer representar pela pessoa que indicou de forma justificada e que foi regularmente aprovada em ato regular de gestão pela Diretoria da CABESP.

Por outro lado, não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão liminar ora pleiteada, uma vez que a primeira autora, na condição de suplente, não votará qualquer matéria, pretendendo apenas garantir sua presença nas reuniões, em igualdade de condições e de tratamento com os demais conselheiros suplentes do Colegiado.

5. DO PEDIDO.

Pelas razões acima expostas, os autores requerem a Vossa Excelência:

- a) a concessão de tutela provisória, para que os réus se abstenham de impedir a presença da primeira autora e conselheira suplente Narjara Jacqueline Boldorini, nas reuniões do Conselho Fiscal da CABESP, seja por vídeoconferência, seja presencialmente, a partir da próxima, marcada para 30.10.2024, garantindo-lhe o direito de manifestar-se, em igualdade de condições e de tratamento em relação aos demais conselheiros suplentes do Colegiado, ou seja, proibindo os réus de praticar qualquer ato que venha a restringir, cassar, tolher o direito de fala da primeira autora, tratando-a com a cordialidade devida, sob pena de multa a ser prudentemente arbitrada por V. Exa., desde já sugerida no quantum de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- b) a citação dos Réus, nos endereços já declinados, para que, compareçam em audiência de conciliação, na forma do art. 334, do CPC, e, caso não compareçam, ou caso não se verifique a conciliação, que ofereçam contestação ao pedido, no prazo legal;

WAMBIER
YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO
ADVOGADOS

- c) a condenação dos Réus a se absterem de impedir a primeira autora, enquanto conselheira suplente indicada pelo segundo autor e aprovada pela Diretoria da CABESP, de participar das reuniões do Conselho Fiscal da CABESP como Conselheira Suplente, seja por videoconferência, seja presencialmente, em igualdade de condições e de tratamento em relação aos demais conselheiros suplentes do Colegiado; e
- d) a condenação dos Réus ao pagamento de indenização por danos morais e danos existenciais à primeira autora, no valor de 20.000,00 (vinte mil reais), além das custas processuais e de honorários advocatícios a serem fixados em percentual sobre a condenação, nos termos do art. 95, do CPC.

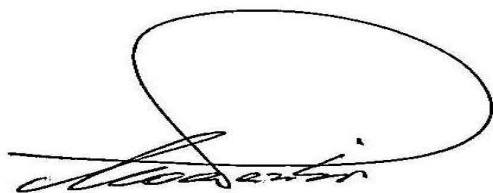
Protesta-se, ainda, pela produção de todas as provas em direito admitidas, em especial prova documental suplementar, depoimento pessoal dos réus, prova testemunhal e pericial.

Nos termos do art. 425, do CPC/15, e sob pena de responsabilidade pessoal, declaram os advogados subscritores que os documentos anexos são autênticos e conferem com os originais.

Atribui-se à causa o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Por fim, requer sejam todas as intimações e publicações feitas exclusivamente em nome do advogado **Luiz Rodrigues Wambier**, inscrito na OAB/SP sob o n. 291.479, nos termos do art. 272, § 2º, do CPC, sob pena de nulidade.

Espera deferimento.
São Paulo/SP, 17 de outubro de 2024.



LUIZ RODRIGUES WAMBIER
OAB/SP 291.479



ARTHUR MENDES LOBO
OAB/SP 436.690

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 16

De: reggiani.claudanir@gmail.com
Enviado em: sábado, 23 de agosto de 2025 16:25
Para: Eliane Cristina P. Do Carmo Celestino; Jorge Angelo Lawand; Maria Lucia Ettore do Valle; Wagner Cabanal Mendes
Cc: Ana Cristina de Sousa Machado de Araujo; cmoura@santander.com.br; dorivalfaustino@hotmail.com; emidiodb@gmail.com; juhigashino@gmail.com; mario.raia@gmail.com; mkkamia@santander.com.br; m lomanto3@gmail.com; nboldorini@santander.com.br; reggiani.claudanir@gmail.com; sps465082@gmail.com
Assunto: PEDIDO DE INFORMAÇÕES - DESPESAS E HONORÁRIOS JUDICIAIS

À
CABESP – Diretoria

Prezados senhores(as)

Em nome dos Conselheiros Fiscais eleitos, solicito informar se no mês de julho de 2025 e até esta data, houve pagamentos de despesas judiciais e honorários advocatícios relativos aos processos abaixo relacionados, decorrentes da posse de Conselheira Fiscal não associada da CABESP:

1020674-02.2025.8.26.0100
1007202-31.2025.8.26.0100
1153742-82.2024.8.26.0100
1164337-43.2024.8.26.0100

Em caso positivo favor detalhar datas, valores e beneficiários.

Cordialmente

Claudanir Reggiani
Conselheiro Fiscal – Coordenador do Conselho Fiscal

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 17

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

- Atualizado em 22/11/2024.

1. Introdução

Este Código de Conduta Ética reúne as diretrizes e princípios que devem ser adotados, para direcionar as ações em relação aos aspectos éticos e morais. Adicionalmente têm por objetivo esclarecer dúvidas quanto ao comportamento esperado de todos que fazem parte da CABESP.

Por se tratar de documento em constante evolução, em caso de sugestões ou esclarecimento de dúvidas, contate a Diretoria da entidade.

Para situações não previstas neste Código de Conduta Ética espera-se que os envolvidos atuem com bom senso e primando por um comportamento ético e íntegro.

2. Objetivo

Direcionar a conduta pessoal e profissional de todos que atuam na CABESP, para que suas atitudes estejam de acordo com os seus valores, buscando prevenir desvios de conduta e conflitos de interesse, com a aplicação de medidas disciplinares cabíveis quando, porventura, tais desvios forem constatados.

3. Abrangência

Este Código de Conduta Ética é aplicável a todos os Diretores, Conselheiros, Funcionários, Colaboradores e Fornecedores da CABESP, sendo dever de todos conhecer, entender e adotar no seu dia a dia.

4. Princípios éticos

Assegurar a assistência à saúde aos nossos beneficiários, em uma relação de agilidade, confiança e transparência.

Todos devem pautar suas ações, nos princípios éticos a saber:

- Honestidade;
- Integridade;
- Respeito;
- Justiça;
- Transparência;
- Equidade;
- Solidariedade;
- Responsabilidade profissional;
- Responsabilidade socioambiental;
- Comprometimento;
- Cidadania.

5. Relações de trabalho

Espera-se que todos abrangidos por esse código ajam de acordo com os mais elevados padrões de integridade pessoal e profissional na execução de suas atividades.

As relações no ambiente de trabalho, devem ser pautadas pela cortesia, respeito mútuo, espírito de equipe, lealdade e confiança. Independente do cargo ou função, todas as tarefas deverão ser exercidas com eficiência, agilidade, transparência e com compromisso em melhores resultados, respeitando o mais elevado padrão de respeito humano e profissional.

Quanto a Diversidade, a CABESP é absolutamente intolerável a qualquer conduta que possa ser caracterizada como discriminatória em função da cor, origem, classe social, religião, orientação sexual, idade, aspecto e limitações físicas.

Também, é proibida qualquer tipo ou espécie de propaganda nas dependências da CABESP ou a utilização de seu nome, logotipo, marcas ou bens.

Em eventual participação das pessoas abrangidas por esse código, em atividade político-partidária, devem estes agir por si próprios, nunca dando a impressão, por mais velada que seja, de que o fazem em nome ou por interesse da CABESP, pois a associação não financia, nem apoia candidatura a cargos públicos e/ou políticos dentro ou fora de períodos eleitorais.

É obrigação dos abrangidos por este código, cumprir os princípios constitucionais, normas e leis, preservando a ordem jurídica no exercício de suas funções.

A CABESP respeita à livre associação sindical e direito a associação coletiva.

Por fim, é vedada a comercialização de quaisquer produtos em suas dependências, mesmo de natureza artesanal.

6. Relações com público interno

O público contemplado por este artigo considera Diretores, Conselheiros, funcionários e colaboradores da entidade:

- O respeito recíproco deve ser aplicado nas relações de trabalho com atitudes pautadas pelo profissionalismo, cordialidade, boa vontade, espírito de equipe, lealdade, confiança, assiduidade, manutenção de ordem no local, apresentação adequada, mediante atuação compatível com os valores e os princípios éticos da CABESP;
- Os abrangidos por este Código observarão uns com os outros os princípios da cortesia e da urbanidade, aplicando disposição, atenção e espírito de colaboração no relacionamento recíproco, procurando auxiliarem-se diligentemente para vencer eventuais dificuldades que possam surgir na compreensão das questões que estiverem em pauta e a todos respeitando na busca de soluções, sem qualquer preconceito ou privilégio.

7. Relações com público externo

O público contemplado por este artigo conta com os beneficiários, patrocinadores e seus representantes, órgãos governamentais, órgãos reguladores e fiscalizadores, fornecedores e outros entes do mercado de saúde suplementar:

- Beneficiários - É dever de todos funcionários e Diretores, atender os beneficiários com cortesia, presteza e eficiência;
- Patrocinadores e seus representantes - A relação deve basear-se na comunicação precisa, clara e segura de informações que lhes permitam acompanhar as atividades e o desenvolvimento da CABESP, bem como o cumprimento de seus objetivos e o respeito aos direitos dos seus membros;
- Órgãos Governamentais – A relação deve pautar-se pelos elevados padrões de honestidade e integridade em todos os contatos. Nenhum pagamento em dinheiro, presentes, serviços, entretenimentos ou qualquer outro benefício poderá ser oferecido, direta ou indiretamente, a qualquer autoridade ou servidor da Administração Pública direta, indireta ou de Fundações, sejam federais, estaduais ou municipais, salvo com relação a convites para eventos, congressos, seminários, comemorações patrocinadas pela CABESP ou de que esta venha a participar de forma direta ou indireta.
- Órgãos reguladores e fiscalizadores oficiais – a CABESP manterá elevado padrão de atendimento, fornecendo com presteza e transparência as

informações e documentos que lhe forem solicitados e observando junto a estes a regularidade da rotina no cumprimento de suas obrigações legais, normativas e estatutárias. Ao defender junto aos órgãos seus direitos e interesses, a CABESP atuará de acordo com suas convicções na interpretação e aplicação das normas vigentes, agindo com firmeza, lealdade e boa-fé;

- Fornecedores - A contratação de fornecedores e ou prestadores de serviços, deve ser realizada mediante processo de seleção rigoroso, de forma a garantir a melhor escolha dentro da relação custo-benefício. A contratação deve seguir critérios legais, técnicos, profissionais e exigir um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal, trabalho compulsório, forçado e escravo e, em especial infantil, bem como qualquer tipo de discriminação. As decisões de compra devem ser baseadas em um julgamento quanto à confiabilidade e integridade do fornecedor, além do valor da oferta, tendo em vista os objetivos de curto e longo prazo. Fornecedores e demais prestadores de serviços devem ser partes não relacionadas (parentes e amigos) do colaborador que aprova a transação ou contrata, a fim de evitar conflitos de interesses. Todos os Fornecedores e Prestadores de Serviços da CABESP devem conhecer e adotar em seu dia a dia o "Código de Conduta de Fornecedores da CABESP";
- Mercado de Saúde Suplementar - O relacionamento com outras instituições do mercado de saúde suplementar deve pautar-se na mais rigorosa lealdade e boa-fé, sendo vedado fornecer dados e informações comerciais que atentam contra sua atuação. Os representantes das demais instituições e entidades, devem ser tratados com o mesmo respeito com que esperamos sermos tratados. É proibido divulgar informações confidenciais de propriedade da CABESP a quaisquer concorrentes.

8. Questões Socioambientais e Meio Ambiente

A CABESP adota e apoia, dentro de sua esfera de atuação e influência, um conjunto de valores relativos à defesa dos direitos humanos, condições de trabalho e meio ambiente que seguem os 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas. São eles:

- Apoia e respeita a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
- Assegura de não ser cúmplice de abusos e violações aos direitos humanos;
- Apoia a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- Apoia a eliminação de todas as formas de trabalho forçado, compulsório ou ilegal;
- Apoia a abolição efetiva do trabalho infantil;
- Apoia a eliminação da discriminação com respeito ao emprego e ao cargo;

- Adota uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Desenvolve iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
- Incentiva o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis;
- Combate à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Na criação de produtos e serviços, a CABESP trabalha a responsabilidade socioambiental, com o objetivo de minimizar qualquer impacto negativo, direto ou indireto, nas condições de vida das comunidades e no meio ambiente. Os colaboradores devem ter o firme compromisso de praticar, incentivar e valorizar a preservação ambiental, buscando convergir os objetivos empresariais para os anseios e interesses da comunidade em que atua, em linha com o desenvolvimento sustentável.

9. Patrimônio

Integram o patrimônio físico e intelectual da CABESP seus imóveis, instalações, equipamentos, valores, planos, produtos, tecnologia, estratégia de negócio e de comercialização, informações, pesquisas e dados que devem ser protegidos pelos colaboradores, não podendo os mesmos ser utilizados para obtenção de vantagens pessoais e nem fornecidos a terceiros. Não poderão ser utilizados equipamentos ou outros recursos da empresa para fins particulares, salvo se previamente autorizados pelo superior hierárquico. Cada colaborador deve ser responsável pela boa conservação e pela guarda segura dos bens da CABESP, sob sua responsabilidade. A apropriação indevida de ativos da CABESP é quebra de obrigação e confiança, constituindo-se em ato fraudulento contra a empresa, sujeito às sanções trabalhistas e penais. É estritamente proibido copiar, vender ou distribuir informações, "software" e outras formas de propriedade intelectual que violem o presente acordo estabelecido entre os colaboradores e a empresa.

10. Informações Confidenciais

Nossa atividade exige sigilo absoluto das informações. Todos são responsáveis por manter o sigilo de informações confidenciais obtidas em razão de atividades, cargos ou funções ocupadas, devendo cuidar para que não sejam expostas e/ou compartilhadas com outros profissionais não autorizados, parceiros ou qualquer outro público.

Consideram-se informações confidenciais os dados sobre produtos, beneficiários, funcionários e outras partes interessadas, estratégias de negócios e de comercialização, orçamentos anuais, planejamento a curto e longo prazo, resultado de pesquisas, dados financeiros, manual de procedimentos, entre outros, bem como quaisquer outras informações ou dados que estejam vinculados ou relacionados com a concorrência junto ao mercado de planos de

saúde. Exceto para as informações devidamente classificadas como públicas, todas as demais deverão ser tratadas com o devido sigilo e conforme dispõe a legislação pertinente, não podendo ser utilizadas para a obtenção de vantagens, para si ou para outros, mesmo que não acarretem prejuízo direto para a CABESP.

Constitui falta grave a revelação externa ou mesmo a divulgação interna, de informações ou dados recebidos ou obtidos em caráter confidencial, os quais somente poderão ser liberados quando tornados públicos ou sua divulgação for autorizada por quem de direito.

A CABESP se preocupa com a segurança da informação, por isso detalha as práticas a serem adotadas por todos os nossos colaboradores e parceiros, entre as quais ressaltamos:

- O acesso a sistemas e redes internas da CABESP são de uso pessoal e intransferível, não podendo sob nenhuma hipótese, ser compartilhadas com outras pessoas;
- As senhas de acesso devem ser mantidas em sigilo e de posse apenas do usuário;
- O acesso a qualquer site da internet, através de equipamentos da CABESP, está restrito às atividades necessárias ao bom desempenho profissional. A CABESP se reserva o direito de, sem aviso prévio, bloquear e monitorar o uso da internet pelas pessoas abrangidas por esse código. O uso inadequado da internet é estritamente proibido.

11. Conflito de Interesse

O conflito de interesses ocorre quando os interesses pessoais são conflitantes com os organizacionais.

Para assegurar que a ação dos abrangidos por esse código seja coerente com os princípios da CABESP, as seguintes regras devem ser respeitadas:

- Não praticar qualquer ato, participar de processos ou exercer influência sobre decisões que possam resultar em benefício próprio ou para pessoas com quem haja algum tipo de relacionamento, inclusive parentesco, em detrimento dos interesses da CABESP;
- Comunicar formalmente os gestores ou os responsáveis pela contratação sobre todas as situações que possam configurar conflito de interesses;
- Consultar o Comitê de Ética diante de casos em que não seja possível identificar com clareza a existência de conflito de interesses.

12. Presentes, Comissões ou Vantagens Financeiras

Os abrangidos por esse código não deve se valer de oportunidades surgidas no exercício de suas atividades em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo à CABESP, nem pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber presentes, ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie para si, familiares ou qualquer pessoa para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro colega para o mesmo fim.

Esta regra não se aplica a gesto costumeiro de cortesia respeitando os seguintes itens:

- Brindes com valor igual ou inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ou sem valor comercial (valor reajustado anualmente no mês de novembro, de acordo com o IPCA do período.).
- Presentes ou programas de entretenimento, considerados usuais como agendas, ingressos e jantares, desde que entregues em ocasiões especiais ou datas comemorativas.
- Esteja devidamente autorizado pelo seu gestor, através de e-mail com cópia para o RH.

13. Denúncias sobre Violações as Diretrizes do Código

A comunicação das suspeitas de violação dos padrões de conduta e princípios éticos deve ser reportada através do Canal Confidencial, disponível no portal CABESP.

O teor das manifestações devem ser o mais completo possível, a fim de possibilitar o início de eventual processo de investigação. Nenhum colaborador que relate uma suspeita de violação às leis, regulamentações e normas e procedimentos corporativos sofrerá ação de represália, ou punição em decorrência de sua atitude.

14. Canal Confidencial - Fluxo de Recebimento e Tratamento das manifestações

Os relatos registrados no Canal Confidencial, serão tratados pela área de Controles Internos.

Caso o relato seja recebido de forma presencial, por escrito, o responsável pela área de Controles Internos deverá orientar a formalização via Canal Confidencial. Caso o denunciante se oponha ou não realize o registro, o responsável pela área de Controles Internos deve efetuar o registro em até 24 horas úteis após o recebimento, desta forma, todos os relatos ficarão registrados em sistema, de forma a garantir o tratamento e a apuração.

Uma vez registrado em sistema, a área de Controles Internos se encarregará de atualizar o status da manifestação no workflow para que o manifestante possa acompanhar o tratamento.

Considerando o conteúdo da manifestação, a área de Controles Internos dará início à avaliação devendo envolver o Jurídico para apuração.

O processo de apuração deverá ser concluído em até 20 dias, a contar da data de manifestação, para que seja possível responder no workflow, dentro do prazo máximo de 30 dias. A resposta deverá ser elaborada pela área de Controles Internos e passar obrigatoriamente pela validação do Jurídico.

Na hipótese, do caso requerer prazo maior de apuração, a resposta também deverá ser registrada no workflow no prazo máximo de 30 dias, neste caso, informando a necessidade de prorrogação para conclusão, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias.

Em decorrência da gravidade apurada da manifestação, poderá ser convocado o Comitê de Ética para definição das consequências e penalidades a serem aplicadas.

15. Comitê de Ética

O Comitê de Ética deverá atuar como guardião do Código de Conduta e Ética, propor sua atualização e aprimoramento, além de esclarecer consultas sobre seu conteúdo e aplicação.

15.1 Composição

Comitê de Ética será constituído por três membros efetivos, com a composição a seguir:

- 1 (um) Diretor, que atuará como Coordenador do Comitê;
- 1 (um) Representante de qualquer área, desde que exerça cargo de Gestão; ou 2 (dois) Representantes de qualquer área desde que exerçam cargo de Gestão;
- 1 (um) Representante do Jurídico.
- Todos indicados pelo Diretor presidente;
- Também será indicado um membro suplente escolhido entre os funcionários das diversas áreas ou até mesmo da Diretoria da CABESP que substituirá qualquer um dos efetivos em caso de indisponibilidade de agenda ou conflito de interesse.

- O mandato dos membros do Comitê de Ética será de 1 (um) ano, podendo ocorrer substituição a qualquer tempo, quando necessário, sendo admitidas reconduções.
- O exercício da função no Comitê de Ética não será remunerado a qualquer título.
- Vagando-se um cargo de membro efetivo do Comitê de Ética, outro membro deverá ser indicado pelo Diretor Presidente.

15.2 Da Competência

- Orientar e aconselhar sobre o cumprimento deste Código, respondendo às consultas recebidas;
- Sempre que provocado ou diante de alguma evidência, apurar violações deste código;
- Avaliar a gravidade da infração e imputar ao infrator penalidades previstas neste código, respeitadas as atribuições definidas no Estatuto Social e nos demais normativos internos da CABESP;
- Submeter o resultado da apuração à Diretoria para devidas providências;
- Propor atualização das normas deste Código de Ética;
- A apuração das violações às normas do Código Ética dar-se-á por meio de instauração de processo disciplinar, devendo os membros do Comitê de Ética assegurar aos interessados o direito à ampla defesa e à obtenção formal de todos os atos praticados no processo.

15.3 Do Funcionamento

- O Comitê de Ética reunir-se-á, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Comitê;
- O Comitê de Ética poderá requerer, quando necessário, à Diretoria Executiva, mediante justificativa escrita, o assessoramento de consultorias e peritos especializados para apreciação de matérias de alta complexidade ou importância para a CABESP;
- Será facultada a participação de convidados nas reuniões do Comitê para o esclarecimento de assuntos específicos, sem direito a voto, desde que solicitada por qualquer de seus membros e aprovação do Presidente;
- As decisões serão tomadas pela maioria dos votos;
- As reuniões serão instaladas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) de seus membros, sendo um deles o Coordenador do Comitê, a ser escolhido entre seus membros. O Coordenador do Comitê, além do voto pessoal, terá também o voto de desempate.

15.4 Das Dinâmicas das Reuniões

As reuniões ocorrerão observando os seguintes requisitos:

- O Coordenador do Comitê decidirá se deve ser designado um relator;
- As convocações das reuniões deverão ser feitas pelo Coordenador do Comitê, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, podendo ser através de mensagem eletrônica, neste caso, preferencialmente, com aviso de recebimento;
- Ainda que desatendidas as formalidades exigidas para a instalação da reunião, será considerada regular a reunião em que estejam presentes todos os membros do órgão;
- Na convocação das reuniões, os assuntos pautados serão acompanhados de seus respectivos anexos, desde que tenham sido recebidos na CABESP até a data da convocação. A critério do Coordenador do Comitê poderão ser excluídos da pauta, e registrado em Ata, assuntos que foram incluídos à deliberação que, porventura, estiverem desacompanhados dos seus respectivos anexos;
- A requisição de documentos e informações à Diretoria Executiva, necessários para a análise dos assuntos pautados, deverá ser feita por escrito e por intermédio do Coordenador do Comitê, que definirá o prazo que a Diretoria Executiva terá para atender o pleito, considerando a sua viabilidade, relevância e urgência;
- No caso de impedimento ou de conflito de interesse, o membro que se abster deverá fazer constar em Ata o motivo pelo qual não poderá deliberar sobre o assunto;
- A ordem dos trabalhos das reuniões dar-se-á mediante pauta previamente estabelecida e distribuída com a convocação.
- As deliberações e pronunciamentos serão lavradas em Atas e assinadas;
- As atas serão lavradas com indicação da data e local, nome dos presentes e relatos dos trabalhos e deliberações tomadas;
- Ao final das reuniões, após lida a ata e achada conforme, os membros formalizarão sua concordância via e-mail, os quais serão enviados tão logo disponibilizada a ata, durante a reunião, sendo essa encerrada apenas quando o secretário receber o e-mail de todos os membros contendo a concordância aos termos contidos na ata;
- Ao término das reuniões, os membros se comprometerão a envidar esforços para assinar a ata, preferencialmente no mesmo dia da reunião ou no dia seguinte.
- As cópias das atas serão arquivadas pela CABESP.

15.5 Do secretariado do Comitê

O secretariado das reuniões será sempre realizado por um dos participantes, a ser indicado pontualmente pelo Coordenador do Comitê. Ao secretário competirá:

- Organizar a pauta dos assuntos a serem tratados em cada reunião, providenciando os documentos necessários à apreciação dos itens pautados;
- Encaminhar aos membros, que poderá ser através de mensagem eletrônica, a pauta da ordem do dia, conforme prazos estabelecidos no item 15.4, que trata das Dinâmicas das Reuniões;
- Assessorar as reuniões, distribuindo o material a ser discutido, anotando os debates e as deliberações e elaborando a respectiva ata, que será arquivada, após assinada por todos.

15.6 Das Penalidades

As penalidades a serem aplicadas ao infrator, em função da sua gravidade, serão as seguintes:

- Infração leve: Penalidade de Advertência verbal ou por escrito;
- Infração mediana: Penalidade de Suspensão das atividades e multa no caso de fornecedores;
- Infração grave: Rescisão do Contrato de Trabalhos ou Penalidade de Suspensão das atividades por tempo indeterminado ou do Contrato de Prestação de Serviços.

Competirá ao Comitê de Ética avaliar a gravidade da infração e imputar a penalidade cabível ao infrator, respeitadas as atribuições definidas no Estatuto e Regulamentos da CABESP.

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 19

**CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Associados da **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP** em condições de votar, nos termos descritos nos Artigos 29 e 30 do Estatuto Social e neste Edital de Convocação, para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada de 20 a 23 de fevereiro de 2026, de forma híbrida (presencial e online).

Resumo:

Período de Realização da Assembleia: 20 a 23 de fevereiro de 2026.

Início da Assembleia: Às 14h, em primeira convocação, com a participação mínima de 2/3 (dois terços) dos associados quites; e às 14h30, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

Participação/Acesso à Assembleia:

- **Presencial:** Club Homs – Salão Gran Real, localizado à Av. Paulista, 735 - São Paulo – SP.

- **Online:** A transmissão ocorrerá por meio de *webinar da Plataforma Zoom*, com acesso ao link pela área logada no Portal da Cabesp.

Durante a Assembleia, será oportunamente concedida a palavra aos associados que assim desejarem para, mediante manifestação presencial ou remota, apresentarem eventuais dúvidas relacionadas às matérias da Assembleia Geral Ordinária.

O guia de orientações de acesso à plataforma e interação online será publicado no Portal da Cabesp com até 10 (dez) dias de antecedência à AGO.

Votação: A votação será feita por via eletrônica, por meio do Portal e APP da Cabesp, podendo os associados quites votarem utilizando seu login/senha. A votação será aberta após as apresentações e será encerrada no dia 23/02/2026 às 12h. A votação será auditada por empresa independente, que, ao final, emitirá relatório técnico.

Divulgação dos resultados: Logo após o encerramento da votação online, disponibilizada no Portal da Cabesp.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "CABESP", is written over the bottom right portion of the page.

Pauta do dia:

1. Prestação de contas relativa ao exercício 2025, compreendendo:
 - a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras; e
 - b) Pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal.
2. Relatório Anual – 2025;
3. Dotação Orçamentária para o exercício 2026.

Estão disponíveis para consulta no Portal da Cabesp: o Balanço Patrimonial e os demais documentos relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a Dotação Orçamentária para o exercício de 2026.

Além da publicação do guia de orientações, a Cabesp permanecerá à disposição para sanar eventuais dúvidas de acesso à Plataforma Zoom no Disque Cabesp (0800 722 2636).

Importante que o associado realize o login no Portal da Cabesp previamente, a fim de assegurar seu acesso no momento da transmissão, e estar adimplente para ter acesso à votação eletrônica.

São Paulo, 20 de janeiro de 2026.



Maria Lúcia Ettore do Valle
Diretora Presidente – Cabesp

GTA | GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 20



Marcia Barbosa

Administrador · 23 de janeiro às 17:22 · 🌐

FINALMENTE A CABESP POSTOU O PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS 2025 PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CABESP QUE TERÁ INÍCIO NO DIA 20/02/2026.

LEIAM O PARECER DO CONSELHO FISCAL CABESP.



Parecer-D...2026.pdf - Somente leitura

← 🔍 ↺ 🔗 ⋮

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras constituídas de: Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2025 e respectivas Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis.

Com base nas análises e verificações levadas a efeito, bem como nos esclarecimentos prestados, concluíram por maioria, com votos favoráveis dos Conselheiros Eleitos, e votos contrários dos Conselheiros Indicados, que nas citadas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025 da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CABESP, ocorreram pagamentos de despesas judiciais (como Honorários, custas, e outros), devido ao fato de a Diretoria ter aprovado, com voto de minerva, a indicação do Banco Santander de Conselheira Suplente, em total desacordo com o Estatuto Social da Cabesp particularmente em seu artigo 54, e portanto, tais Demonstrações não estão em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 22 de janeiro de 2026

👍 28

3 comentários 34 compartilhamentos

Mais relevantes ▼



José Maria Sagioneti

Show, parabéns aos senhores conselheiros fiscais. Meu voto na assembleia geral, acompanhará os relatores.

1 sem

2 👍



Marcia Barbosa Autor Administrador

Mantiveram a COERÊNCIA.

1 sem

2 👍



Luciano Machado

Vamos pra assembléia reprovar essas contas. Total apoio ao conselho fiscal eleito.

1 sem

1 👍

Evento 2

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO

Data:

10/02/2026 11:34:04

Usuário:

SECAUTOLOC - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

2

Evento 3

Evento:

JUNTADA____GUIA_GERADA____CAIXA_BENEF_DOS_FUNC_DO_BCO_DO_EST_DE_SAO_PAULO_CAB

Data:

10/02/2026 11:34:49

Usuário:

SP416988 - RENAN SOARES CORTAZIO - ADVOGADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

3



DETALHES DA GUIA

Para efetuar o pagamento da guia, acesse a área de custas e escolha a forma de pagamento.

Processo: 4019828-94.2026.8.26.0100
Nome da Parte: CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP
Valor da causa: R\$ 100.000,00
Número: 489.628.493
Tipo: Custas Iniciais
Data de Geração: 10/02/2026
Situação: Em aberto
Valor: R\$ 1.671,75

Itens de recolhimento

	Inclusao	Item	Valor
1	10/02/2026	Inicial - Taxa Judiciaria - Regra Geral	R\$ 1.500,00
2	10/02/2026	Ato – AR Digital	R\$ 34,35
3	10/02/2026	Ato – AR Digital	R\$ 34,35
4	10/02/2026	Ato – AR Digital	R\$ 34,35
5	10/02/2026	Ato – AR Digital	R\$ 34,35
6	10/02/2026	Ato – AR Digital	R\$ 34,35

Evento 4

Evento:

LINK_PARA_PAGAMENTO____GUIA____489628493_SUBGUIA____<A_HREF='HTTPS____TJSP_THEMA_INF_

Data:

10/02/2026 11:34:50

Usuário:

SP416988 - RENAN SOARES CORTAZIO - ADVOGADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

4

Evento 5

Evento:

JUNTADA___REGISTRO_DE_PAGAMENTO___GUIA_489628493_SUBGUIA_489938188___BOLETO_PA

Data:

10/02/2026 11:56:18

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

5



DETALHES DO PAGAMENTO

Processo: 4019828-94.2026.8.26.0100
Nome da Parte: CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE
SAO PAULO CABESP
Número da Guia: 489.628.493
Situação da Guia: Baixado
Número da Subguia: 489.938.188
Situação do ERP: Baixado
Data de Pagamento: 10/02/2026
Parcela 1/1
Nosso Número: 1000775861
Valor do Documento: R\$ 1.671,75

Itens de Recolhimento

1	74 - Inicial - Taxa Judiciaria - Regra Geral	R\$ 1.500,00
2	190 - Ato – AR Digital	R\$ 34,35
3	190 - Ato – AR Digital	R\$ 34,35
4	190 - Ato – AR Digital	R\$ 34,35
5	190 - Ato – AR Digital	R\$ 34,35
6	190 - Ato – AR Digital	R\$ 34,35

Evento 6

Evento:

PETICAO

Data:

10/02/2026 14:23:22

Usuário:

SP416988 - RENAN SOARES CORTAZIO - ADVOGADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

6

**EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DO
FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

Processo nº. 4019828-94.2026.8.26.0100

Distribuição por dependência (Processo nº. 1020674-02.2025.8.26.0100)

URGENTE

**CAIXA BENEFICENTE DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO –
CABESP** (“Cabesp” ou “Autora”), já qualificada nos autos do processo em
epígrafe, requer, **em caráter de urgência, a distribuição da presente ação
por dependência ao processo nº. 1020674-02.2025.8.26.0100, em trâmite
perante a 1ª Vara Cível do TJSP, Juíza Paula Regina Schempf Cattan,**
conforme razões expostas na petição inicial, em razão de apreciação urgente
de liminar formulada. Declina-se, na oportunidade, de prazo recursal, assim
como requer juntada do pagamento das custas (doc. 1).


Nestes termos

Pede deferimento.

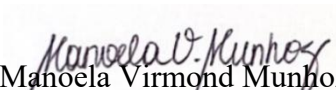
São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.


Gustavo Tepedino
OAB/SP 305.517

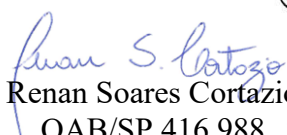

Milena Donato Oliva
OAB/SP 305.520


Vivianne da Silveira Abílio
OAB/SP 312.722


Sofia Orberg Temer
OAB/SP 382.504


Manoela Virmond Munhoz
OAB/SP 500.976


Amanda Azevedo Lima
OAB/SP 541.766


Renan Soares Cortazio
OAB/SP 416.988

GTA

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

DOC. 1

Atenção: Após vencimento emitir novo boleto em <https://www.tjsp.jus.br/PortalCustas>

Vara/Cartório: UPJ da 21ª a 25ª Varas Cíveis - Foro Central Cível
Guia ou Subguia:489938188 Processo Judicial: 40198289420268260100


Clique aqui e pague este boleto através de Auto Atendimento Pessoa Física
Clique aqui e pague este boleto através de Auto Atendimento Pessoa Jurídica

Recibo do Pagador

| 001-9 | 00190.00009 03738.976103 00775.861172 1 13580000167175

Nome do Pagador/CPF/CNPJ CAIXA CPF/CNPJ: 62.XXX.XXX/XXXX-84				
Nosso Número 1000775861	Nr. Documento 1000775861	Data de Vencimento 15/02/2026	(=) Valor do Documento 1.671,75	(=) Valor Pago
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ Tribunal de Justiça Estado de São Paulo CPF/CNPJ: 51.174.001/0001-93 Praça da Sé, s/n, 208, SAO PAULO - SP CEP: 01018-010				
Agência/Código do Beneficiário			Autenticação Mecânica	

| 001-9 | 00190.00009 03738.976103 00775.861172 1 13580000167175

Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO					Data de Vencimento 15/02/2026	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ Tribunal de Justiça Estado de São Paulo CPF/CNPJ: 51.174.001/0001-93					Agência/Código do Beneficiário	
Data do Documento 10/02/2026	Nr. Documento 1000775861	Espécie DOC	Aceite N	Data do Processamento 10/02/2026	Nosso Número 1000775861	
Uso do Banco 1000775861	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 1.671,75	
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Vara/Cartório: UPJ da 21ª a 25ª Varas Cíveis - Foro Central Cível Guia ou Subguia: 489938188 Processo Judicial: 40198289420268260100 O vencimento do boleto não influencia a contagem dos prazos processuais.					(-) Desconto/Abatimento	
					(+) Juros/Multa	
					(=) Valor Cobrado	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ CAIXA CPF/CNPJ: 62.XXX.XXX/XXXX-84					Pague com PIX 	



Comprovante de Pagamento - Boleto

Dados da conta pagadora

Nome	GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS
CPF/CNPJ	08.154.258/0001-54
Agência/conta	6002/0024549-3

Dados do beneficiário

Nome	SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA
CPF/CNPJ	51.174.001/0001-93

Dados do pagamento

Código de barras	00190000090373897610300775861172113580000167175
Data do Vencimento:	15/02/2026
Data do Pagamento	10/02/2026
Valor do Documento	R\$ 1.671,75
Desconto	R\$ 0,00
Juros	R\$ 0,00
Multa	R\$ 0,00
Encargos	R\$ 0,00
Valor do Pagamento	R\$ 1.671,75
Identificação do Comprovante	-

Autenticação no comprovante
00434160020024549300000100220260210281770735246368

ID da transação
A7DC1E06D7BE48A6A1B2130C7F3118EB95FB5615

Controle
281770735246368

Efetuada em 10/02/2026 às 11:54:06 no Itaú Empresas na internet

Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia, ou Fale Conosco: www.italu.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/ fala: 0800 722 1722

Evento 7

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA

Data:

11/02/2026 10:10:39

Usuário:

J13622 - JULIANA MORAES CORREGIARI BEI - MAGISTRADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

7



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular II - 25ª Vara Cível - Foro Central Cível

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 4019828-94.2026.8.26.0100/SP

AUTOR: CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP

RÉU: MARIO LUIZ RAIA

RÉU: JULIO HIGASHINO

RÉU: CLAUDANIR REGGIANI

RÉU: SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA

RÉU: MILTON KIOSUKE KAMIA

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Evento 6: defiro: Redistribuem-se os autos ao juízo da 1ª Vara Cível deste foro (Drª Paula Regina Schempff Cattán).

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **JULIANA MORAES CORREGIARI BEI, Juíza de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsp.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **610005048762v2** e do código CRC **5063d218**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JULIANA MORAES CORREGIARI BEI

Data e Hora: 11/02/2026, às 10:10:39

4019828-94.2026.8.26.0100

610005048762 .V2

Evento 8

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

11/02/2026 10:10:39

Usuário:

J13622 - JULIANA MORAES CORREGIARI BEI - MAGISTRADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

8

Autor:

CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP

Prazo:

15 Dias

Status:

AGUARD. ABERTURA

Procurador Citado/Intimado:

RENAN SOARES CORTAZIO, GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO, MILENA DONATO OLIVA

Evento 9

Evento:

REDISTRIBUIDO_POR_PREVENCAO_AO_JUIZO____DE_CENTRAL25CIV02_PARA_CENTRAL01CIV01_

Data:

11/02/2026 10:17:19

Usuário:

M355916 - SERGIO GUIMARAES DOS SANTOS - CHEFE DE CARTÓRIO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

9

Evento 10

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO

Data:
11/02/2026 10:17:19

Usuário:
SECAUTOLOC - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:
4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:
10

Evento 11

Evento:

DETERMINADA_A_CITACAO

Data:

11/02/2026 19:48:27

Usuário:

J13119 - PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN - MAGISTRADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

11



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Foro Central Cível

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 4019828-94.2026.8.26.0100/SP

AUTOR: CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP

ADVOGADO(A): RENAN SOARES CORTAZIO (OAB SP416988)

ADVOGADO(A): GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO (OAB SP305517)

ADVOGADO(A): MILENA DONATO OLIVA (OAB SP305520)

RÉU: MARIO LUIZ RAIA

RÉU: JULIO HIGASHINO

RÉU: CLAUDANIR REGGIANI

RÉU: SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA

RÉU: MILTON KIOSUKE KAMIA

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

(7) - Decisão Interlocutória - 11/02/2026 10:10: ciente da redistribuição. Aceito a competência em razão da conexão.

Prossiga-se.

Trata-se de ação pelo procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência proposta por CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP em face dos conselheiros integrantes do seu Conselho Fiscal, MARIO LUIZ RAIA, JULIO HIGASHINO, CLAUDANIR REGGIANI, SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA e MILTON KIOSUKE KAMIA alegando, em síntese, que novamente foi surpreendida com a reprovação das demonstrações financeiras de 2025, em que constam o pagamento das parcelas de honorários que ocorreram em 2025 relativas ao mesmo contrato objeto da ação nº. 1020674-02.2025.8.26.0100, recentemente julgada procedente.

É a síntese do necessário. Decido.

Da análise dos fatos e fundamentos do pedido, sempre considerando os limites de cognição desta fase do processo, entendo presentes os requisitos autorizadores da tutela pretendida.

A probabilidade do direito resta demonstrada pela sentença já proferida nos autos nº. 1020674-02.2025.8.26.0100 de mesmo objeto, e a urgência está no fato de que o Parecer do Conselho Fiscal deve ser levado à Assembleia Geral Ordinária que se realizará nos dias 20 e 23 de fevereiro próximos.

Por tais razões, DEFIRO a tutela pleiteada para determinar que o Parecer do Conselho Fiscal de 22/01/2026 não seja levado como documento integrante idôneo na Assembleia Geral Ordinária a ser realizadas nas datas mencionadas supra, abstendo-se os associados de deliberar sobre o item da Prestação de Contas em razão da matéria estar "sub judice", sob pena de multa de R\$10.000,00.

Serve a presente decisão, assinada digitalmente, como ofício, a ser encaminhada pessoalmente por protocolo físico ou AR, atendendo-se a Súmula 410 do C.STJ.

1) CITE-SE e INTIME-SE a parte ré para contestar o feito no prazo de **15 dias úteis**, sob pena de revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Caso a parte ré seja integrante de convênio com o E. TJSP, a citação far-se-á via Domicílio Judicial Eletrônico cadastrado.

2) Fica a parte autora ciente de que, não localizada a parte requerida, deverá requerer as

medidas necessárias para a viabilização da citação, ficando desde já deferidas as pesquisas por endereços via sistemas conveniados deste E.TJSP (Sisbajud, Infojud, Renajud, Serasajud, Siel e Comgás), bastando o recolhimento da diligência respectiva.

Com o recolhimento, cumpra o Cartório independentemente de nova conclusão, bem como expeça o necessário para nova tentativa de citação conforme o que for requerido.

3) Por oportuno, ressalto que compete ao advogado cadastrar corretamente sua respectiva inscrição da OAB no sistema eletrônico, bem como selecionar, no momento do protocolo, o "tipo de petição" / "tipo de documento" mais adequado ou, ao menos, o mais semelhante dentre os disponíveis, o que torna mais célere o andamento do feito pois otimiza a triagem, beneficiando a todos os envolvidos no processo.

Serve a presente, digitalmente assinada, como carta/mandado/carta precatória.

Int.

Documento eletrônico assinado por **PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, Juíza de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsp.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **610005100678v4** e do código CRC **dcf9d06c**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN

Data e Hora: 11/02/2026, às 19:48:27

4019828-94.2026.8.26.0100

610005100678 .V4

Evento 12

Evento:

CONCEDIDA_A_MEDIDA_LIMINAR___COMPLEMENTAR_AO_EVENTO_Nº_11

Data:

11/02/2026 19:48:27

Usuário:

J13119 - PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN - MAGISTRADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

12

Evento 13

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

11/02/2026 19:48:28

Usuário:

J13119 - PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN - MAGISTRADO

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

13

Autor:

CAIXA BENEF DOS FUNC DO BCO DO EST DE SAO PAULO CABESP

Prazo:

15 Dias

Status:

AGUARD. ABERTURA

Procurador Citado/Intimado:

RENAN SOARES CORTAZIO, GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO, MILENA DONATO OLIVA

Evento 14

Evento:

DISPONIBILIZADO_NO_DJ_ELETRONICO____NO_DIA_12_02_2026____REFER__AO_EVENTO__8

Data:

12/02/2026 02:17:04

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

14

Evento 15

Evento:

DISPONIBILIZADO_NO_DJ_ELETRONICO____NO_DIA_12_02_2026____REFER____AO_EVENTO__13

Data:

12/02/2026 04:19:41

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

4019828-94.2026.8.26.0100/SP

Sequência Evento:

15